

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(UNIRIO)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**GERLANE BEZERRA RODRIGUES MORAIS**

**MONUMENTOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias**

**RIO DE JANEIRO  
UNIRIO – 2009**

**GERLANE BEZERRA RODRIGUES MORAIS**

**MONUMENTOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadoras: Professora doutora Vera Lúcia Doyle Dodebei e Professora doutora Evelyn Goyannes Dill Orrico

**Rio de Janeiro – RJ**

**2009**

Morais, Gerlane Bezerra Rodrigues.  
M827 Monumentos de Vitória da Conquista : patrimônio cultural e discursos de memórias / Gerlane Bezerra Rodrigues Moraes, 2009. 155f.

Orientador: Vera Lúcia Doyle Dodebei.  
Co-orientador: Evelyn Goyannes Dill Orrico.  
Dissertação (Mestrado em Memória Social) –  
Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

1. Patrimônio cultural. 2. Monumentos – Vitória da Conquista (BA).

3. Símbolos sociais e culturais. 4. Análise do discurso. 5. Espaço e tem-.

po. 6. Sociologia urbana. 7. Memória – Aspectos sociais. I. Dodebei,

Vera Lúcia Doyle. II. Orrico, Evelyn Goyannes Dill. III. Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Huma-

nas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

IV. Título.

CDD –

363 69

**Gerlane Bezerra Rodrigues Morais**

**MONUMENTOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de fevereiro 2009

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora doutora Vera Dodebei (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Professora doutora Evelyn Orrico (Coorientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Professora Doutora Leila Beatriz Ribeiro  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Professor doutor Paulo Knauss de Mendonça  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Às minhas filhas, Juliana e Gabriela, pelos momentos que deixei de passar com elas, pelos dias, pelas tardes e pelas noites de muitas lembranças e saudades.*

Às minhas orientadoras, professora doutora Vera Dodebei e professora doutora Evelyn Orrico, devo expressar agradecimentos e escusas. Agradecimentos por toda e qualquer qualidade que venha expressar este trabalho, pelas observações e comentários mediante os quais, generosamente, empenharam-se em orientar-me. Escusas por minha renitente incapacidade de, nas páginas que seguem, reproduzir o primor e a excelência intelectual que sempre distinguiram as observações e comentários prestados por ambas as professoras na realização deste trabalho.

A convivência acadêmica com a Dra. Vera Dodebei e com a Dra. Evelyn Orrico impulsiona-me a manifestar não apenas os agradecimentos e escusas que a elas sou devedora, mas também a admiração a estima e o carinho que em mim prosperaram durante esse percurso acadêmico, por suas virtudes tanto intelectivas quanto éticas.

Agradeço à Juliana e à Gabriela, minhas filhas, e à Maria José, minha mãe, que sempre me incentivaram. E que, mesmo estando longe fisicamente, vivem sempre presentes em meu coração, acolhendo-me nos momentos mais difíceis, proporcionando-me conforto espiritual e emocional para trilhar esse caminho tão árduo que, muitas vezes, requer o fazer solitário.

Sou imensamente grata aos meus amigos e professores do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ao Prof. Dr. José Raimundo Fontes, amigo e mestre, ao Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães, à Profa. Dra. Avanete Pereira, à Profa. Dra. Isnara Ivo, ao Prof. Rosalvo Lemos, ao Prof. Dr. Humberto José Fonseca e ao Prof. Dr. Alexandre Galvão.

Devo expressar a minha eterna gratidão ao Prof. Dr. Ruy Medeiros por ele ter, além de disponibilizado seu acervo de documentos sobre a fundação da cidade, ter me disponibilizado, também, sua biblioteca particular, onde há cerca de oito mil livros, outras fontes e documentos. Lá encontrei referências preciosas para este trabalho, que foram importantíssimas, tendo em vista não ter notícias da existência desse material em outro acervo.

Ao Prof. Dr. Paulo Knauss, por sua participação em minha banca examinadora e pelas críticas e considerações que muito acrescentaram na construção deste trabalho. À Professora Dra. Leila Beatriz, que também participou de minha banca, devo expressar que sou grata pelo carinho e amizade. Foi um

privilégio ter sido sua aluna nesse Programa de Pós-Graduação. Além disso, suas críticas e sugestões foram importantíssimas no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini, intelectual admirável, por quem tenho amizade e carinho, agradeço a generosidade em suas sugestões e críticas na leitura deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá, por quem tenho grande admiração, carinho e estima e outros vínculos mais profundos de afinidade e afeto a ele me unem. Sou devedora de muitas alegrias e muitos outros motivos de contentamento que permearam de suavidade e conforto a trajetória desta pesquisa, muitas vezes intrincada e hesitante, de investigação e (des) conhecimento.

Ao meu querido amigo José Tavares, por quem tenho grande carinho e amizade, agradeço o apoio carinhoso com o qual pude sempre contar no decorrer desta pesquisa até a sua finalização.

Às minhas queridas amigas Érika, Lílian e Andréa devo agradecer pelo carinho e apoio no decorrer desta pesquisa. Érika, gentilmente, foi responsável por grande parte das imagens que estão presentes neste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Municipal da Cidade de Vitória da Conquista, em especial à Maria das Graças de Oliveira (Lia), que muito contribuiu para minha pesquisa, no tratamento com o acervo documental.

Agradeço também aos funcionários da UNIRIO: Sidney, pela ajuda com o banco de dados, e a Hercília, pela maneira carinhosa que sempre me ajudou.

Este trabalho contou com o apoio institucional do CNPq, mediante bolsa de estudo. Sem esse apoio não seria possível a realização desta pesquisa.

MORAIS, Gerlane Bezerra Rodrigues. *Monumentos de Vitória da Conquista: patrimônio cultural e discursos de memórias* (dissertação). UNIRIO, 2009.

Discute o processo de construção da memória social na cidade de Vitória da Conquista a partir dos discursos construídos no campo patrimonial referentes a dois monumentos edificadas na cidade: o monumento erigido em homenagem aos bandeirantes e o monumento erigido em homenagem aos índios. Especificamente, objetiva-se: analisar a relação entre a sociedade urbana, a memória e o espaço, a partir da promoção das imagens urbanas, campo em que atua o patrimônio cultural; identificar a categoria patrimônio no processo dinâmico da sociedade urbana a partir dos monumentos edificadas na cidade de Vitória da Conquista; e compreender a construção social da memória na cidade, estabelecendo a relação entre os monumentos estudados e o discurso patrimonial da sociedade local. Tendo em vista a análise dos discursos que se circunscrevem à coleção de monumentos da cidade compreende-se a construção e a supremacia de memórias herdeiras dos grupos políticos detentores do poder desde a fundação da cidade: a memória religiosa e a memória laica que se complementam. Identifica-se, no contexto das comemorações dos *500 anos de Brasil*, a emergência de uma memória subterrânea que estava nas zonas de sombra e de silêncio: a memória dos índios, o que evidencia um campo patrimonial de conflitos, contradições e disputas, no qual emergem outros discursos que são construídos com base na memória dos índios. Essa construção discursiva tem na Igreja Católica uma aliada, pois ela retoma a tradição da interferência de Nossa Senhora das Vitórias, na guerra de conquista do território baiano, em favor dos portugueses e contra os índios, numa outra versão que se apropria de fragmentos da memória dos índios. Conclui-se com a constatação da existência de um campo patrimonial onde coexistem múltiplas memórias que fazem novas leituras do passado, numa dinâmica social de apropriações, conflitos, contradições, rupturas e continuidades.



MORAIS, Gerlane Bezerra Rodrigues. Monuments in Vitória da Conquista: cultural heritage and memory discourses (dissertation). UNIRIO, 2009.

This dissertation discusses the process of social memory construction in Vitoria da Conquista, a town in the State of Bahia, Brazil, based on cultural heritage discourses concerning two monuments built in the town: the monument erected in homage to the *Bandeirantes* (Brazilian settlers) and the one erected in homage to Brazilian Indians. Specifically, it aims to: analyse the relationship between urban life, memory and space, by making use of urban images, an area in which cultural heritage operates; identify the category cultural heritage in the dynamic process of urban life, by analyzing the monuments built in Vitoria da Conquista; and understand the construction of social memory in this town, identifying the relation between the monuments studied and the cultural heritage discourse of local society. Taking into account the analysis of the discourses built around the monument collection of the town, we understand the construction and dominance of the memory types handed down by the political groups in power since the foundation of the town: religious memory and secular memory, which complement each other. Within the specific context of the celebrations of *500 years of Brazil*, the emergence of an underlying memory which existed in areas of shade and silence is identified: the memory of Brazilian Indians, which shows a cultural heritage area of conflicts, contradictions and disputes, in which other emerging discourses are constructed, taking the memory of Brazilian Indians as their starting point. This discursive construction has an ally in the Roman Catholic Church, because it reflects the tradition of interference of Nossa Senhora das Vitórias in the conquest war of the Bahia territory, favouring the Portuguese against Brazilian Indians, producing a version that makes use of fragments of memory belonging to Brazilian Indians. This dissertation concludes that there is a cultural heritage area where multiple memories coexist, allowing fresh readings of the past, in a social dynamics which includes appropriations, conflicts, contradictions, ruptures and continuities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1-Mapa com a localização da Região de Vitória da Conquista –BA.....	29
Figura 2- Escultura de Nossa Senhora das Vitórias da Igreja Matriz.....	36
Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora das Vitórias.....	37
Figura 4- A cidade de Vitória da Conquista, século XXI.....	54
Figura 5- O Cruzeiro da Serra do Periperi.....	55
Figura 6 - Monumento em homenagem aos Bandeirantes.....	55
Figura 7 - Obelisco em homenagem a Getúlio Vargas.....	56
Figura 8 - Monumento em homenagem aos Imigrantes da cidade.....	56
Figura 9 - Monumento do Cristo Crucificado.....	57
Figura 10 - Monumento aos Dez Mandamentos.....	57
Figura 11 - Monumento à Bíblia.....	58
Figura 12 - Monumento construído pela empresa fornecedora de água (EMBASA).....	58
Figura 13 - Monumento aos ex-pracinhas da II Guerra Mundial.....	59
Figura 14 - Monumento aos Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar.....	60
Figura 15 – Monumento aos Índios.....	61
Figura 16 - Monumento em homenagem a Dona Jaci Flores.....	62
Figura 17 - Monumento de Nossa Senhora das Vitórias.....	62
Figura 18- Monumento em homenagem ao político baiano Luiz Eduardo Magalhães.....	63
Figura 19 - Monumento em homenagem a Glauber Rocha.....	64
Figura a 20a - Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano.....	64
Figura 20b- Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano.....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 A CIDADE E A MEMÓRIA</b> .....	22
2.1 A construção da memória no espaço urbano.....	22
2.2 Antecedentes à fundação da cidade de Vitória da Conquista e o domínio Lusitano do <i>Sertão da Ressaca</i> .....	29
2.3 Imperial Vila da Vitória.....	36
<b>3 PATRIMÔNIO CULTURAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b> .....	43
3.1 Patrimônio: uma categoria social em processo.....	43
3.2 Monumentos Comemorativos: documentos portadores de significados construídos socialmente.....	50
3.3 Vitória da Conquista: a cidade contemporânea e o patrimônio.....	54
3.4 Quadro cronológico / tipológico das imagens urbanas.....	67
<b>4 OS DISCURSOS DOS (SOBRE) MONUMENTOS DOS BANDEIRANTES E DOS ÍNDIOS</b> .....	71
4.1 Discursos sobre os fundadores da cidade de Vitória da Conquista.....	72
4.2 Discurso religioso.....	79
4.3 Discurso dos monumentos.....	86
4.3.1 Monumento aos bandeirantes.....	86
4.3.2 Monumento aos índios.....	92
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	99
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>7 ANEXOS</b> .....	107
I-(Símbolos Oficiais de Vitória da Conquista).....	111
II-(Carta de André Cairo).....	114
III-(Ilustrações).....	115
IV-(Imagens urbanas de Vitória da Conquista – Tabela) .....	117
V-(Mapa da cidade com a localização espacial dos monumentos).....	153

## 1 INTRODUÇÃO

Na memória humana o passado se faz presente e assim supera a transitoriedade, porque o passado mesmo é para o homem uma coisa que ele não deixa para trás como algo desnecessário; algo que entra no seu presente de modo construtivo, como natureza que cria e se forma.

Karel Kosik

Neste capítulo apresentamos os antecedentes que nortearam a nossa proposta de trabalho, assim como os objetivos gerais e específicos que pretendemos alcançar. Ainda é parte integrante deste capítulo a justificativa e relevância, o quadro teórico conceitual e os pressupostos metodológicos que fundamentam esta pesquisa.

Minha relação com a cidade de Vitória da Conquista remonta à minha infância, na década de 60, quando eu ia visitar minha avó materna e brincava em frente ao jardim da Praça Tancredo Neves. Por volta do ano de 1983, voltei à cidade, dessa vez para fixar residência. Anos mais tarde, em 2004, quando fiz o Curso de Especialização em Memória Social, História e Historiografia oferecido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB<sup>1</sup>), tive a oportunidade de pensar o processo de construção da memória social presente na edificação dos monumentos comemorativos da cidade.

A cidade possui um acervo patrimonial dividido entre os antigos casarões dos séculos XIX e XX e os monumentos erigidos ao longo do processo histórico de formação da estrutura arquitetônica da cidade. Um monumento, em especial, me causou muita inquietação, o busto do deputado baiano Luiz Eduardo Magalhães, filho do ex-governador e senador da Bahia Antonio Carlos Magalhães. O busto foi edificado sob fortes protestos de vários segmentos da sociedade civil. Para preservar o busto intacto e no lugar da edificação, foi necessária a intervenção da polícia militar, que durante alguns anos montou guarda vinte e quatro horas em frente ao busto.

---

<sup>1</sup>Esse curso foi fruto de um Mestrado em Memória Social e Documento, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Nesse contexto, refleti sobre o significado social daquela edificação e da edificação de outros monumentos na cidade. Então, vi-me diante de algumas questões: por que a sociedade conquistense erigiu tantos monumentos? Qual a relação entre essa sociedade e os monumentos? Qual o sentido social dos monumentos?

Como objeto de estudo desta pesquisa, foram escolhidos dois monumentos da cidade que parecem manter no presente as disputas do passado: o primeiro refere-se à peça edificada em homenagem aos bandeirantes: João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, fundadores da cidade; o segundo monumento refere-se à peça erigida em homenagem aos índios que foram mortos e expulsos de seu território por aqueles mesmos bandeirantes. Esses dois monumentos nos conduzem à fundação da cidade e, por conseguinte, podem nos revelar memórias que se contrapõem na cidade de Vitória da Conquista.

A cidade possui seu centro histórico na Praça Tancredo Neves, onde ainda podemos observar os traços da arquitetura colonial portuguesa nas marcas deixadas pelos colonizadores. Em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, os casarões resistem ao tempo e alguns guardam em seu interior objetos simples como mobiliários de madeira, vasos e vasilhas de barro.<sup>2</sup> Comungando com esses utensílios, disputam pela originalidade outros objetos trazidos da Europa, como, por exemplo, candelabros franceses e louças inglesas.

A contradição entre esses objetos nos aponta para um olhar no passado em que a materialidade do luxo e da riqueza trazida da Europa era uma possibilidade de ostentação das famílias mais abastadas da vila. Os objetos simples podem nos apontar que, em função de alguns fatores, como, por exemplo, a dificuldade de transporte, os perigos da mata e da distância da vila em relação ao mar, por onde eram trazidos os objetos oriundos da Europa, havia a necessidade das famílias mais

---

<sup>2</sup> O principal e mais antigo núcleo urbano da cidade se expandiu a partir da igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, onde até hoje podemos verificar algumas das mais antigas construções que formam um conjunto arquitetônico de casarões que ainda resistem ao tempo. Alguns desses casarões, na atualidade, têm uma função social que os difere do passado, onde antes eram bens privados, hoje se tornaram bens públicos, posto que a maioria dessas construções foi adquirida pelo poder público municipal e transformadas em espaços que, em princípio, têm um caráter democrático, como museus regionais, bibliotecas públicas, centros culturais e conservatórios de música. Como patrimônio da cidade estes casarões guardam sentidos e significados de uma época. Estas casas não possuem jardins, nem varandas, são construções que têm em sua origem arquitetônica inspiradas na arquitetura portuguesa. Outro patrimônio existente na cidade trata-se de uma coleção de esculturas públicas localizadas na Serra do Periperi, num museu a céu aberto. Tais esculturas são imagens de bustos de personagens da História da Antiguidade, políticos do Brasil, filósofos da Antiguidade, entre outros personagens. O autor dessas obras se chama Cajaiba. Essas esculturas são bustos e fazem parte do patrimônio da cidade.

abastadas terem objetos simples no uso diário. Portanto, não bastava ter recursos financeiros para possuir objetos de luxo, pois, além do numerário, havia os entraves de transporte e chegada desses objetos na vila.

Vitória da Conquista é considerada uma das cidades mais importantes da Bahia, sobretudo do ponto de vista cultural. Além disso, a cidade possui uma singularidade com relação às demais cidades do interior baiano, em função das baixas temperaturas que ocasionam geadas e névoas constantes durante os meses de junho e julho. Nessa mesma época do ano, a cidade comemora os festejos juninos: Santo Antônio (dia 13), São João (dia 24) e São Pedro (dia 29) são celebrados na zona rural e urbana. Essa tradição cumpre um ritual trazido pelos portugueses: agradecer aos santos, entre outras coisas, a boa colheita<sup>3</sup>. A celebração junina estabelece um vínculo simbólico entre dois planos: o sagrado e o profano. O vínculo se dá a partir das comemorações, cujas práticas sociais pagãs se misturam aos preceitos religiosos e sagrados: simpatias de conteúdo amoroso, adivinhações do futuro de caráter afetivo, missas, procissões, novenas e promessas, entre outras coisas. Assim, são (re) afirmados, teoricamente, pactos entre os indivíduos e a esfera do divino.

As festas juninas, além de se constituírem em eventos sociais, de celebração e confraternização, são também eventos políticos, em função das inúmeras intervenções dos órgãos do governo, tanto na preparação do evento festivo quanto na definição do calendário de funcionamento do comércio<sup>4</sup> e das instituições públicas. A intervenção mais significativa da esfera pública se refere a uma tentativa de democratização da festa, que propõe a inclusão social tendo em vista as diversas atrações festivas apresentadas em praças públicas. Essas práticas são redefinidas de acordo com o momento político e social da cidade.

Transcorridos os festejos juninos, a cidade volta à sua rotina, mas o frio ainda persiste até meados de setembro. Embora já estejamos na primavera, a temperatura ainda é amena, mas com ventos frios e úmidos, trazidos pelas correntes aéreas

---

<sup>3</sup>É importante destacar uma tradição que ainda persiste no interior da Bahia: no dia 23 de junho, véspera do dia de São João, é costume o sertanejo soltar uma caixa de fogos com 12 unidades, correspondente a 12 tiros. É uma oferenda ao santo que se fundamenta numa obrigação de agradecimento pela colheita. Caso a colheita não tenha sido satisfatória, o ritual é da mesma forma praticado, pois requer que o indivíduo peça uma boa safra para o ano seguinte. Podemos afirmar que os festejos juninos se constituem numa comemoração de caráter democrático, pois tanto é festejada pelo povo quanto pela elite. Cabe ressaltar que, apesar de serem comemorados na cidade, Santo Antônio e São Pedro não são comemorados com tanto fervor como São João, pois Santo Antonio e São Pedro são santos específicos de outros municípios da região.

<sup>4</sup>O comércio fica aberto até altas horas da noite, para vestir e alimentar as ilusões. Essa data é significativa para os comerciantes, pois o movimento de vendas supera o de outras datas comemorativas, inclusive o Natal.

vindas do oceano. Nessa época, a cidade ganha um perfume natural e um colorido intenso das flores que brotam no jardim da Praça Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas. Onde outrora havia a tribo dos índios Mongoiós, surge imponente a torre da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, que, com um ar silencioso, mas marcante, toma conta não só do jardim da praça, mas também do tempo, anunciando aos transeuntes a hora oficial da cidade no toque majestoso do sino português.

Porém, no mês de dezembro, a calma da praça é despertada pela paisagem artificial contemplada pelas luzes nas árvores que prenunciam dois momentos: o esgotamento de um ano velho e a esperança do renascer em Cristo<sup>5</sup> de um ano vindouro. A música se faz presente em dois estilos, o clássico e o popular. É um momento de confraternização na cidade, marcado pelos festejos natalinos.

O sol firme e o calor só exibem sua presença a partir de janeiro, embora as chuvas de verão tragam também um pouco de frio, principalmente à noite, pois a temperatura média anual não ultrapassa os 20° C. Nesse clima aquecido de verão, a cidade acorda com a ressonância dos tambores, no pulsar da Miconquista<sup>6</sup>, um carnaval fora de época. A cidade se reveste com uma nova e efêmera decoração: barracas, camarotes, trios elétricos, palcos, luzes, muita gente de fora, das regiões vizinhas, de outros estados e até de outros países.

Porém, antes da festa começar, é preciso seguir a tradição que afirma: para que tudo transcorra num clima de alegria, paz e harmonia, é importante a permissão dos orixás. Assim, na abertura da Miconquista, as baianas saem pelas ruas da cidade com potes de barro contendo água de cheiro e flores, entoando seus cantos,

---

<sup>5</sup>Além das luzes, é feito na praça um imenso presépio cristão com estátuas de tamanho natural de 1,80 m.

<sup>6</sup>Na França, havia a Micareme, como o nome indica, acontecia no meio da Quaresma, na quinta-feira da terceira semana. Nessa ocasião, os operários e as lavadeiras elegiam suas rainhas e distribuíam brindes. A eles associavam-se os estudantes. O nome da festa foi adequado à realidade brasileira, em termos, pois ao mesmo tempo em que justificava a realização de um carnaval na Quaresma, este aconteceria no fim e não no meio como o nome original indicava. A Micareta começou a perder a força no final da década de 30, pelo descaso do povo, pela eclosão da II Guerra Mundial e pela oposição da Igreja Católica. A festa desapareceu em Salvador, mas consolidou-se em outras cidades. Em Feira de Santana, tornou-se uma tentativa de recriar, em outra data, o Carnaval de Salvador, com os trios elétricos e os artistas. A Micareta demonstra, assim, uma vitalidade surpreendente, seja como reforço a uma festa tradicional, como o carnaval, ou criando uma nova tradição, a da Micareta. Aliás, o vocábulo "micareta" é uma invenção baiana, assim como a festa que leva seu nome". Fonte: *De Mídia e Festa, a Micareta* – Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, do professor José Carlos Silveira Duarte, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Texto retirado da internet: [www.miconquista.com.br/agoniza.htm](http://www.miconquista.com.br/agoniza.htm) - 28k - (consultada no dia 08 de fevereiro de 2008). Fonte: *De Mídia e Festa, a Micareta* – Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, do professor José Carlos Silveira Duarte, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. s/d. Em Vitória da Conquista essa festa recebeu o nome de Miconquista.

lançando suas águas e pedindo bênçãos aos orixás. O cortejo conta com a presença de vários segmentos da sociedade, inclusive alguns foliões. A procissão segue na direção do Beco<sup>7</sup>, na Alameda Ramiro Santos, Praça Nove de Novembro.

A lavagem começa sempre por volta das 18 horas. No final do percurso, acontece, além da Lavagem do Beco, um ritual festivo com músicas, danças e rodas de capoeiras. Dessa forma, cumpre-se um ritual que abre os festejos pagãos com o propósito de abençoar a festa e os foliões<sup>8</sup>. Essa festa é, também, o maior evento turístico da cidade. Durante quatro dias (três oficiais e um alternativo), a cidade se transforma na capital da folia, um palco por onde vão desfilar as maiores estrelas da música baiana.

Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade, a Micareta de Vitória da Conquista não é feita só de diversão. Os indicadores econômicos da festa mostram o volume de negócios gerado pelo evento, que implementa de maneira substancial a economia da cidade. Somando investimentos públicos e privados, a Miconquista movimenta algo em torno de um milhão e meio de reais.

Apresentamos a cidade de Vitória da Conquista traçando uma relação entre as festas, que são um patrimônio, e o clima ameno que é uma particularidade inerente àquela cidade. Essas festas nos apontam para as tradições e costumes que foram forjados ao longo do tempo pelos colonizadores, seus descendentes e outros indivíduos. Assim, compreendemos, pois, que uma cidade é construída para além da *pedra e cal*. É sobre esta cidade, suas memórias e seus monumentos que esta dissertação apresentará algumas construções históricas e sociais sobre o tempo, o espaço<sup>9</sup>, o discurso e o patrimônio cultural.

O objetivo geral deste trabalho é compreender o processo de construção da memória social em Vitória da Conquista, Bahia, com base na análise de dois monumentos edificadas na cidade (o monumento aos bandeirantes e o monumento aos índios), buscando-se estabelecer um vínculo discursivo-patrimonial entre esses monumentos e a sociedade conquistense.

---

<sup>7</sup> A procissão é uma tradição trazida pelo culto religioso de origem africana e se constitui num ritual de pedido de bênçãos aos orixás.

<sup>8</sup> A Praça Nove de Novembro é onde está edificado o monumento aos bandeirantes. A procissão se encerra lá.

<sup>9</sup> O conceito de espaço que ora trabalhamos se constitui num "lugar praticado". O espaço assim como o tempo é uma construção social. Ver em CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis. Vozes, 1998.



Para tal, mais especificamente, vamos: a) discutir a relação entre a sociedade urbana, a memória e o espaço, buscando compreender, a partir da promoção das imagens urbanas, o campo onde atua o patrimônio cultural; b) analisar conceitualmente a categoria patrimônio no processo dinâmico da sociedade urbana a partir dos monumentos edificadas na cidade de Vitória da Conquista; e c) compreender a construção social da memória na cidade, estabelecendo a relação entre os monumentos estudados e o discurso patrimonial da sociedade local.

No momento em que a humanidade pensa sobre questões relacionadas à Natureza e ao Patrimônio, levantam-se possibilidades de reflexão na sociedade sobre conquistas consideradas relevantes, estabelecidas, sobretudo, a partir das discussões acerca da memória social. Nesse contexto, o tema da patrimonialização e a busca de identidades que retomam as raízes e as memórias impostas ganham um terreno propício. Nossa pesquisa consiste em trazer essas reflexões e discussões para a sociedade conquistense. Partimos da premissa de que existem memórias na cidade que foram sendo sobrepostas e, nesse sentido, há um caminho a ser aberto e reavaliado do ponto de vista da memória social. Esse caminho poderá proporcionar à sociedade conquistense outra leitura referente à fundação da cidade e sua história, a partir da investigação que pesa sobre a relação entre a sociedade, os monumentos e os discursos que se circunscrevem em tais edificações.

Consideramos o tema relevante na medida em que, ao analisarmos o processo de construção da memória social e a patrimonialização dos monumentos, estaremos contribuindo não só para o entendimento das questões teóricas e conceituais sobre a memória social, mas, sobretudo, para a compreensão de questões que fazem parte das relações e práticas sociais inerentes àquela sociedade. Os monumentos, na qualidade de discursos que constroem a memória social, trazem lembranças, registros de fatos e acontecimentos que, do ponto de vista de quem os consagra, não devem ser desprezados.

Portanto, o que apresentamos como um projeto para pesquisa de mestrado a análise da construção da memória social a partir dos monumentos comemorativos da sociedade conquistense. Será no *interrogar* dos monumentos que fazem parte da paisagem urbana da cidade que pretendemos nos interrogar acerca do passado, com nossas inquietações do presente e nossas projeções do futuro.

As pesquisas pautadas no estudo da Memória Social têm ocupado um lugar de destaque na produção do conhecimento no campo das ciências sociais e

humanas. Atualmente, há um crescente interesse entre os historiadores em desenvolver pesquisas voltadas para essa área do conhecimento. Isso se deve, sobretudo, às mudanças epistemológicas que ocorreram no âmbito da História, em especial, pela ampliação de conceitos, os quais reorientam a postura do historiador, pela renovação das correntes e métodos que sinalizam novos objetos, novo temas e novas fontes.

Ambas, tanto a Memória quanto a História, trazem questões que fazem parte do presente e podem ganhar uma dimensão no futuro. Compreendemos, pois, que a memória representa uma fonte importante para o estudo e a compreensão das sociedades, das práticas e relações sociais. De acordo com o medievalista Jaques Le Goff (1996), ao se estabelecer uma aproximação entre a Memória e a História, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória nas sociedades históricas. Ainda segundo Le Goff, a memória é um elemento essencial para a preservação da identidade individual ou coletiva. Mas a memória não é só uma conquista, é um instrumento e objeto de poder.

[...] A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em via de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1996, p. 475).

Para discutirmos a relação entre a sociedade urbana, a memória e o espaço, buscando compreender a prática de edificar monumentos urbanos, apropriamo-nos das ideias postuladas pelo historiador Lewis Mumford (1965). Ele apresenta uma discussão partindo da cidade antiga, mostrando como as práticas de erigir monumentos estavam presentes desde os primórdios das sociedades urbanas, ditas organizadas. Considerando as reflexões desse autor, podemos compreender como a memória social foi sendo construída a partir da edificação de monumentos que postulavam o desejo humano de imortalizar fatos, acontecimentos e personagens, com o propósito, sobretudo, de garantir a hegemonia de poder fundamentado em valores sociais impressos no espaço por uma determinada sociedade ou grupos locais.

Para entendermos a construção de uma das memórias da cidade de Vitória da Conquista, estudaremos o monumento erigido em homenagem aos bandeirantes fundadores da cidade. Adentrando nesse domínio, faremos uma interlocução com os

pressupostos teóricos do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), que apresenta o conceito de memória coletiva, numa dimensão social que implica campos de significados, em que se envolvem as noções de tempo e espaço. Para este autor, só existe memória quando há sentimento de continuidade presente naquele que se lembra. Assim, a memória liga-se à lembrança das vivências e estas só existem quando os laços afetivos criam o sentimento de pertencimento ao grupo. O sentimento de continuidade só se rompe quando termina o tempo de vida do grupo. Nesse momento, explica o autor, é necessário que o passado seja registrado para não cair no esquecimento. Ao contrapor história e memória, o autor vê na produção historiográfica uma sistematização arbitrária do passado com rupturas e períodos artificiais. Ao contrário da história, a memória não faz rupturas entre o passado e o presente, ela se organiza em “continuidade” numa ponte entre o que foi e o que construímos como lembrança a partir do presente.

Portanto, o monumento erigido na cidade de Vitória da Conquista, em homenagem aos bandeirantes, a nosso ver, está inserido nessa perspectiva, tendo em vista que a sua edificação pode ser analisada como um mecanismo de manutenção de uma memória coletiva de um determinado grupo que se quer imortalizar. O monumento em homenagem aos bandeirantes faz parte de uma das memórias sociais da cidade: a memória oficial.

Para compreendermos outra construção da memória social, que aqui chamamos de “memória subterrânea”, estudaremos o monumento edificado em homenagem aos índios, fazendo uma apropriação das ideias de Michael Pollack (1992), que trabalhou com a memória dos “marginalizados” e “excluídos”. Estudando essas memórias, o autor observou a existência de zonas de sombras, de silêncio e do não dito, que estão em constante deslocamento e presentes em discursos carregados de metáforas que afloram em momentos de crise.<sup>10</sup>

Pollack, em seu trabalho com os grupos de sobreviventes dos campos de concentração, entre outros, trouxe uma grande contribuição teórica e metodológica para os estudos no campo da história e para a compreensão da construção da

---

<sup>10</sup>Segundo o professor Ruy Hermann de Araújo Medeiros, os índios foram cruelmente exterminados pelos bandeirantes no conhecido “Banquete da Morte”. Durante uma conversa informal, perguntei ao professor e a outros pesquisadores da história da cidade se existem descendentes de índios na região. Pelo que pude verificar, não há descendentes de índios naquela região. Podemos inferir que a vergonha e o preconceito calam os descendentes de índios, que, segundo o professor, se ainda sobrevivem na cidade, estão em silêncio, não se manifestam para retratar ou reconhecer a sua descendência. Por outro lado, é notável o número de pessoas que se apresentam como descendentes dos bandeirantes, tidos como heróis (comunicação pessoal em 03 de janeiro de 2008).

memória. Ao contrário de Halbwachs, Pollack acentuou o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional, mostrando a existência de outras memórias que se encontram sempre à margem da história.

Na fundamentação da discussão do objetivo da pesquisa, que visa analisar o sentido social do patrimônio histórico em Vitória da Conquista e sua relação com a sociedade conquistense, faremos uma interlocução com alguns autores, tais como Alöis Riegl (2006), que discute o valor do monumento intencional numa perspectiva definida pelo desejo do homem de imortalizar ações que possam ultrapassar a dimensão do tempo e do espaço.

Ainda nos será oportuno dialogar com as ideias da historiadora Françoise Choay (2006), no que se refere ao conceito de monumento histórico, que, segundo a autora, teve uma data e um local preciso para o seu nascimento, por volta do século XV, em Roma. Só a partir dessa data os monumentos vão ter um significado histórico social. Antes desse período, os monumentos eram reutilizados sem qualquer vinculação com o seu sentido do passado.

Para discutir o conceito de patrimônio cultural, faremos uma breve reflexão em torno dos pressupostos teóricos de alguns pesquisadores, tais como: Regina Abreu, Reginaldo Gonçalves e Vera Dodebei, entre outros.

Ainda no campo do patrimônio, teceremos algumas considerações partindo da análise do pesquisador Paulo Knauss (1999), na qual ele apresenta um rigoroso estudo acerca das imagens urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, o autor evidenciou um acervo de peças que simbolicamente poderia ser compreendido a partir de três enunciados: a *gratidão*, a *vaidade* e a *exclusão*. Essas categorias de análises carregam em si um enunciado que tenciona apresentar uma cidade em comunhão.

O que ficou evidente [na pesquisa acerca das imagens urbanas] é que a produção do universo da imaginária urbana está em relação direta com a dinâmica da sociedade, ocasionando debates acerca da significação dos emblemas urbanos, expondo os meandros das contradições sociais. Apesar disso, no processo de sua elaboração, as imagens escultóricas ganham conteúdos que suspendem os conflitos da sociedade e investem na harmonia e conservação da ordem social (KNAUSS, 1999, p. 8).

De acordo com Knauss, em torno do sentido de gratidão, fundamentam-se as bases para a cumplicidade entre o Estado e a sociedade. Nessa relação simbólica

camuflam-se as contradições e os conflitos sociais entre o Estado e a sociedade civil. Já o sentido de exclusão representa os grupos desprestigiados socialmente. Embora os enunciados simbólicos contidos nos monumentos partam de princípios distintos e tratem de temas que se contrapõem. Ambos, de acordo com Knauss, comungam o mesmo objetivo. “[...] o sentido da urbanidade é demarcado pela vontade de superar conflitos, tensões e pela intenção de instaurar a cidade comunidade” (KNAUSS, 1999, p. 10). Ao estudarmos os monumentos da cidade de Vitória da Conquista, nos parece oportuno refletir sobre as proposições apresentadas por Knauss: o sentido de gratidão para estudar o monumento em homenagem aos bandeirantes e o sentido de exclusão para estudar o monumento erigido em homenagem aos índios.

A cidade pode se apresentar enquanto sujeito social e coletivo, do ponto de vista conceitual, na medida em que ela acumula objetos que estão dispostos tanto no espaço físico quanto no espaço simbólico. Nesse sentido, entendemos que os monumentos de Vitória da Conquista estão inseridos no universo de uma coleção. Para o filósofo e historiador Krzysztof Pomian (1984), numa coleção de objetos existe uma relação entre o mundo do visível e o mundo do invisível, entre o mundo do aqui e do além. Assim, os objetos de uma coleção fazem uma ponte entre dois mundos, intermediando o passado com o presente. É nessa relação que se pode potencializar tanto a manipulação da lembrança quanto do esquecimento. Apresentaremos nesta pesquisa uma coleção de monumentos da cidade de Vitória da Conquista. Enfocaremos dois deles: o monumento aos bandeirantes e o monumento aos índios, que, embora antagônicos, são representativos de um universo complementar por fazerem parte da história da fundação da cidade.

Ainda no desdobramento desta pesquisa, utilizaremos a análise de discurso postulada por Michel Pêcheux como uma das ferramentas possíveis para atingirmos os objetivos destinados a compreender a relação de caráter discursivo que possa existir entre os monumentos e a sociedade conquistense. A partir da análise de fontes como jornais, cartas e documentos da Administração da Coroa Portuguesa, dentro de um campo discursivo, ideológico, histórico e socialmente construído, verificaremos as condições de produção de tais textos e suas possíveis leituras contextuais.

Os monumentos edificados na cidade constroem enunciados que se constituem em discursos de memória social. E como enunciados vamos analisá-los

discursivamente, instituindo, como Michel Pêcheux, que “todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende-se trabalhar com a análise do discurso” (PÊCHEUX, 2002, p. 53). Tomamos os monumentos como enunciados por entendermos que esses objetos veiculam leituras e informações que podem ser interpretadas a partir do contexto histórico em que eles produzem sentidos.

Esses monumentos refletem a história da cidade e evocam, em múltiplos sentidos, as disputas simbólicas no campo da memória social. Essas disputas são expressas a partir de valores históricos, políticos e culturais de determinados grupos sociais, em que se verifica o desejo de imortalizar fatos, acontecimentos e personagens humanos. Porém, os limites para as pretensões de imortalizar-se sobre a dimensão do tempo e do espaço esbarram no contexto das relações sociais, em que operam a dimensão das interpretações e sentidos, pois os monumentos só se constituem em discursos de memórias se houver uma relação entre esses objetos e a sociedade na dinâmica que envolve a polifonia discursiva de significados e interpretações.

A pesquisa teve início a partir do levantamento das fontes documentais, bibliográficas, arquivísticas e fotográficas pertinentes ao tema. Posteriormente, houve a necessidade de buscar informações e documentos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Museu Regional da cidade de Vitória da Conquista, na prefeitura e na câmara de vereadores, onde estão disponibilizados alguns documentos e indicações de fontes relativas à ocupação e ao domínio do *Sertão da Ressaca*<sup>11</sup> pelos portugueses. A demarcação do período histórico para a discussão desta pesquisa encontra-se na contemporaneidade.

Inicialmente, faremos uma discussão sobre a cidade e a memória no domínio do espaço urbano. Posteriormente, apresentaremos os antecedentes históricos de fundação da cidade e do domínio *Lusitano* do *Sertão da Ressaca*. Em seguida apresentamos a fundação da Imperial Vila da Vitória.

A seguir, trataremos uma discussão conceitual sobre o patrimônio cultural e o monumento como documento. Nessa discussão, faremos uma interlocução com os autores já mencionados, como Le Goff, Vera Dodebei, entre outros. Ainda nesse

---

<sup>11</sup>*Sertão da Ressaca* é uma faixa de terra situada entre os rios Pardo e das Contas, distante do mar e para além da Mata Atlântica, região Centro-Sul da Bahia, conhecida hoje por Planalto de Conquista.

capítulo, apropriaremos-nos das categorias de análise do historiador Paulo Knauss, quando ele trata do sentido de gratidão e de exclusão presente do ponto de vista simbólico na relação entre as imagens urbanas (monumentos, esculturas públicas, etc.) e a sociedade. Para concluir essa parte, faremos uma apresentação dos monumentos da cidade e, em seguida, apresentaremos também um quadro cronológico / tipológico dos monumentos.

No quarto capítulo, faremos uma apreciação documental fundamentada na análise do discurso de tradição francesa (AD). Nessa abordagem qualitativa, procuraremos relacionar os documentos e fontes sobre o tema com o propósito de compreender os discursos que integram a relação entre a sociedade e os monumentos e, nesse sentido, incorporá-los ao quadro teórico e conceitual para que possamos responder as questões propostas nesta pesquisa.

Interessa-nos analisar a construção da memória social presente na relação entre os monumentos e a sociedade conquistense e, por conseguinte, refletir sobre a função social desses monumentos que constituem o patrimônio cultural da cidade.

## 2 A CIDADE E A MEMÓRIA

[...] a cidade é, antes de mais nada, um resultado social. O que caracteriza a cidade é a sua complexidade social de propósitos. Ela representa a possibilidade máxima de humanização do ambiente natural e de naturalização da herança humana: ela dá ao primeiro a conformação cultural e exterioriza a segunda em formas coletivas permanentes.

Lewis Mumford

Neste capítulo discutiremos a relação entre a cidade e a memória, fazendo uma breve reflexão sobre as sociedades antigas no limite de suas expressões e práticas sociais, que se reservavam ao domínio da construção da memória. O fio condutor desta reflexão é a preservação de uma determinada memória e a relação entre a cidade e o domínio simbólico do espaço urbano. Posteriormente, apresentaremos o processo de ocupação do território baiano, *Sertão da Ressaca*, e a fundação da cidade de Vitória da Conquista pelos bandeirantes. Nossa justificativa para historicizar o processo de fundação da cidade se fundamenta na problematização da pesquisa que versa sobre o monumento erigido em homenagem aos bandeirantes e o monumento erigido em homenagem aos índios que foram expulsos de seu território.

### 2.1 A construção da memória no espaço urbano

Na dinâmica de uma cidade em movimento, podemos refletir acerca das práticas e dos valores sociais de uma determinada sociedade urbana, a partir das evidências e vestígios deixados pelas marcas do passado, que ficaram registradas não somente em *pedra e cal*, mas, sobretudo, nas memórias dos sujeitos sociais, que podem se revelar a partir dessas evidências. Entretanto, cabe ressaltar que uma sociedade cidadina apresenta inúmeras possibilidades de percepção de suas manifestações, expressões e sentidos, e, também, de suas estruturas arquitetônicas e monumentais, que revestem sua “face” e que lhe dão atribuições e sentidos.



A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida. Uma certa nostalgia parece nos fazer acreditar que a cidade não corresponde mais ao signo porque se estaria tornado excessivamente percebida graças aos símbolos de sua monumentalidade exibida. [...] Os signos se multiplicam e fazem signos. Apesar da obsessão de restauração, uma certa desordem visual persiste e convida o cidadão a criar seus próprios modos de leitura da cidade. [...] A cidade permite uma aventura da imaginação como essa somente, na medida em que o que dela se exponha demonstre imediatamente ter capacidade de absorver o novo (JEUDY, 2005, p. 81).

Esta vinculação entre o que é apreendido ou interpretado pelo cidadão e o que se retrai à visão das (re) leituras das cidades é um tema recorrente também em Ítalo Calvino (2007), na obra *As Cidades Invisíveis*. Nessa obra, o autor aborda de maneira emblemática como numa cidade pode haver inúmeras outras cidades, a depender do olhar do observador que está vinculado, entre outros aspectos, à capacidade criadora da imaginação humana. Para esse autor, a cidade vai ser apreendida a partir do lugar que o sujeito ocupa, do recorte da cidade que o sujeito faz para observar e de toda uma gama de subjetividade. Nessa arena da subjetividade que perpassa pelo campo das interpretações, encontramos no pensamento de Ítalo Calvino uma possibilidade de compreensão da cidade como um organismo vivo em constante movimento e mudança. Esse movimento, feito a partir das (re) leituras do sujeito individual, atinge o sujeito social numa relação de força e poder que emerge da cidade e de suas diversas interpretações num campo de múltiplas possibilidades.

Nesses termos, a transmissão de determinados valores sociais a partir das imagens urbanas fica a critério das interpretações que cada sociedade atribui no contexto de seu tempo. Embora haja uma intencionalidade na edificação das imagens públicas, isso não significa que elas permanecerão dentro da intencionalidade de origem. Todavia, é importante ressaltar que nos espaços públicos urbanos podemos encontrar a tentativa de exteriorização das tradições e valores sociais, que passam pelo campo da (re) construção da memória social.

Desde a cidade antiga, as sociedades visam à perpetuação dessas marcas culturais para além da margem do tempo social, na intenção de manterem determinados sentidos e significados. Isso ocorre devido à manipulação da memória e do esquecimento, no que compõe os modelos de organização social.

De acordo com a tradição ocidental, entre os séculos VII e VIII a.C., nas cidades da Grécia Antiga, eram narrados em praça pública os poemas épicos *A Ilíada* e *A Odisséia*, que forjaram o modelo da cultura ocidental, e ao mesmo tempo serviram de explicação da realidade aristocrática. Esses poemas descreviam os feitos memoráveis dos deuses e dos heróis. O mito correspondia, pois, à totalidade do cosmos, da natureza humana e do sobrenatural. As narrativas míticas não se localizavam no tempo cronológico. A dimensão da temporalidade era fundamentada nas genealogias. Seu estatuto de verdade era inquestionável, sendo revelada pela *Mnemosyne* (memória) a pessoas especiais, tais como os poetas e os adivinhos.<sup>12</sup> Assim, cabia à memória a função social de guardiã da tradição aristocrática e mantenedora dos laços de coesão social.

Já na Grécia Clássica, em Atenas, no limiar do século V a.C., a *polis* (cidade) era um lugar, por excelência, de definição dos assuntos públicos, onde os cidadãos tomavam parte nas assembléias deliberativas e eram considerados membros da democracia ateniense. Esse espaço de deliberação das questões públicas localizava-se no centro da *polis*. Todas as questões que diziam respeito ao âmbito político, social ou cultural, eram definidas na parte central da *polis*. Embora nesse período a razão como instrumento de compreensão de mundo já estivesse sobreposta, ainda havia a tensão entre o mito e a razão. Portanto, a *Mnemosyne* ainda era concebida como uma divindade capaz de responder à coesão dos laços sociais.

Para além das narrativas míticas, a relação entre a cidade e a memória, no mundo antigo, estava presente, também, nas construções arquitetônicas e esculturais, como, por exemplo, nos templos, nos palácios e nas tumbas. De acordo com Lewis Mumford, as cidades antigas constituíam, a rigor, um espaço reservado à monumentalidade, que se traduzia como uma expressão de poder, tanto nas cidades do ocidente, como nas cidades do Antigo Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia). Assim,

As pesadas paredes de argila bem cozida ou de sólida pedra davam às efêmeras funções do Estado a certeza de estabilidade e segurança, de poder ininterrupto e de autoridade inabalável. O que hoje chamamos de arquitetura monumental é, antes de tudo, a expressão do poder [...].

---

<sup>12</sup>Para uma apreciação desse tema, ver em Jean Pierre Vernant: *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo, Difel, 1973.

A cidade, com suas muralhas fortificadas, seus baluartes e fossos, impunha-se com admirável exibição de uma agressividade sempre ameaçadora, que adquiria concentrações letais de suspeita e ódio vingativo, assim como de não cooperação, nas proclamações dos reis. Os monarcas egípcios, não menos que seus correspondentes mesopotâmicos, gabavam-se, em seus monumentos e tabuinhas, de seus feitos pessoais, mutilando seus principais cativos (MUMFORD, v. 1, 1965, p. 65-92).

Podemos inferir que a expressão de poder anunciada nas cidades antigas pela *monumentalidade* arquitetônica e escultural, além de expressar um princípio de poder, era também um artifício que se apresentava como uma reserva de segurança contra os inimigos. Sabe-se que o mundo antigo foi orientado sob o signo da guerra, e apresentava as imagens gravadas em objetos (monumentos, peças, esculturas, etc.) correspondentes aos feitos aniquiladores sobre seus principais inimigos. Com isso, essas sociedades antigas tinham o objetivo, entre outros, de causar temor aos possíveis invasores, pois naqueles espaços gravados construía-se discursos de memórias, nos quais se pontuava um fundamento expressivo: a lembrança ou o não esquecimento.

De acordo com Paulo Knauss (2003, p. 12), as imagens urbanas<sup>13</sup> podem se caracterizar por instrumentos de legitimidade da ordem social e do poder, tendo em vista que o poder não se sustenta apenas pela força e pela violência.

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada [...]. Nesse sentido, sua perpetuação não se realiza, nem pelas suas bases racionais. [...] [o poder] só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, e pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. [...] Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação (BALLANDIER *apud* KNAUSS, 2003, p. 12).

Tanto essa referência como a anterior, associadas ao relato da Antiguidade, permitem-nos compreender a importância das imagens urbanas como um registro de memória social para as sociedades, tanto antigas quanto contemporâneas, haja vista os sentidos que essas imagens veiculam. As narrativas históricas ou mitológicas organizam o espaço e dão um sentido social que repousa no passado

---

<sup>13</sup>Essas imagens urbanas são, precisamente, da cidade de Niterói num estudo contemporâneo. Ver em KNAUSS, Paulo (coordenador). *O Sorriso da Cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói, 2003. Tomamos como uma referência também para o contexto no mundo antigo.

como um fundamento de identidade e, nesse sentido, contribuem para a coesão social.

Nas cidades antigas, a vida e a energia humana eram traduzidas em forma de arte [...]. Cada geração podia agora deixar seus depósitos de formas e imagens ideias: oratórios, templos, estátuas [...] documentos entalhados e pintados em muralhas e colunas, que satisfaziam ao antigüíssimo desejo de imortalidade, da parte do homem, fazendo-se presente nas mentes das gerações posteriores [...] Mesmo ameaçada de extinção, orgulho e ambição se apegavam às pedras da cidade, pois a arte antecedeu a palavra escrita na fixação de formas simbólicas 'externas' daquilo que, de outro modo, haveria de desaparecer (MUNFORD, 1965, v. 1, p. 98).

O trecho acima destaca a prática urbana do homem em deixar sua marca numa dimensão mais ampla do não esquecimento e do desejo de memória. Na cidade antiga, essa prática não se restringe apenas ao campo de poder político, de domínio sobre o outro ou como reserva de segurança contra os possíveis inimigos. Essa prática alarga-se no sentido da vaidade humana. Essas duas dimensões, o poder e a vaidade funcionavam como mecanismos carregados de sentidos e significados discursivos de determinadas memórias sociais, que não eram excludentes, pelo contrário, até poderiam se complementar.

Outro importante artifício desenvolvido pela criação humana, como registro de memória social, encontra-se na iconografia representada nos vasos de cerâmica produzidos na Grécia Antiga. Esses vasos reproduziam a vida cotidiana dos gregos e também os feitos gloriosos dos deuses e dos heróis. Aqui a dimensão do poder que se estabelece movia-se numa esfera diferenciada, alargando-se para o campo da distinção dos atributos e valores morais aristocráticos, como um aspecto distintivo de uma sociedade que preconizava um ideal de superioridade.

De acordo com José Francisco Moura (2002), a iconografia encontrada nos vasos da Lacônia produzidas em meados do século VI a.C. liga-se de maneira geral às temáticas gregas da tradição. No entanto, as imagens e o significado das histórias foram mobilizados para fundamentar uma aproximação com a estética e com os valores da aristocracia espartana. Esses objetos traziam imagens com uma releitura da tradição, tendo em vista a incorporação aos valores e ideais espartanos. Compreendemos, pois, que feita a releitura da tradição a partir dos objetos, fazia-se, também, uma releitura da memória que seria transmitida de geração à geração. Cabe ressaltar, como aponta Moses Finley, que "a tradição [no mundo antigo] não

transmitia o passado, ela o criava. De uma forma que às vezes assemelhava-se à história – e que foi largamente aceita pelos gregos” (FINLEY, 1989, p. 24). Isso nos leva a crer num movimento de (re) construção da memória a partir das interferências iconográficas fixadas em tais objetos.

Nesse contexto, percebemos que a relação entre a cidade e a memória, no mundo antigo, foi construída mediante uma constante releitura da tradição, comportando diversas interpretações.

Nas sociedades antigas, a memória estabeleceu uma função social primordial entre a dialética da lembrança e a do esquecimento. Segundo Nicole Loraux (1988), na Atenas clássica, a edição de decretos políticos que manipulavam o uso do esquecimento era comum. Ou seja, era proibido lembrar as desgraças sofridas por Atenas. Só do louvor e das glórias atenienses era permitido recordar. Assim, a cidade foi se constituindo num espaço privilegiado onde se afirmavam as relações sociais de poder. Nesse sentido, a memória e o esquecimento são partes inerentes às práticas sociais, tanto no mundo antigo quanto no mundo contemporâneo.

Na contemporaneidade, em diversos campos do conhecimento, discute-se a potencialidade da memória, cujo fenômeno do esquecimento aparece como centro das discussões. Mas, diferentemente da Grécia clássica, onde a memória só era permitida em função do louvor e das glórias conquistadas, a memória na cidade contemporânea é preservada em termos mais amplos, nos dois sentidos. Tanto as glórias do passado quanto as desgraças são fatos que podem vir a ser preservados pela memória social. Não obstante, cabe compreender como e quem vai determinar o que recordar e o que esquecer.

De acordo com Maurice Halbwachs (2006), a cidade é, por excelência, um espaço de memória coletiva:

[...] o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Assim, a imagem da paisagem urbana nos oferece um sentido de estabilidade que se traduz pela concretude dos espaços solidificados em jardins, praças, monumentos, prédios, casas, ruas, avenidas, etc. Esses espaços socialmente

construídos nos garantem um retorno seguro a uma dimensão no tempo que nos é conhecida, o passado. Essa relação traz em si a impressão de estabilidade, de continuidade e de segurança em algo que não está exposto a grandes mudanças:

[...] não é muito fácil modificar as relações que se estabelecem entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele [...] As pedras e as matérias não oferecem resistência. Os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos (HALBWACHS, 2006, p. 163).

Halbwachs atribui umas das formas de resistência da memória coletiva ao espaço, como, por exemplo, as *pedras da cidade*. Ele nos mostra a relação que se estabelece entre as *pedras* e os indivíduos no domínio subjetivo. Segundo o autor, é nessa relação que surge um vínculo de segurança e permanência, mesmo que a cidade sofra uma destruição e seja reconstruída. O que já foi estabelecido no âmbito desse espaço social com a dimensão do pensamento, das marcas e das lembranças dos grupos sociais poderá resistir. A resistência toma a forma de fragmentos do passado que se tornam memórias coletivas.

Henri-Pierre Jeudy segue os passos da linha de pensamento de Halbwachs, mas estabelece uma relação diferenciada desse autor no que confere ao vínculo de natureza subjetiva que se fixa na relação entre o indivíduo e a cidade a partir da memória. Jeudy se baseia na relação simbólica que se estabelece entre a cidade e os indivíduos para apontar a relação que liga os indivíduos à memória: “mesmo que uma torre tenha sido destruída, ou um monumento seja derrubado, sua destruição seguida de sua ausência permanecerá na memória dos cidadãos” (JEUDY, 2005, p. 82). Nesse campo social onde a materialidade se reveste do domínio simbólico, a cidade se alimenta de tudo o que serve de signo porque tudo é convocado a funcionar como signo, de uma maneira efêmera ou estável. Ainda, para esse autor, tais representações simbólicas (re) criadas pelos indivíduos a partir da materialidade da cidade, mesmo que sejam escolhas e decisões arbitrárias de agentes do poder público, serão revestidas em patrimônios. Pois ao estarem expostas no espaço público, ganham uma dimensão para além do plano material e territorial, na relação social que se estabelece no domínio simbólico com a sociedade.

As cidades, além de serem complexos urbanos compostos de espaços públicos e privados, são definidas também pelo seu aspecto arquitetônico e monumental, onde se revela a paisagem artificial confeccionada pela ação humana. Assim, pois, pensar a cidade como uma construção humana e social nos remete a refletir como ocorreu o povoamento, a ocupação e, posteriormente, como se constituiu a sociedade urbana em suas práticas de organização social. Sabe-se que o processo de povoamento e tomada de espaços territoriais foi geralmente definido em disputas, conflitos e guerras que propiciavam aos vencedores não somente o espaço territorial, mas, sobretudo, o domínio social e político sobre os povos vencidos.

## 2.2 Antecedentes à fundação da cidade de Vitória da Conquista e domínio lusitano do *Sertão da Ressaca*

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam obscuras, suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino



Figura 1- Mapa com a localização da Região de Vitória da Conquista – BA

A região do planalto de Conquista, *Sertão da Ressaca*, possui uma área geográfica que corresponde a 3.743 quilômetros quadrados. Trata-se de um

território de transição geoambiental com uma grande diversidade de microclimas e extratos florestais com remanescentes de mata atlântica, matas de cipós, cerrados e caatinga. O relevo é pouco acidentado na parte mais elevada, suavemente ondulado. A região possui uma população de 313.898 habitantes<sup>14</sup>. Apesar da alta taxa de urbanização (85,8%), há uma grande população rural, distribuída por 284 povoados, numa região dentro dos limites do semiárido, sofrendo, portanto, os efeitos da baixa pluviosidade e das secas periódicas (MEDEIROS, 1977). O município fica a 522 quilômetros de Salvador, capital. A cidade de Vitória da Conquista está localizada na Serra do Periperi.

Na América portuguesa, no século XVIII, os lusitanos, que já detinham o poder de posse sobre a colônia portuguesa, intensificaram esse domínio na conquista do território denominado de *Sertão da Ressaca*. Segundo Ruy Hermann de Araújo Medeiros (1999), esse desafio de adentrar o interior da Bahia se constituiu numa guerra de conquista, declarada pela Coroa Portuguesa com objetivos claros e específicos: encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado na região, destruir quilombos, instituir aldeias e matar os índios que se opusessem à conquista e submissão. Ainda segundo Medeiros, o território mapeado pelos bandeirantes para conquista e domínio era extensivamente ocupado pelas Mongoiós, entre outras tribos indígenas<sup>15</sup>. Por isso, a guerra se fundamentava numa estrutura logística, burocrática e militar (MEDEIROS, 1999).<sup>16</sup>

Na segunda metade do século XVIII, o superintendente de Minas Novas, comarca da Bahia, Pedro Leolino Mariz, em nome da Coroa Portuguesa, designou uma expedição para conquistar o território situado entre Minas Gerais e Bahia. A Bandeira era chefiada pelo bandeirante André Rocha Pinto. Integrava a expedição João da Silva Guimarães<sup>17</sup>. O território percorrido e explorado pelos desbravadores correspondia aos trechos banhados pelos rios de Contas, Pardo e São Matheus.

<sup>14</sup>De acordo com o censo de 2008, fonte do IBGE (consulta feita em 13 de janeiro de 2009).

<sup>15</sup>Cabe ressaltar que desde o período colonial, Portugal dispunha de leis específicas para serem aplicadas aos índios. Segundo Melatti, só se podia combater os índios com autorização da Coroa Portuguesa. Havia um decreto que proibia os maus-tratos aos índios, com exceção dos que se opusessem à conquista e submissão dos lusitanos. Ver em MELATTI, Julio Cezar. *Índios no Brasil*, p. 106- 191.

<sup>16</sup> Para uma apreciação do tema de povoamento do Brasil Colônia, ver em PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 54-64. Uma outra referência importante que descreve o interior baiano é encontrada em AGUIAR, Viana Durval. *Província da Bahia*, editora Cátedra - MEC. Rio de Janeiro, 1979, p. 190- 215. Esta obra contém informações do ponto de vista geográfico, administrativo, entre outros, das cidades baianas, inclusive de Vitória da Conquista. A primeira edição data de 1888.

<sup>17</sup>Ver em TANAJURA, M. *História de Conquista. Crônica de uma Cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.



Com a morte de André Rocha Pinto, João da Silva Guimarães assume o compromisso da Expedição de André, com o mesmo empenho.<sup>18</sup>

Por volta de 1744 a 1752,<sup>19</sup> João da Silva Guimarães tenta entrar na região do *Sertão da Ressaca*, na Bahia, porém sofre sucessivas derrotas ao enfrentar os índios Mongoiós. Um intervalo de tempo separava o bandeirante de sua vitória final.

Trinta anos mais tarde, em 1782<sup>20</sup>, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, com uma Bandeira organizada em torno de cinquenta homens, entraram em luta com os índios Mongoiós. Segundo a tradição, o número de índios era maior do que a expedição que formava a Bandeira de Guimarães, cerca de 300 índios. Mas a batalha final teria tido a intervenção de Nossa Senhora da Vitória, em favor dos portugueses (VIANA, 1982, p. 13-14).

Aníbal Viana descreve uma narrativa de Laurinda (neta de Tio Nagô, ex-escravo de João Gonçalves da Costa), na qual Gonçalves teria visto uma santa no dia da batalha final. Laurinda narra com riqueza de detalhes a história que, segundo ela, fôra transmitida pelo Tio Nagô<sup>21</sup>:

O capitão João da Costa, de facão em punho, lutava com muita coragem com os selvagens e eis que entre a folhagem surgiu uma índia diferente das outras, pela beleza fisionômica. O capitão aproximou-se para capturá-la e a índia corria a sua frente pelo mato, desde o lugar de nome Batalha, onde foi travada a luta, até o lugar da grande aldeia dos Mongoiós. Aí, a índia deu a frente ao Capitão, e ele reconheceu nela a imagem de Nossa Senhora. O Capitão ficou apavorado, estatelado com a visão, e fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: aqui levantarei a Vossa Igreja, e a índia desapareceu (VIANA, 1982, p.15).

---

<sup>18</sup>Ver em Tranquilino Torres (notas críticas MEDEIROS, p. 92/93) Guimarães relata numa carta a Pedro Leolino que reduziu muitos índios, fundou aldeias e encontrou metais preciosos na região do rio São Matheus. Códice nº I-8, 2, 38 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup>É necessário, todavia, destacar que a bandeira de João da Silva Guimarães não foi a primeira a adentrar no território baiano. Segundo Mozart Tanajura, Francisco Bruzza de Spinoza, homem de Castela, percorreu caminhos de Porto Seguro ao São Francisco, acompanhado de 12 portugueses e o missionário espanhol João de Aspilcueta Navarro. Spinoza teria sido mandado pelos representantes da Coroa à procura de metais preciosos (TANAJURA, 1992, p. 15).

<sup>20</sup>Cabe aqui informar que as datas não são precisas, tendo em vista que foram encontradas algumas contradições na literatura escrita sobre a cidade. É importante ressaltar que algumas fontes confundem João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. A partir das análises dos documentos relativos à Coroa Portuguesa nos foi possível caracterizar com mais rigor os dois bandeirantes e com isso perceber os equívocos.

<sup>21</sup>Segundo Aníbal Viana, Tio Nagô morava em Vitória da Conquista, no antigo Beco Sujo (hoje, Rua Ernesto Dantas) e faleceu com 110 anos há muito tempo, conforme sua neta Laurinda Silva, que reside nesta cidade em casa de D. Maria Vitória dos Santos Silva e tem 87 anos de vida, contava estas histórias que foram transmitidas por Tio Nagô (VIANA, 1982, p. 15 ).

A tradição que conta a interferência da santa na guerra é um elemento que demarca uma tendência recorrente de apreensão das circunstâncias em que ocorreram algumas batalhas entre os bandeirantes e os índios, na disputa e na conquista de territórios no Brasil.<sup>22</sup> A origem dessa tradição nos remete à segunda metade do século XVI. Segundo Mozart Tanajura, a devoção de Nossa Senhora da Vitória remonta ao ano de 1571, quando a armada de Carlos V venceu os Turcos no Golfo de Corinto, na Batalha de Lopanto, enquanto em Roma rezava-se pelo sucesso dos cristãos sobre os infiéis. Vencida a batalha pelos romanos, o papa Pio V ordenou a comemoração anual de Santa Maria da Vitória. Mais tarde, seguindo-se a bula de Gregório XIII, ficou reservado um dia no ano para a festa de Nossa Senhora da Vitória (ETZEL *apud* TANAJURA, 1992, p. 45).

A batalha travada entre portugueses e mongoiós foi vencida pelos portugueses e, posteriormente, em 1803, segundo a tradição, João Gonçalves da Costa cumpre a promessa feita à Santa: doa um terreno para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no local onde antes estava fixada a aldeia dos mongoiós.<sup>23</sup>

Por volta do final do século XVIII, o *Sertão da Ressaca* estava dominado e ocupado pelos lusitanos. Mas não se sabe com exatidão a data em que foi fundado o Arraial da Conquista. Num ofício redigido em Lisboa, no dia 12 de agosto de 1780, e endereçado a Martinho de Mello e Castro, secretário da marinha e ultramar, sobre a Capitania dos Ilhéus, o ex-governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, relata ter conhecimento do povoamento da região do *Sertão da Ressaca*:

[...] um homem, que com sua família, vivia nas cabeceiras da citada Capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigou-se, não sei o motivo, por aquele deserto por ditado tempo, não logrou ver fruto de seu trabalho, pois lhe roubaram os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem um rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os

---

<sup>22</sup>De acordo com Tanajura (1992, p. 154), a devoção à Nossa Senhora da Vitória é um dos cultos mais antigos da Igreja Católica. No Brasil, o culto foi difundido pelos portugueses. A evocação da Santa teria ocorrido, inicialmente, em Salvador em 1549, quando por ocasião os portugueses entraram em luta contra os índios pelo território. Segundo a tradição, os portugueses teriam invocado a santa e obtiveram a primeira vitória e fundaram a localidade que hoje se chama Bairro da Vitória. O nome da santa foi alterado para Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>23</sup>Os documentos de doação do terreno para construção da igreja estão no cartório do 2º ofício da cidade da Vitória da Conquista - BA. Ver um resumo do texto também na revista *História de Conquista*, vol. I p. 49-57.

açougues de Vila de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados (ALMEIDA, 1780).<sup>24</sup>

Com a instalação dos lusitanos na região indígena, os índios que sobreviveram tiveram que se deslocar para outras localidades. Os Mongoiós foram sistematicamente divididos e organizados em aldeias por missionários católicos, e quase todas as aldeias ficaram subvencionadas ao governo provincial (TANUJURA, 1992, p. 42). Não obstante, os índios não tinham sido definitivamente vencidos, pois alguns conflitos entre eles e os portugueses foram registrados.

Segundo Maximiliano Alexander Philipp<sup>25</sup> (1989), para fundar o Arraial, João Gonçalves da Costa teria feito um acordo de paz com os índios. No entanto, o acordo teria sido rompido pelos índios, que, sistematicamente, matavam os soldados de João Gonçalves da Costa.

Finalmente, depois de ter concluído um acordo com aqueles selvagens e começado a constituir o seu estabelecimento, [João Gonçalves da Costa] notou que os soldados diminuía de dia para dia; acabou por vir a saber que os índios os atraíam, cada qual por sua vez, ao interior da mata, sob um pretexto qualquer, e aí os matavam. [...] Esse, depois de ordenar a seus homens que tivessem as armas prontas, convidou todos os selvagens para uma festa e, enquanto confiadamente se entregavam à alegria, foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disso, os selvagens embrenharam-se nas matas, e o arraial conseguiu repouso e segurança (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

Esse episódio faz parte da memória social da cidade e ficou conhecido pelo nome de *Banquete da Morte*, em que os índios foram definitivamente vencidos pelos portugueses. Segue um pequeno fragmento de uma narrativa sobre tal episódio:

O velho preto, centenário, de nome Francisco José da Ponte, conhecido por Tio Nagô, que nasceu escravo de João Gonçalves, falava que, quando menino, estava presente na época das lutas de seu sinhô com os índios e que ele botou veneno na cachaça que os índios beberam e morreram quase todos envenenados e que esse lugar ficava em frente da Igreja (VIANA, 1982, p. 15).

---

<sup>24</sup>O documento original encontra-se nos Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XXXII. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, feito por ALMEIDA, E. de C. p. 473. Ofício do ex-governador da Bahia, Manuel Menezes da Cunha, para Martinho de Mello e Castro, sobre a capitania dos Ilhéus. Lisboa. 12 de agosto de 1780.

<sup>25</sup>Maximiliano de Wied, príncipe alemão que, em 1817, em viagem ao Brasil, visitou o Arraial da Vitória. Maximiliano escreveu uma narrativa que nos indica vários elementos para estudo daquela região, alguns aspectos da Vila e sobre os índios que lá habitavam.

Depois do *Banquete da Morte*, os índios que sobreviveram afastaram-se para as regiões do Catolé Grande e do Rio Pardo, norte de Minas Gerais, distante da vila aproximadamente 100 quilômetros.

João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães receberam da Coroa Portuguesa, além de títulos, uma recompensa em terras por terem dominado a região do *Sertão da Ressaca*. Assim, tornaram-se proprietários de uma imensa faixa de terra que compreendia o terreno da caatinga e da área conquistada, menos a mata cipó, que ficou reservada à Coroa Portuguesa<sup>26</sup> (TANAJURA, 1982. p. 35).

De acordo com Medeiros (1977c.), esse território não logrou lucros auríferos para a Coroa Portuguesa. Mas a conquista dessa região foi um fator importante do ponto de vista econômico, em função das necessidades de subsistência da própria colônia<sup>27</sup>, tendo em vista a abertura de estradas ligando o interior da colônia ao litoral, e a movimentação das mercadorias para o abastecimento do sertão da Bahia e norte de Minas Gerais. Ainda segundo Medeiros, o forte da economia no interior baiano ficou reservado à criação de gado bovino que se tornou a base econômica de sustentação e consolidação da vila<sup>28</sup>.

Uma descrição dessa região, no ano de 1817, apresenta um panorama geral adjacente àquela localidade. Maximiliano descreve o arraial e a região circunvizinha:

Após uma curta caminhada cheguei ao Arraial de Conquista, principal localidade da zona. Durante o trajeto encontrei trechos interessantes, cobertos de belíssimas matas. Lindas árvores e arbustos floridos ornavam o caminho com extrema variedade de suas flores; algumas delas exalavam um cheiro de jasmim, muito agradável; as casas de cupim são muito espalhadas em toda a extensão da mata. Alguns prados, fechados em toda volta pela mata, interrompem agradavelmente a uniformidade desses maciços de árvores; o seu verde - vivo, as belas gramíneas e as arundinácias, que impõem e atraem a atenção do botânico, lembram-me o frescor dos prados das zonas temperadas, concorrendo para avivar ainda mais esta impressão dos quadros tranquilos e encantadores das florestas de minha terra natal [...] (WIED-NEUWIED, 1989, p. 426).

---

<sup>26</sup>Nesse sentido, pensar na conquista e no domínio do *Sertão da Ressaca* é também refletir sobre as semelhanças que pesam sobre as práticas políticas e sociais de conquista e de domínio de outras regiões no Brasil, implementadas pelo Estado, principalmente no que se refere à imposição da força e da violência, tanto no período colonial quanto imperial, que levaram a estrutura de formação de grandes latifúndios. Estrutura de formação política e social que nos impuseram até hoje a herança.

<sup>27</sup>É importante ressaltar que a entrada da bandeira de João da Silva Guimarães no interior da Bahia se deu, sobretudo, em função das necessidades de sobrevivência de Minas Novas, onde o ouro estava se exaurindo e a população da região passava por dificuldades de subsistência.

<sup>28</sup>MEDEIROS, Ruy. *O Gado e os Primórdios de Conquista*, *Jornal Fífó*, Vitória da Conquista, 22-11-1977d.

Tendo em vista a narrativa de Maximiliano, é possível ter uma ideia da paisagem onde está localizada a região do *Sertão da Ressaca*: um espaço exuberante cercado pela beleza das matas, com árvores e arbustos floridos, que enfeitam o caminho sob um clima que lembra uma floresta temperada. Recorrendo ao pensamento de Halbwachs, podemos localizar a memória num espaço diferente da cidade sem que haja também uma relação direta do indivíduo com o meio, mas por analogia. As matas fazem o príncipe lembrar-se das florestas de sua terra natal porque existe algo que se assemelha ao espaço no qual ele criou vínculos de afetividade, o lugar onde nasceu. Podemos inferir que essa analogia se apresenta, sobretudo, em função da temperatura do ambiente, já que a baixa temperatura (uma característica do inverno europeu) é uma característica marcante também da região do *Sertão da Ressaca*. Ainda na narrativa de Maximiliano:

Encontrei no Arraial o capitão-mor Antônio Dias Miranda. Comandante deste importante distrito; recebeu-me da forma mais hospitaleira possível, alojou-me em sua casa que, na ocasião, estava desabitada.

Arraial de Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí de trinta a quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão por que os ricos proprietários das redondezas, as famílias do coronel João Gonçalves da Costa, o capitão-mor Miranda e algumas outras empreenderam a construção da igreja às suas expensas. [...]

Grande parte dos moradores do Arraial compõe-se de trabalhadores e de rapazes desocupados, que ocasionam muitos distúrbios, pois ali não há polícia. A malandrice e uma inclinação imoderada para as bebedeiras fortes são traços distintivos do caráter desses homens; daí resultam disputas e excessos frequentes, que tornam detestável esse lugar, de má fama para pessoas mais sérias e consideradas, que vivem em suas fazendas, espalhadas em torno (WIED-NEUWIED, 1989, p. 427).

Ao chegar ao arraial<sup>29</sup>, Maximiliano foi recebido por Antônio Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa, que o hospedou em sua casa. Porém, o príncipe relata que a casa estava vazia. A ausência de moradores na casa indica que Miranda não morava na cidade. Assim como todos os homens abastados da vila, ele morava no campo. O arraial era habitado por “trabalhadores e rapazes

---

<sup>29</sup>A vila pela descrição de Maximiliano é quase tão importante quanto às vilas do litoral (essa aproximação e comparação da vila interiorana com as vilas do litoral se devem em função do desenvolvimento da pecuária, pois essa atividade se constituiu num forte empreendimento na região. Num outro momento da narrativa o príncipe relata essa questão).

desocupados, "o que fazia do lugar uma vila povoada por pessoas pobres. A narrativa do príncipe prossegue dando a descrição dos habitantes do arraial e contextualizando a violência que imperava na localidade por não ter policiamento. Em 1817, quando Maximiliano esteve no arraial, ainda não havia uma organização jurídica nem legislativa. Essa organização social só aconteceu mais tarde, por volta de 1840.

### 2.3 Imperial Vila da Vitória

No dia 11 de agosto de 1811, foi entronada a imagem<sup>30</sup> de Nossa Senhora da Vitória<sup>31</sup>, e celebrada a primeira missa da vila, com a igreja ainda em construção.



Figura 2- Escultura de Nossa Senhora das Vitórias da Igreja Matriz

A imagem de Nossa Senhora das Vitórias é representada por uma mulher que possui uma estatura média, tem a fisionomia marcada por traços delicados, tem pele branca e rosada, é magra, tem cabelos lisos e olhos claros. No braço esquerdo ela segura o filho, Jesus Cristo, que aparenta ter a idade de um ano e meio, ambos estão coroados. Na cabeça, ela traz um véu branco e um manto azul celeste que

<sup>30</sup>Segundo Mozart Tanajura (1992), essa escultura é de origem portuguesa.

<sup>31</sup>Em alguns documentos mais antigos encontramos o nome da santa escrito sem ser no plural, em outros documentos mais recentes o nome já aparece no plural, Nossa Senhora das Vitórias.

cai, suavemente, por cima do vestido rajado de laranja. A santa está em pé sobre as nuvens, pisando no globo terrestre, no qual se encontram os anjos.

Dois aspectos importantes do monumento devem ser destacados: primeiro, a expressão da santa, serena e meiga, que inspira, sobretudo, confiança; segundo, sua postura em cima do mundo, pisando nos anjos numa demonstração de superioridade, força e poder. Nossa Senhora das Vitórias se tornou padroeira da cidade e a festa em sua homenagem é comemorada no dia 15 de agosto. Esse ritual ficou identificado com os sucessos daqueles que massacraram os índios e dominaram o território do *Sertão da Ressaca*. Num passado recente, a festa era financiada pelos grandes proprietários e, muitas vezes, era o momento em que os latifundiários exibiam suas riquezas. Faziam-se leilões em que uma vaca atingia um valor altíssimo, que ultrapassava em muito o valor real (MEDEIROS, 1980).<sup>32</sup> Esses festejos da comunidade católica legitimavam a fundação da cidade e colocava ainda mais em evidência a aristocracia conquistense.

Em 1823, foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, que só foi concluída vinte e cinco anos mais tarde, em 1848.



Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora das Vitórias

O arraial cresceu e se desenvolveu em torno da igreja. Lá foram construídos uma praça, um jardim e algumas casas. Na descrição do arraial feita por Maximiliano em 1817, percebemos a agradável paisagem do arraial no início do século XIX. Ele descreve também a localidade da Igreja Matriz:

---

<sup>32</sup>Jornal *A Tarde*, 15 /05/80.

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo porque, no fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos dessas colinas cobertas de mata. Numa das vertentes, sombreadas por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado, onde a igreja, construída no lado mais alto, ocupa o meio deste, dão-lhe a aparência de um prado verde-claro e tornam muito aprazível o aspecto da vila (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

Inicialmente, o Arraial da Conquista integrava a Vila do Rio de Contas. Posteriormente o arraial ficou vinculado à freguesia do Príncipe de Caitité. Juridicamente, pertencia à Ouvidoria Geral da Comarca da Bahia e, religiosamente, pertencia à freguesia do Rio Pardo em Minas Gerais (IVO, 2004, p.245).

Somente em 19 de maio de 1840, pela Lei Provincial de nº 124 no seu artigo 3º, o arraial foi elevado à categoria de vila com o nome de Imperial Vila da Vitória. Concomitantemente à elevação do arraial à vila, a igreja se tornou freguesia, emancipando-se da Matriz de Minas Gerais (LIMA, 1893, p. 440).

A primeira sessão ordinária da câmara se reuniu em 14 de novembro de 1840 para decretar:

[...] Decreto em Vila e Freguesia o Arraial da Conquista termo da Vila de Caitité com as denominações de Imperial Vila da Vitória e Freguesia do mesmo título; tanto a Vila como a Freguesia terão por limites o termo desta Província que tem pertencido à Freguesia do Rio Pardo cuja Matriz está assentada em terreno da província de Minas Gerais (IVO, 2004, p. 51).<sup>33</sup>

A câmara municipal instituiu alguns dispositivos jurídicos que objetivavam o desenvolvimento de uma sociedade na qual a população pobre estivesse submetida ao mais rígido controle (IVO, 2004, p. 90). Para as elites políticas, manter a estratificação e a hierarquia social era um pressuposto básico para manter o poder político e social na região. Seguem algumas das proibições que faziam parte do código instituído em 1842:

Fazer dentro da Vila e Arraiais, pelas ruas ou casas, das oito horas da noite em diante, batuques, vozerias, e estrondos de qualquer espécie, donde provenha a perturbação do sossego público ou dos vizinhos. Pena de [dez mil réis] ou oito dias de prisão, que será imposta ao dono da casa, ou mentor, e os mais infratores incorrerão na de [três mil réis] ou quatro dias de prisão (art. 31º);

---

<sup>33</sup>O documento oficial encontra-se no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) Seção: Colonial e Provincial. Série: da Imperial Vila da Vitória enviada ao presidente da província em 14.11.1840 (citado por IVO, 2004, p. 51).



São proibidos ajuntamentos de escravos como batuques e algazarras dentro de Vila e Arraiais (art..35);

O taberneiro que consentir escravo em sua taberna por mais tempo que o necessário para compra dos gêneros, sendo encontrados a comer, jogar, ou fazer coisas semelhantes. Pena de [seis mil réis] ou oito dias de prisão duplicando-se na reincidência (art. 36°);

O escravo que for encontrado pelas ruas das nove da noite em diante, sem bilhete de seu senhor. Pena de ser recolhido à cadeia até que o senhor o procure (art. 38°);

Ninguém poderá vagar nas ruas desta cidade, nos povoados do município ou qualquer estabelecimento rural do mesmo (art. 64);

O indivíduo que for encontrado em qualquer dos lugares mencionados no presente artigo é obrigado a exhibir prova ou por escrito ou verbal que faça sê-lo reconhecido como empregado já de próprio negócio, indústria ou lavoura, já como empregado ou administrador de qualquer indústria ou profissão (art. 64° parágrafo 1°)<sup>34</sup>

Ainda de acordo com Ivo (2004, p. 69), o corpo institucional da primeira câmara, assim como a disposição dos conteúdos legais e parâmetros burocráticos, tinha como quadro referencial os demais conselhos legislativos do Brasil do período imperial, e mesmo do colonial. Para Viana,

[...] [os conselhos municipais] Não eram expressões representativas do povo-massa e, sim, do povo-elite da nobreza da terra. Nunca foram organizações de tipo democráticas; na realidade, eram instituições de tipo oligárquicas e aristocráticas, em que a população em geral não tinha participação ou influência, mas sim os chamados 'homens bons' (VIANA *apud* IVO, 2004, p. 69).

No dia 1 de julho de 1891, a Imperial Vila da Vitória passou à categoria de cidade, recebendo o nome de Conquista (LIMA, 1893, p. 440). Como o crescimento urbanístico da cidade se verificou em torno da igreja foram tomadas algumas medidas para preservar esse espaço. Em 1896, foi editado outro código de posturas que dispõe da organização urbanística da cidade nas proximidades da Igreja Matriz:

O terreno da praça da Matriz, no alinhamento das casas, é destinado à edificação de casas e jardins. Ninguém poderá tê-lo fechado por muro ou cerca. Pena de [cinquenta mil réis] de multa ou seis dias de prisão (art. 30.°);

Conservar as frentes das casas e prédios rebocados e caiados (art. 28.°);

Ninguém poderá edificar na cidade casa coberta de palha (art.36°), ou com altura inferior a vinte palmos (art. 31°);

<sup>34</sup>Documento registrado no livro de Leis e Decretos da Câmara Municipal. Livro em posse do museu regional de Vitória da Conquista - BA.

Os jardins da praça matriz serão fechados por grades de ferro e no alinhamento das casas de maneira a oferecer vistas à curiosidade pública (art.30º, parágrafo 2);  
Fica proibido amarrar-se animal encilhado ou não no passeio das casas.  
Pena de [cinco mil réis] de multa ou um dia de prisão (art. 45).<sup>35</sup>

No entorno da igreja foram construídos os domicílios dos descendentes de João Gonçalves da Costa e demais membros da elite local (algumas dessas casas, que foram edificadas nesse período, ainda fazem parte da paisagem urbana da cidade).<sup>36</sup> No entanto, cabe ressaltar que os elementos ativos das câmaras municipais, seu corpo de magistrados e sua burocracia não residiam no núcleo urbano, onde funcionavam as casas legislativas, mas no campo (OLIVEIRA VIANA *apud* IVO, 2004, p. 71). Ainda de acordo com Ivo, foi no mundo privado do *oikos* que se configurou e se estruturou o poder público local e foi na figura do senhor de terras que se cristalizou o universo político, tenso e violento que caracterizou a história política do município de Vitória da Conquista (IVO, 2004, p.71). Nesse contexto, podemos afirmar que o processo histórico de formação da estrutura social e política da cidade de Conquista, assim como outras cidades brasileiras, teve como pilares de edificação e sustentação a escravidão e o latifúndio. “No município, estavam localizados os interesses imediatos dos latifundiários, senhores de gente e de coisas” (IVO, 2004, p.31). De acordo com Kátia Mattoso:

De Portugal viera para o Brasil o tipo da família patriarcal, que no reino começaram a decair sob o reinado de D. Manuel e que encontrou no Brasil, para revigorar e perdurar, as seguintes condições: latifúndio e escravidão, que tornavam o chefe de família senhor sobre grande extensão de terra mal policiada e sobre grande quantidade de gente (MATTOSO *apud* IVO, 2004, p. 31).

Como vimos, a hierarquia política e social do *Sertão da Ressaca* foi baseada na sociedade patriarcal, na qual as elites políticas detinham as prerrogativas de poder que foram determinadas historicamente pela violência, força e opressão. Compreendemos, pois, que essa trilogia (violência, força e opressão) foi legitimada

<sup>35</sup>Documento registrado no livro de Leis e Decretos da Câmara Municipal. Livro em posse do museu regional de Vitória da Conquista-BA.

<sup>36</sup>Patrimônio Tombado pelo Estado em Vitória da Conquista. Encontra-se tombado pelo Governo Estadual, de acordo com a Lei 8.895/03, o seguinte imóvel: Casa de Dona Zaza, situada na Praça Barão Rio Branco, nº 86 – Processo nº 012/05, conforme DECRETO n.º 9.745 (28.12.05). Estão registrados em fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-SIC), V. I. VII, p. 385 a 397.

pela Igreja Católica Apostólica Romana, na crença do episódio que sedimentou a construção social de uma das memórias da cidade sobre sua fundação (interferência de Nossa Senhora das Vitórias na guerra entre os índios e portugueses, em favor dos portugueses), já que o dia de Nossa Senhora das Vitórias é celebrado pela Igreja Católica e por sua comunidade, que presta culto e homenagem à santa em agradecimento pela fundação da vila.

Nesse quadro, em que se apresenta a memória religiosa da fundação da vila, podemos refletir acerca de uma questão importante do ponto de vista da memória social, de acordo com a tradição. No contexto em que ocorreu a doação do terreno para a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias feita por Gonçalves, ainda no século XVIII, a igreja fundamenta e legitima sua memória religiosa reafirmada no cumprimento da promessa feita à santa por Gonçalves. É a partir dessa conjuntura que se iniciam os rituais católicos em homenagem à santa, os quais se vinculam à fundação da vila. Essa prática social sobrevive até os dias de hoje.

Assim, pois, constatamos um marco evidente de tentativa de apropriação e cristalização da memória social, no que diz respeito ao episódio de fundação da vila, pela Igreja Católica. Essa memória se tornou oficial e institucionalizada a partir da crença na narrativa que diz respeito à interferência da santa na batalha entre os índios e os portugueses. É importante destacar que essa tradição se tornou um pressuposto básico de sustentação e legitimidade da Igreja Católica, no que concerne à lógica de domínio do território baiano pelos portugueses e à expulsão dos índios de sua região.

No cenário político e religioso do século XVIII, o Estado controlava a atividade eclesiástica no Brasil por meio do padroado. O Estado também arcava com as despesas da Igreja e impedia a entrada no país de outros cultos, em troca de reconhecimento e obediência. Era também uma atribuição do Estado nomear e remunerar os párocos e bispos, conceder licença para construir igrejas e, ainda, controlar o comportamento do clero, pela Mesa de Consciência e Ordens, Órgão auxiliar do Conselho Ultramarino.

Somente em 1890, com a proclamação da república, é decretada a separação entre o Estado e a Igreja. A república acaba com o padroado, reconhece o caráter laico do Estado e garante a liberdade religiosa. Posteriormente, em 1934, a Igreja

Matriz de Nossa Senhora das Vitórias da cidade de Vitória da Conquista foi reconstruída, a conclusão da obra só aconteceu em 1944<sup>37</sup>. É, também nesse contexto, que a história de fundação da cidade polariza-se na construção de duas memórias que giram ora em torno do Estado, ora em torno da Igreja. Embora ambas as instituições façam parte do mesmo universo narrativo, no que concerne a conquista e ao domínio português na região do *Sertão da Ressaca*, após a separação entre o Estado e a Igreja, podemos afirmar que existiu uma tendência laicizadora também do ponto de vista da memória social. Essa questão se evidenciou na demarcação de espaço no campo simbólico, pois em 1940 foi edificado em praça pública o monumento em homenagem aos bandeirantes fundadores da cidade. Nesse sentido, portanto, percebe-se a demarcação da memória social, tendo em vista que a Igreja antes possuía a hegemonia simbólica na construção dessa memória sacralizada. Doravante o Estado entraria em cena para assegurar e reafirmar a construção de uma memória social laica.

Já no século XX, percebemos a afirmação do poder político do Estado Português, que é reforçado a partir da historicização da fundação da vila que passa pelo domínio dos bandeirantes na região, mas com a devida permissão da santa. Nessa linha de pensamento, os portugueses foram merecedores das prerrogativas sobrenaturais no que diz respeito à interferência da santa na guerra em favor da vitória lusitana. Nesse sentido, a construção da memória social na cidade evidencia dois registros de memórias com fundamentos distintos: de um lado, o que toca o plano religioso e, de outro, o que toca o plano político. Não obstante, o eixo central de afirmação da memória social é o mesmo: o poder hegemônico do grupo político e social herdeiro da estrutura de poder que dominou o sertão da Bahia desde a chegada dos portugueses na região. Com isso, essas memórias são complementares.

---

<sup>37</sup> Segundo Aníbal Lopes Viana (1982), desde de 1919, as rachaduras das paredes da frente e parte das paredes do fundo da Igreja causavam preocupações ao povo conquistense. Em 31 de maio de 1919 foi decretada uma Lei para a demolição do prédio. Entretanto, a demolição só aconteceu no ano de 1932. Esse acontecimento se tornou um grande evento político e social, noticiado pelos jornais da época, pois durante 22 anos a Catedral estaria em construção e cada pedra colocada era motivo de celebração da comunidade católica.

### 3 PATRIMÔNIO CULTURAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

Carta de Veneza [maio de 1964]

Neste capítulo pretendemos tecer algumas considerações sobre o processo de ampliação da categoria patrimônio, tendo como direção norteadora a concepção francesa, posto que, na França, assim como no Brasil, as questões patrimoniais aparecem ligadas diretamente ao Estado. Nesse sentido, o modelo de política relativa ao patrimônio é centralizador, servindo aos interesses que se reserva ao domínio dos agentes do poder público. Ainda nos será oportuno discutir o conceito de monumento, vinculando esse conceito à dinâmica social urbana e às questões patrimoniais. Na sequência deste texto, apresentaremos os monumentos da cidade de Vitória da Conquista e um quadro cronológico / tipológico das imagens urbanas.

#### 3.1. Patrimônio: uma categoria social em processo

De acordo com a antropóloga Regina Abreu (2003, p. 30), a noção de patrimônio traz uma ideia intrínseca de propriedade. Ou seja, um conjunto de bens materiais ou não: heranças, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou a um determinado grupo social. Segundo Abreu, no contexto do pós Revolução Francesa, o conceito de patrimônio foi ampliado e se deslocou da esfera privada, ganhando, também, uma dimensão pública, na qual foi institucionalizado. Assim, tem-se o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, que passa a

expressar uma herança comum, os bens pertencentes a toda uma sociedade, ao conjunto de cidadãos num determinado território.

Ainda segundo a autora, quando nos referimos à categoria patrimônio cultural, nos referimos direta ou indiretamente ao passado, entretanto, numa construção que é sempre feita a partir no presente. O termo patrimônio refere-se a algo que herdamos e, por conseguinte, deve ser protegido como um bem coletivo:

A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. [...] Associado à direção histórica naquele momento, o conceito de patrimônio tendeu a ser absorvido como uma herança artística e monumental, na qual a população poderia se reconhecer sob o novo formato do Estado-nação. [...] as heranças dos nobres eram apropriadas como heranças do povo de cada Estado-nação, sendo relidas como novos sinais diacríticos. Uma nova história heroica das nações passou a ser construída [...] a partir de então, o novo sujeito era o povo (ABREU, 2003, p. 31).

Corroborando o discurso de Regina Abreu, José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p. 22) reafirma que o conceito de patrimônio foi ampliado a partir da Revolução Francesa, na vanguarda da modernidade, no processo de construção dos Estados nacionais. Para ele, entretanto, é importante não omitir o caráter milenar da noção de patrimônio como categoria de pensamento, tendo em vista que essa noção está presente tanto no mundo clássico, quanto na Idade Média. “A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que essa categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais” (GONÇAVES, 2003, p. 22).

Ainda segundo Gonçalves, no bojo da ampliação do conceito de patrimônio, é notável a posição conceitual tomada pelos antropólogos em relação à ampliação do termo cultura que está diretamente ligado à categoria patrimônio. A mudança na concepção de cultura abre um leque de possibilidades do ponto de vista patrimonial. Uma nova reorientação conceitual no que tange à categoria patrimônio amplia-se na direção desse novo paradigma cultural:

A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção de cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas. Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria

patrimônio que vem a ser pensada etnograficamente, tornando-se como referência o ponto de vista do outro (GONÇALVES, 2003, p.28).

Essa abordagem antropológica é, por excelência, um caminho possível para a compreensão da categoria patrimônio cultural. Não obstante, Reginaldo Gonçalves e Henri-Pierre Jeudy nos alertam para o perigo da naturalização da categoria patrimônio cultural. Ambos comungam a ideia de que é preciso reconhecer essa categoria em seu contexto de práticas e relações sociais sob o prisma das construções simbólicas vivenciadas no tempo e no espaço.

Maria Cicília Londres Fonseca (1995), discutindo sobre a questão do valor que tangencia a categoria patrimônio, faz uma observação que se vincula às diversas abordagens do termo patrimônio, tais como cultural, histórico, artístico, nacional, etnográfico, entre outros. Sua observação crítica recai sobre o patrimônio cultural posto que, segundo ela, essa categoria envolve um campo polêmico sobre o tratamento dedicado a estes bens do ponto de vista da preservação e da restauração. Para ela, o valor cultural que permeia os bens patrimoniais tende a ser naturalizado, como se esse valor estivesse intrínseco ao próprio patrimônio. Além disso, as escolhas do que preservar ou restaurar ficam a critério do olhar de especialistas, os quais irão legitimar em nome da sociedade tais escolhas. Esses grupos sociais que detêm as prerrogativas do poder nem sempre representam a lógica das demandas sociais nos contextos em que se inserem.

As sociedades, em diferentes épocas, conforme se estruturam, constroem sua identidade cultural, e esta se imprime em determinado território, onde se expõem os desejos nas marcas que serão deixadas. Algumas dessas impressões podem ser verificadas pela vontade de memória registrada nos patrimônios das cidades e na preservação desses patrimônios. Como afirma Henri-Pierre Jeudy (2005), as cidades se tornaram um principal campo de atuação dos cuidados patrimoniais e, por esta razão, passaram a sofrer intervenções cirúrgicas. Estas intervenções visam à conservação e à restauração de bens comuns à sociedade e têm um elo com o passado, mas visam sempre o futuro. Para este autor, a questão patrimonial se torna cada vez mais uma questão de sentido, de transmissão de sentido que navega pela atmosfera do passado, mas que carrega em si atributos do presente ligados à identidade cultural. Ainda segundo Jeudy, essa prática observa-se sob um enquadramento simbólico que supõe uma determinada gestão das

representações comuns de uma sociedade ou de uma cultura (JEUDY, 2005, p. 10). Aqui reside, segundo o autor, uma questão pragmática que tende a homogeneizar, em certo sentido, as questões da natureza patrimonial tendo como pano de fundo a globalização e, sobretudo, a manutenção da ordem simbólica:

As estratégias da conservação caracterizam-se por seu processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. [...] O sentido mais corrente atribuído à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas (JEUDY, 2005, p. 19).

Além das estratégias de conservação e de restauração dos patrimônios, é interessante perceber como se articula a “fabricação do imortal”, uma discussão levantada pela antropóloga Regina Abreu. Pensar nas inúmeras possibilidades que envolvem uma lógica elaborada tendo como fundamento os recortes de memórias sociais, que possam trazer sempre viva uma lembrança de algo que se quer eternizar, é uma reflexão que se tornou inexaurível na sociedade moderna, tendo em vista as discussões levantadas acerca do patrimônio.

É nesse campo social que inserimos nosso objeto de pesquisa que são os dois monumentos (o dos bandeirantes e o do índio) edificadas em Vitória da Conquista. Para além desses dois objetos mais específicos de nossa pesquisa, existe uma coleção de monumentos da cidade que também foi sendo erigida a partir de leituras do passado e exposta em espaços urbanos ocupando um território onde antes estava “vazio”. A garantia da imortalidade desses objetos será sempre uma escolha ou disputa social e política. Nessa relação, encontra-se um caminho aberto, no qual podem se articular a “fabricação do imortal”.

Foi na França do período pós Revolução Francesa que uma história imaginária da nação começou a ser esboçada e o Estado surgiu como mediador da construção de uma identidade nacional. A história do patrimônio estava vinculada a uma sociedade e também à interpretação do seu passado. A discussão sobre patrimônio no Brasil começou a se estruturar a partir do século XX, com o projeto de Mário de Andrade, um intelectual ligado ao movimento modernista. Seu nome está



também vinculado ao projeto de criação do Instituto Nacional de Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro, que posteriormente iria sedimentar um ideário de construção da identidade nacional.

Após o Golpe de Estado em 1937, é fundado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Este órgão fundamentou as regras, as leis e procedimentos de preservação e restauração dos bens patrimoniais móveis e imóveis do país cujas bases conceituais repousavam na concepção de patrimônio herdeira da pós Revolução Francesa. Assim como na França, no Brasil tem-se a ligação do Estado com o patrimônio a partir do elo de continuidade nacional forjado através de figuras históricas, dos monumentos, de lugares e de narrativas totalizantes legitimadas a partir de um passado nacional. Segue a definição de patrimônio editada pelo decreto presidencial na conjuntura do Estado Novo:

Constitui-se patrimônio nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, biográfico ou artístico (DECRETO, 1937).

Nesse contexto, a burocracia estatal promoveu e fundamentou as políticas públicas ligadas às questões patrimoniais, que seguiriam uma lógica sedimentada pela cultura ocidental baseada numa tradição elitista herdeira da concepção francesa. Embora a concepção de patrimônio no Brasil tenha sido influenciada pelo anteprojeto de Mário de Andrade, que tendia à valorização das práticas culturais do ponto de vista de uma nova reorientação do conceito de cultura, ainda prevaleciam, a rigor, as políticas de patrimônio ligadas às classes hegemônicas.

De acordo com Reginaldo Gonçalves (1996), os intelectuais ligados ao SPHAN (no período que decorre entre os anos de 1937 a 1980) Rodrigo de Melo e Franco e Aluísio Magalhães construíram um importante elo entre o Estado e a sociedade civil, já que em seus discursos o patrimônio fundamentou a busca da construção da identidade nacional. O discurso do patrimônio cultural que ora legitimava e fundamentava as instituições como o SPHAN, se articulava em torno de narrativas totalizantes que pretendiam uniformizar uma identidade nacional. Assim, esses discursos eram instrumentos que manipulavam a apropriação de objetos, de

estruturas arquitetônicas e urbanísticas e, nesse sentido, transformava esse campo material em patrimônios, atribuindo-lhes um significado e uma função de representação da memória e da identidade de uma nação.

Na categoria patrimônio, definida pelas convenções da UNESCO, o conceito de patrimônio cultural se amplia, englobando:

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade (UNESCO).<sup>38</sup>

Atualmente, as políticas públicas têm valorizado uma nova concepção de cultura na ampliação da categoria patrimônio como um mecanismo também de inserção social. Portanto, o sentido de patrimônio se amplia nessa concepção de patrimônio cultural e ganha uma dimensão nunca antes apreendida em que se inserem os patrimônios da humanidade que são bens comuns a todos numa esfera planetária<sup>39</sup>. Doravante, o tema do patrimônio cultural passa a ser de interesse não somente de várias áreas do conhecimento, que representam uma lógica discursiva alinhada com a construção de identidades e memórias, mas, sobretudo, o tema passa a ser de interesse comum de comunidades, sejam locais ou globais.

Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc. (GONGALVES, 1988).

Para Vera Dodebei, o conceito de patrimônio “[...] deve ser compreendido como um conjunto de informações que caracterizam as ordens de significados dentro de um grupo, povo ou nação” (DODEBEI, 2005, p. 47). Ainda segundo a autora, a centralização da escolha do que deve ser preservado, geralmente, é uma atribuição de poder definida pelo Estado, que não representa a diversidade das

---

<sup>38</sup><http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial> (data da consulta: 01/10/2008).

<sup>39</sup>De acordo com as convenções da UNESCO, o patrimônio é composto por patrimônios material (tangível) e imaterial (intangível). O patrimônio material divide-se em bens culturais imóveis (ex: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e bens culturais móveis (ex: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). Já o patrimônio imaterial é definido como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

culturas e subculturas num contexto das relações sociais, no qual se expressam as subjetividades. Assim, pois, reafirma a autora que a patrimonialização e preservação devem ser vistas como uma construção circunstancial em que o fenômeno permanecerá até serem feitas novas escolhas. Conforme Dodebei, se a questão da preservação do patrimônio deve ser uma decisão circunstancial contextualizada socialmente, o que hoje definimos como patrimônio poderá deixar de sê-lo, pois a categoria patrimônio está ligada ao conceito de memória social que, por sua vez, não se dissocia da polarização entre lembrança e esquecimento.

Ao pensamos na categoria patrimônio do ponto de vista conceitual clássico, nos deparamos com o conceito de acumulação, que, por sua vez, carrega elementos que se relacionam ora com a restauração, ora com a preservação, ou ambos simultaneamente e, nesse sentido, com a permanência. Então, como pensar a categoria patrimônio em processo quando temos políticas públicas pensadas pelo Estado, que, muitas vezes, não representam a lógica das demandas sociais voltadas para preservação e/ou restauração dos patrimônios? E, nesse sentido, a permanência. Essa questão nos é apresentada pela pesquisadora Dodebei. De acordo com seu pensamento, o conceito de patrimônio pode ser compreendido também pela disseminação, pois é partindo da disseminação da informação patrimonial, como, por exemplo, o entendimento atual acerca do patrimônio imaterial – tradições, comemorações, fazeres, festas, músicas etc. – que a memória social poderá ser (re) construída e/ou também preservada. Esse movimento processual do que é apreendido enquanto patrimônio se insere nos contextos em que o direito à memória é uma escolha democrática.

Pensar na categoria patrimônio como uma categoria social em processo nos permite refletir sobre a dinâmica da vida urbana dentro de uma sociedade em constante mudança, mas que necessita de parâmetros conceituais e pragmáticos de sustentação e preservação de uma identidade social que possa garantir um alicerce ou uma moldura mínima de estabilidade dentro de um determinado campo socialmente construído. Essa estabilidade foi referendada no passado a partir de um paradigma elitista que não previa ser processual. Não obstante, a partir de nova reorientação conceitual do termo cultura, abre-se um campo de discussão para as demandas populares no que concerne à temática patrimonial.

Nesse sentido, pensar as estratégias e os meandros de uma lógica patrimonial elaborada, tendo como baluartes os recortes de memórias de uma determinada sociedade ou grupo social que se pretende “eternizar”, carregam em si atributos de valor histórico e cultural e, nesse sentido, perpassam por escolhas políticas, pois o que chamamos de patrimônios, nesse contexto, são os objetos legitimados a partir de escolhas e que em algum outro momento poderá deixar de sê-lo.

### 3.2. Monumentos comemorativos: documentos portadores de significados construídos socialmente

O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado [...]

Marcia Sant'Anna

O medievalista Jaques Le Goff nos apresenta a estrutura etnológica da palavra monumento, cujo sentido se ampliou e sofreu mudanças substanciais:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O monumento é um sinal do passado. Atendendo as suas origens filológicas, o monumento é tudo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos monumentos *huius rodinis* [...], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumento tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa da arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1996, p.535).

Na Antiguidade, os monumentos representavam, sobretudo, os atos escritos que correspondiam mais precisamente aos documentos políticos ou jurídicos, ou mesmo um conjunto de documentos referentes à história de determinada sociedade ou lugar. Somente com o advento do Positivismo no século XIX, a concepção de monumento passa a ser questionada em função da objetividade do documento, em detrimento da intencionalidade do monumento.

Para Le Goff, todo documento é monumento na medida em que não é qualquer coisa que fica por conta do passado. O documento se constitui em escolhas feitas pelas sociedades para impor ao futuro imagens de si próprias:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas nas quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro—voluntária ou involuntariamente—determinada imagem de si mesma. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira (LE GOFF, 1996, p. 547-8).

O monumento carrega em si atributos de poder que podem transmitir o legado de sua memória individual ou social às gerações futuras. O monumento inscreve-se e contextualiza-se no tempo e no espaço em que se insere. Entretanto, o que vai garantir a sobrevivência e a perpetuação de seu legado às sociedades futuras é a memória social.

Para Aloïs Riegl (2006), historiador da arte que viveu entre os séculos XIX e XX, os monumentos podem ser classificados em duas grandes categorias: a primeira categoria se refere aos monumentos intencionais e, a segunda, aos monumentos não intencionais. Posteriormente, ele abre a discussão e pontua os valores de rememoração, abrangendo três outras categorias: a primeira representada pelos monumentos de valor histórico, a segunda, pelos monumentos de rememoração intencional e a terceira, pelos monumentos da contemporaneidade<sup>40</sup>. Dentre essas categorias com as quais o autor trabalhou apropriamo-nos do conceito de monumento intencional para compreendermos a edificação dos monumentos que ora são objetos desta pesquisa. Segundo Riegl, os monumentos intencionais seriam elaborados para serem lançados ao futuro como portadores de uma mensagem e, nesse sentido, carregariam um valor simbólico, no caso dos não-intencionais, o valor simbólico lhes seria atribuído a *posteriore* sempre no tempo presente. Já os monumentos com valor de rememoração englobam os de valor histórico, rememoração intencional e de antiguidade.

---

<sup>40</sup>O autor trabalha com as categorias valor histórico, valor de antiguidade, valor de rememoração intencional. Posteriormente ele abre a discussão conceitual e engloba aos valores da contemporaneidade o valor de uso, valor de arte e valor de arte relativa.

Os monumentos históricos são definidos por Riegl como sendo os mais abrangentes, pois são testemunhos históricos num domínio amplo que diz respeito a um valor cognitivo sobre o passado. Ao definir esse valor, o autor classifica como uma obra única no desenvolvimento do domínio humano.

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiro original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino [...] (ou combinação de ambos) (RIEGL, 2006, p.43).

O valor de rememoração intencional estaria embutido no valor histórico, seguido da necessidade de restauração desses monumentos. Segundo o autor, a restauração seria um mecanismo de preservação do monumento que iria fundamentar a lembrança da intencionalidade do monumento.

Já a definição dos valores de antiguidade se reserva a partir da dimensão temporal. É, sobretudo, o tempo que lhe atribui o valor de antiguidade sendo o tempo, também, a expressão mais significativa que se sustentaria nas bases de uma interação social afetiva ligada ao passado:

O valor de antiguidade é definido como aquele de maior poder de sensibilidade para a massa e o público culto, pois as marcas do tempo provocam sentimento de piedade em relação aos velhos edifícios e objetos, e indicam, antes de qualquer valor, o sentimento da passagem do tempo (RIEGL, 2006, p. 38-9).

Alöis Riegl reafirma a intencionalidade do monumento numa rememoração no sentido de perpetuação que consiste no não esquecimento. Assim, compreendemos o monumento como um portador de discursos de memória social. A historiadora Françoise Choay (2006), em sua obra *Alegoria do Patrimônio*, tece algumas considerações acerca dos valores atribuídos aos monumentos. Segundo a autora, o valor nacional foi o primeiro a sedimentar um inventário de todas as outras categorias. Nesse contexto, Françoise Choay (2006, p.117) fala sobre a teoria de valores de Aloïs Riegl fazendo uma breve colocação sobre a omissão de Riegl em relacionar o valor nacional do monumento em favor do valor histórico, e acrescenta que ele não enfoca o patrimônio. De acordo com a autora, o valor nacional, que havia legitimado todos os outros valores no pós Revolução Francesa,

hierarquicamente criou um elo de comunicação de poder afetivo. Além do valor nacional, outros três valores são atribuídos: cognitivo, econômico e artístico, todos esses valores estariam fundamentados, em primeiro lugar, pelo valor histórico nacional do monumento. Ainda segundo Choay, o conceito de monumento induz a uma homogeneização do sentido de valores, tornando um universo diversificado de bens em valores nacionais (2006) e, acrescentamos, até em valores universais. Os monumentos considerados patrimônios ou bens comuns tendem a apresentar uma imagem social de eternidade e estabilidade. “O monumento assegura calma, tranquilidade, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (CHOAY, 2006, p. 18).

Não obstante, isso não inviabiliza as especificidades e diversidades de atributos que carregam em si os monumentos, contextualizados em seu tempo e espaços socialmente construídos.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembra o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado e de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade ética ou religiosa, nacional, tribal, ou familiar (CHOAY, 2006, p. 18).

Em outros termos, os monumentos têm uma história – narrativa que pode traduzir uma sociedade local, mas ao mesmo tempo pode também ser alargada numa dimensão mais ampla e traduzir uma sociedade global. Para Françoise Choay (2006), a compreensão do conceito de monumento está atrelada à compreensão da ideia de patrimônio, que no seu ponto de vista poderá se tornar um espaço precioso de lembranças de nós mesmos. No entanto, afirma a autora que uma hipótese como esta só poderá ser realizada num “destino antropológico”. Assim, não será o Estado nem a burocracia estatal que definirá a relação que porventura possa existir entre o patrimônio e o homem em sociedade, mas antes será definida pelo próprio homem dentro do contexto de suas relações (2006, p. 257-58). Assim, afirmamos, pois, que a definição do que seja patrimônio deve ser sempre uma escolha construída socialmente pelo homem em seus contextos definidos de tempo e espaço. O patrimônio não pode ser definido pela burocracia estatal, tendo em vista ser o

patrimônio um legado das sociedades e deve representar os desejos, as expressões e práticas culturais de seu povo.

### 3.3 Vitória da Conquista: a cidade contemporânea e o patrimônio



*Figura 4- A cidade de Vitória da Conquista, século XXI*

De acordo com Medeiros, o nome da cidade é em homenagem aos portugueses que, segundo a tradição, venceram os índios com a intercessão de Nossa Senhora das Vitórias. Para Medeiros, se aceitarmos a tradição passada de geração a geração da interferência da santa na guerra entre os índios e os portugueses, escondemos alguns fatos para justificar outros. Ou seja, admitir que os portugueses pagaram a promessa ideologicamente significa aceitar que Nossa Senhora das Vitórias estava contra os índios, e que os sertanistas venceram porque apresentaram méritos perante a santa (MEDEIROS, 1980, p. 15). A partir deste momento, faremos uma exposição imagética da coleção de monumentos da cidade de Vitória da Conquista. Segue, em sequência cronológica, a apresentação da coleção.



- Monumento do Cruzeiro<sup>41</sup>



*Figura 5- O Cruzeiro da Serra do Periperi*

Este monumento foi edificado na Serra do Periperi no ano de 1926, pelos juízes da festa de Nossa Senhora das Vitórias. Trata-se de uma cruz, símbolo maior de referência da Igreja Católica, que representa, também, nesse contexto, o poder da Igreja no domínio do território baiano. Na ocasião da edificação da peça eram juízes<sup>42</sup>: Cândido Silveira Cardoso, Sifredo Pedral Sampaio e Durval da Costa Brito.

- Monumento em homenagem aos Bandeirantes



*Figura 6 - Monumento em homenagem aos Bandeirantes.*

<sup>41</sup>Imagem retirada do site da prefeitura de Vitória da Conquista.

<sup>42</sup>Denominavam-se juízes os homens encarregados da organização dos festejos de Nossa Senhora das Vitórias.

Este obelisco foi erigido em 1940, homenagem aos bandeirantes João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, fundadores da cidade, e foi edificado no centro comercial da cidade, na Praça Nove de Novembro.

- Monumento em homenagem ao estadista Getúlio Dorneles Vargas<sup>43</sup>



*Figura 7 - Obelisco em homenagem a Getúlio Vargas.*

Este foi erigido em 31 de agosto de 1950, na Serra do Marçal, às margens da Rodovia Ilhéus - Lapa, a 18 quilômetros da Vitória da Conquista. A inauguração contou com a presença do então presidente da república. O obelisco traz além do busto do presidente uma inscrição: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste”

- Monumento em homenagem aos Imigrantes<sup>44</sup>



*Figura 8 - Monumento em homenagem aos Imigrantes da cidade.*

<sup>43</sup>Imagem retirada do site da pr

<sup>44</sup>Imagem retirada do site da pr

Trata-se de uma estátua gigantesca de concreto, cuja forma estética representa uma figura humana de braços abertos. Foi erigido na década de 80, na Praça Mármore Neto. Do lado esquerdo, na altura do coração, apresenta o desenho do mapa da cidade de Vitória da Conquista. O nome oficial do monumento é Monumento aos Chegantes.

- Monumento do Cristo Crucificado<sup>45</sup>



*Figura 9 - Monumento do Cristo Crucificado*

Este monumento foi edificado na década de 80, na Serra do Periperi, configurando-se, além da mensagem religiosa, a imagem do Cristo com as feições do nordestino, em que o escultor, o artista plástico Mário Cravo, quis enfatizar a vida difícil do sertanejo no interior do nordeste brasileiro. A estrutura artística da peça difere das concepções hegemônicas que retratam o Cristo crucificado, já que é diferente da concepção geral das imagens de Cristo, que, na maioria das vezes, retratam a imagem do Cristo sem a pretensão de fazer essa analogia a qual nos referimos acima.

-Monumento aos Dez Mandamentos



*Figura 10 - Monumento aos Dez Mandamentos*

---

<sup>45</sup>Imagem retirada do site da prefeitura municipal de Vitória da Conquista – BA.

Este monumento se localiza na Praça Estevão Santos, em frente ao Fórum Mangabeira, foi construído em 1982, pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

- Monumento à Bíblia <sup>46</sup>



*Figura 11 – Monumento à Bíblia*

Este monumento foi edificado na Praça Vitor Brito, em 1984, por iniciativa da Associação Evangélica Conquistense. É formado por três pilares que simbolizam a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo.

- O Monumento da Avenida Olívia Flores



*Figura 12 - Monumento construído pela empresa fornecedora de água (EMBASA).*

O monumento encontra-se edificado numa área nobre da cidade, na Avenida Olívia Flores, cercado por um jardim, num contorno de grande fluxo tanto de pedestres quanto de carros. Não foi encontrada nenhuma placa que indicasse a

---

<sup>46</sup>Idem.

data, nem o motivo da edificação desse monumento<sup>47</sup>. Segundo Mauricio, arquiteto idealizador da peça, esse monumento é uma obra do Governo do Estado e foi edificado na década de 90, e representa a vida, pois sem água não há vida. Ainda segundo Mauricio, a obra de arte demarca dois momentos distintos: um primeiro momento em que a sociedade conquistense sofria com a falta de água, e um segundo momento em que o Governo do Estado implantou um sistema de abastecimento de água, com o qual não mais haveria de faltar água na cidade.

-Monumento aos ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial<sup>48</sup>



*Figura 13 - Monumento aos ex-pracinhas da II Guerra Mundial.*

---

<sup>47</sup>Como havia adiantado no texto de qualificação, que para Defesa deste Trabalho iria pesquisar as informações sobre o monumento, que até aquele momento da qualificação não tinha, aqui estão tais informações. Comunicação informal com o Arquiteto Mauricio Monhóis, em 29 de junho de 2008, que projetou a obra, me foram dadas algumas informações sobre o monumento. Segundo ele, esta obra é uma construção feita a pedido do Governo do Estado, da década de 1990. É uma obra de arte que representa a vida: são canos de aço que brotam de uma fonte de água natural e projetam o recurso natural indispensável à existência: a água. Aqui cabe uma observação: no nordeste, esse valor atribuído à água é uma prática constante na vida dos nordestinos, em função da falta desse recurso natural. Nessa época, o Governo do Estado da Bahia fez uma grande obra de saneamento básico e abastecimento de água na cidade de Vitória da Conquista e em Salvador. A intenção da edificação do monumento é de não deixar a sociedade conquistense esquecer o sofrimento com a falta da água que passava a cidade por anos a fio. Como a obra do Governo de abastecimento de água foi um trabalho subterrâneo, logo cairia no esquecimento. Portanto, o Governo queria preservar a memória de sua obra a partir da edificação do monumento, preservando a lembrança do sofrimento com a da falta de água, preservaria a lembrança de sua obra. Assim, para uma demarcação do antes e do depois, dois momentos que marcariam a memória social tendo como referência a obra governamental. No entanto, essa estratégia não funcionou, pois a sociedade tem uma relação com o monumento que em nada se reporta à obra do Governo. Segundo o arquiteto, alguns grupos sociais dizem ser o monumento um lugar místico, onde os extraterrestres devem pousar, outros relacionam o monumento a uma obra de arte, uma alegoria, dizendo ser essa peça o maior porta-caneta do mundo. Outros ainda dizem ser o monumento um lugar sagrado, pois em baixo dele tem uma fonte de água. Nesse sentido, segundo Mauricio, esse monumento divide a sociedade em grupos específicos e cada grupo tem uma definição que se mantém, com algumas diferenças, desde a inauguração do monumento. Nele não há placas que identifiquem a peça com o Estado, as placas foram arrancadas. Nesse contexto, a sociedade deu ao monumento várias definições, menos a que foi intencional no momento de sua promoção e edificação. Há, ainda, uma parte da sociedade que não tem ideia do motivo da edificação da peça. Nem mesmo o que essa peça representa do ponto de vista imagético.

<sup>48</sup>Imagem retirada do site da prefeitura municipal de Vitória da Conquista – BA.

Este monumento foi edificado na Praça Sá Barreto em 1992, e presta uma homenagem aos soldados conquistenses que foram convocados para participar da Segunda Guerra Mundial. A escultura representa as Forças Armadas: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. A responsabilidade da edificação foi uma incumbência do Estado.

- Monumento em homenagem aos  
Mortos e Desaparecidos Políticos do Regime Militar do Brasil (bairanos)



*Figura 14 - Monumento aos Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar do*

Este monumento foi edificado na Praça Tancredo Neves em 1998, é uma homenagem aos mortos e desaparecidos políticos bairanos que foram vítimas do Regime Militar instaurado no Brasil em 1964. A escultura traz a imagem de uma figura humana vazada mostrando o sentido de ausência. O monumento foi inaugurado no dia 09 de julho de 1998, por iniciativa do Grupo Labor - Assessoria Documentação e Pesquisa. Este monumento foi edificado por segmentos da sociedade civil. Seguem os nomes dos homenageados:

Antonio Carlos Monteiro Teixeira  
Aderval Alves Coqueiro  
Carlos Marighela

Maurício Grabois  
Nelson Lima Piauhy Dourado  
Nilda Carvalho Cunha

Demerval da Silva Pereira  
Dinaelza Soares Santana Coqueiro  
Dinalva Oliveira Teixeira  
Ednaldo Gomes da Silva  
José Lima Piauhy Dourado  
João Carlos Cavalcante Reis  
José Campos Barreto  
Joel Vasconcelos Santos  
Jorge Leal Gonçalves Pereira  
Luis Antonio Santa Bárbara  
Mário Alves de Sousa Vieira

Péricles Gusmão Régis  
Pedro Domiense de Oliveira  
Otoniel Campos Barreto  
Rosalindo Souza  
Sérgio Landulfo Furtado  
Stuart Edgard Angel Jones  
Uirassú de Assis Batista  
Vandick Reidner Pereira Coqueiro  
Vitorino Alves Martinho  
Walter Ribeiro Novaes

Além da placa com os nomes dos homenageados, o monumento traz outra placa com o texto de José Saramago: “Aprendemos um pouco, isso e o resto, o próprio orgulho também, com aqueles que do chão se levantaram e a ele não tornam, porque do chão só devemos querer o alimento e aceitar a sepultura, nunca a resignação”.

- Monumento em homenagem aos Índios



Figura 15 – Monumento aos Índios

O monumento em homenagem ao índio foi edificado no dia 05 de junho do ano de 2000, na Praça Caixeiros Viajantes, a peça escultórica foi erigida pela sociedade civil.

- Monumento em homenagem a Dona Jaci Flores



*Figura 16 - Monumento em homenagem a Dona Jaci Flores.*

O Monumento foi edificado em homenagem a Jaci Flores, a primeira mulher legalmente estabelecida como comerciante em Vitória da Conquista, ela é também descendente de João Gonçalves da Costa e Josefa Gonçalves, casal fundador da cidade. A peça retrata também a ligação histórica entre Vitória da Conquista e a cidade de Chaves em Trás dos Montes, Portugal, com trabalhos em faiança portuguesa, representando o brasão de cada uma destas duas cidades, fazendo parte ainda desse conjunto mais de vinte árvores de pau-brasil, plantados em 10 de fevereiro de 2004, data da edificação do monumento.

- Monumento em homenagem a Nossa Senhora das Vitórias



*Figura 17 - Monumento de Nossa Senhora das Vitórias.*



Monumento em homenagem a Nossa Senhora das Vitórias, Padroeira da Arquidiocese de Vitória da Conquista. Esta escultura foi edificada pela Igreja Católica na ocasião em que se comemorava o centenário da festa de Nossa Senhora das Vitórias no ano de 2005.

- Monumento em homenagem a Luis Eduardo Magalhães, filho de ACM



*Figura 18- Monumento em homenagem ao político baiano Luiz Eduardo Magalhães.*

Segue a inscrição da placa no monumento assinada por Antônio Carlos Magalhães (ACM):

ESTA AVENIDA É UMA HOMENAGEM DO POVO DE CONQUISTA AO DEPUTADO LUÍZ EDUARDO MAGALHÃES QUE FOI A GRANDE FIGURA POLÍTICA DA BAHIA CONTEMPORÂNEA (Antonio Carlos Magalhães).

Este é o busto erguido no ano de 2005, em homenagem ao político baiano Luiz Eduardo Magalhães, filho do Senador Antônio Carlos Magalhães. Por ocasião da edificação desse monumento, foi concluída a Avenida Luiz Eduardo Magalhães, que cruza um bairro nobre da cidade e termina na periferia, onde a estátua se encontra de costas para o bairro nobre. Para a inauguração do busto, além desta avenida, foi construída uma praça para alojar a estatuária. Segundo a família do deputado, o monumento foi custeado por familiares e amigos de Luiz Eduardo.

- Monumento em homenagem a Glauber Rocha, cineasta conquistense.



*Figura 19 - Monumento em homenagem a Glauber Rocha.*

Este monumento foi erigido em homenagem ao cineasta Glauber Rocha, nascido na cidade de Vitória da Conquista. A peça foi edificada pelo poder público municipal numa propriedade privada, às margens da Avenida Brumado, e encontra-se inacabada. O monumento não possui nenhuma placa de identificação, nem nenhum vestígio que tenha sido colocada alguma placa que fizesse referência ao homenageado ou à data da edificação da peça.

-Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano<sup>49</sup>



*Figura a 20a - Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano.*

---

<sup>49</sup>“Príncipe Maximiliano - Maximilian Alexander Philipp (Príncipe Maximiliano) nasceu na cidade alemã de Neuwied (1782-1867). É dele a descrição mais antiga que se conhece sobre a Aldeia da Conquista, origem da cidade de Vitória da Conquista. [...] Maximiliano chegou a conhecer João Gonçalves da Costa e deste obteve informações sobre o início da ocupação não indígena do Sertão da Ressaca [...]. É evidente que sua viagem e suas observações vão além do Planalto da Conquista. Maximiliano de Wied-Neuwied é de leitura indispensável para todos aqueles que querem conhecer a história de nosso sertão. Vitória da Conquista, 9 de novembro de 2008” (Texto do Professor Dr. Ruy Medeiros).



Figura 20b- Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano.

Esse monumento foi edificado para homenagear o Príncipe Maximiliano, na Avenida Olívia Flores, no dia 09 de Novembro de 2008, data em que se comemora a emancipação política da cidade de Vitória da Conquista. A peça foi doada por Marcelo dos Santos Flores e Paulo Mauricio Fernandes Cardoso.

De acordo com Paulo Knauss (2003)<sup>50</sup>, o costume de distribuir peças escultóricas nas cidades teve sua matriz num movimento iniciado na França do século XIX, que ficou conhecido por *estatuamania*. No Brasil, esse movimento de erguer esculturas públicas teve início no mesmo século, na cidade do Rio de Janeiro. Em Vitória da Conquista, essa prática começou em 1926, quando foi erigida a primeira peça escultórica no alto da Serra do Periperi.

Na cidade de Vitória da Conquista, a definição do espaço de exposição que será ocupado pelas peças públicas urbanas é uma prerrogativa e atribuição definida, em última instância, pelo poder público, que estabelece as regras e os critérios de tais edificações, além de se responsabilizar pela preservação e restauração da coleção de monumentos da cidade<sup>51</sup>.

Segundo Krzystof Pomian (1984), uma coleção é definida pelo conjunto de objetos que se encontram acumulados com um propósito determinado de garantir

<sup>50</sup>Para uma apreciação sobre o tema ver em KNAUSS, Paulo. *O Sorriso da Cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Fundação de Arte Niterói, 2003.

<sup>51</sup>Com exceção do monumento em homenagem aos índios cuja preservação e/ou restauração não é uma atribuição do poder público. Ou seja, os cuidados com o monumento ficam a cargo da comunidade de Conquista.

uma comunicação do visível com o invisível. O visível é parte integrante do mundo real, enquanto o invisível é aquilo que não se vê, que se encontra fora do mundo imediato. Esse fenômeno da comunicação com a esfera do invisível é universal e, nesse sentido, está presente em todas as sociedades, ultrapassando as fronteiras do tempo, estando presente em todas as classes de objetos acumulados e também em todas as relações entre os objetos de uma coleção e seus destinatários.

Ainda de acordo com Pomian (1984), a disposição dos objetos ao olhar vai definir ou estabelecer a relação entre o mundo do visível e do invisível, partindo da manifestação presente em direção ao passado e retornando novamente ao presente. Nessa ponte entre o presente e o passado, a memória se torna sacralizada no objeto que se encontra exposto ao olhar, não só dos homens, mas também dos deuses e demônios. É nessa relação que se perpetua, ou não, na vida social, toda uma carga de subjetividade oriunda do passado, mas partindo do presente e conduzida pela memória em suas múltiplas facetas de sentidos e significados que correspondem às expressões culturais presentes no colecionismo. Compreendemos, pois, que é nessa relação que se potencializam tanto a manipulação da lembrança, quanto do esquecimento.

À luz de tais considerações feitas por Pomian, podemos refletir sobre a exposição ao olhar de dois objetos de nossa pesquisa. A iniciativa e a instalação dos dois monumentos (aos bandeirantes e aos índios) que são representativos da coleção se deram de forma diferente: a) o monumento erigido em homenagem aos bandeirantes foi edificado pelo Estado; b) o monumento erigido em homenagem aos índios foi edificado por segmentos da sociedade civil. O local da edificação de tais monumentos também é diferenciado hierarquicamente, já que o primeiro monumento encontra-se no centro comercial da cidade, num local de fácil acesso, onde há um grande fluxo de pessoas transitando, e para maior comodidade dos passantes, foram colocados na praça pública alguns bancos de jardim. Além disso, esse espaço abriga baianas vestidas a caráter, que, em suas tendas, vendem comidas típicas da região [ver em Anexo III]. Já o segundo monumento se encontra edificado no final desse mesmo centro comercial, numa rua que não tem muita importância do ponto de vista econômico, onde há um grande fluxo de carros que transitam em volta da peça [ver em Anexo III].

### 3.4 Quadro cronológico / tipológico das imagens urbanas

A cidade de Vitória da Conquista, apesar de possuir uma singularidade inerente ao seu povo e à sua cultura, apresenta características semelhantes a outras cidades brasileiras, provenientes de processos comuns de construção histórica. Assim como outras cidades e territórios, ela foi construída e dominada a partir de conflitos, contradições, guerras e massacres aos povos "nativos". Essas práticas serviam a interesses particulares inseridos num contexto mais amplo que corresponde à história da Conquista e do Domínio da América.

Como discutimos anteriormente, as sociedades hegemônicas, ao garantirem o domínio do espaço físico, tentam garantir também o domínio do espaço simbólico. E, para isso, utilizam-se de diversos mecanismos, entre eles a construção de peças, monumentos e objetos escultóricos que lhes conferem algum sentido social, no qual podem se articular ora a lembrança, ora o esquecimento. É neste contexto que se inscrevem os monumentos de Vitória da Conquista.

Apresentamos a seguir um quadro que reúne a coleção de monumentos dessa cidade distribuídos segundo um eixo cronológico e outro tipológico. A metodologia aplicada nessa pesquisa foi seguida a partir das ideias trabalhadas pelos pesquisadores Paulo Knauss e Marcelo Abreu, membros do Laboratório de História Oral e Imagem / LABHOI da Universidade Federal Fluminense / UFF.

Décadas do séc. XX	20	40	50	80	90	2000	2008
Tipologia							
Busto						1- Luiz E. Magalhães	

Estátua Alegórica				1- Imigrantes 2-Cristo	1-pracinhas da Segunda Guerra Mundial		
Estátua						2- Nossa Senhora das Vitórias	
Ícone	1- Cruzeiro						
Obelisco		1 Bandeirantes	1- Getúlio Vargas				
Escultura				3- Dez Mandamentos – 4-Bíblia	2 - Mortos da Ditadura - Embasa	3 -Índios- 4-Glauber Rocha	
Marcos						5- Dona Jaci	1- Monumento ao Príncipe Maximiliano
Total	1	1	1	4	3	5	1

A cidade possui uma coleção de dezesseis monumentos. Como é possível observar na tabela acima, os monumentos começaram a ser distribuídos no século XX. Na década de 20 foi edificado o primeiro monumento na cidade, trata-se de um ícone, cujo tema é religioso. Na década de 30 não temos nenhum monumento. Na década de 40 temos o monumento aos bandeirantes fundadores da cidade. Nesse contexto, o obelisco representa o Estado e sedimenta uma unidade nacional em torno das questões políticas e culturais. Já na década de 50, outro obelisco é edificado pelo Estado em homenagem ao presidente da república, Getúlio Dorneles Vargas. O monumento está edificado na Serra do Maçal, a 18 km de Conquista. Em sua base consta uma inscrição: *o Verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste*, numa alusão à política de ocupação das áreas do oeste e ao fato de a rodovia ter o sentido geral de leste a oeste. Essa rodovia, que estava em construção, tira a cidade do isolamento geográfico e, com isso, promove o desenvolvimento econômico da região. A inauguração do monumento contou com a presença do Presidente Getúlio Vargas.

Não temos monumentos nas décadas de 60 nem de 70, período da ditadura militar no Brasil. Já na década de 80 com o processo de redemocratização do país, houve um aumento significativo no número de edificação de monumentos. Na cidade foram edificados quatro monumentos: duas esculturas e duas estátuas, sendo que

três estátuas são alegóricas. Somente na década de 80 se retoma a edificação de monumentos com a temática religiosa. Outro monumento com o tema religioso foi edificado pelo Poder Público na década de 80, a estátua do Cristo Crucificado na Serra do Periperi. Da mesma década tem-se o monumento à Bíblia e o monumento aos Dez Mandamentos (ambos foram edificados por membros de Igrejas Protestantes). Esses dois monumentos constroem um discurso entre si, pois são partes integrantes do mesmo universo discursivo: o primeiro é a representação do livro sagrado dos cristãos, a Bíblia; o segundo, que faz parte do mesmo livro, foi edificado em frente ao Fórum João Mangabeira. Aqui podemos fazer uma inferência que reside numa leitura mais específica acerca dessa edificação: o monumento que apresenta as leis de Deus se impõe perante as leis dos homens e representa a supremacia da lei de Deus sobre as leis humanas. Não é uma contraposição, tendo em vista que os princípios gerais das leis humanas foram retirados desse código sagrado. No mesmo período de promoção das imagens de conteúdo religioso aconteceu também uma renovação da Igreja Católica, a chamada Renovação Carismática. É possível que a promoção dessas imagens esteja ligada a uma disputa de poder no domínio simbólico, já que havia nesse momento um campo aberto às novas doutrinas e religiões, não apenas na região de Vitória da Conquista, mas em todo o Brasil.

Paralelamente à temática religiosa, tem-se a edificação do monumento aos imigrantes da cidade. Esse monumento foi edificado pelo poder público. Segundo Aníbal Viana (1982), os imigrantes que chegaram a Conquista vieram, sobretudo, de outras cidades do Nordeste. Esses imigrantes foram responsáveis pelo desenvolvimento da indústria e do comércio, não como mão de obra, mas como grandes proprietários. Portanto, o monumento aos imigrantes é uma homenagem às pessoas abastadas que chegaram à cidade e conquistaram seu espaço econômico e social.

Já na década de 90, foram edificados três monumentos: uma estátua que representa os Pracinhas da II Guerra Mundial, edificada pelo poder público, e duas esculturas. A primeira é a peça que faz homenagem aos mortos e desaparecidos baianos da ditadura militar no Brasil, edificada por segmentos da sociedade, e a segunda tem a intenção de perpetuar a lembrança de uma grande obra do governo do Estado, o fornecimento de água encanada à cidade.

A partir do ano de 2000, tem-se um acréscimo na edificação dos monumentos com a promoção de cinco peças: uma escultura em homenagem aos índios, edificada por segmentos da sociedade; um busto em homenagem a Luiz Eduardo Magalhães; um marco edificado em homenagem a Jaci Flores, representando memórias pessoais; uma escultura em homenagem a Glauber Rocha; e, por último, o tema religioso que é retomado em 2005, com a edificação da estátua em homenagem a Nossa Senhora das Vitórias ao lado da Igreja Matriz, edificada pela Igreja Católica.

No ano de 2008 foi edificado na cidade um marco em homenagem ao Príncipe Maximiliano. Essa peça foi uma doação de Marcelo Flores e Paulo Mauricio. Ambos de família descendente de João Gonçalves da Costa.

A cidade conquistense possui um coleção de 16 peças públicas, entre elas 7 peças foram obras edificadas por iniciativa do Governo [ver em anexo IV], o que corresponde a um total de quase metade das edificações. Isso tem um significado interessante na medida em que observamos a construção de uma memória oficial pela iniciativa do Governo através da promoção do patrimônio cultural. A Igreja foi responsável por 4 edificações. O que é também bastante significativo, pois corresponde a mais da metade das edificações do Governo. Isso nos levou a perceber o desejo de memória das duas instituições. Elas foram responsáveis pela edificação de 11 peças. As 5 peças restantes foram edificadas pela coletividade ou foram doações de particulares. Ficou evidenciado na promoção das peças que a sociedade se mobilizou timidamente em relação às instituições públicas.

Esses monumentos se fixam na paisagem urbana e adentram pelos caminhos que dão acesso a outras localidades distantes da cidade. Como objetos públicos e obras de rememoração intencionais esses monumentos se inscrevem no contexto da história e da memória, ambas em constante movimento. Por isso, não podemos dizer que esses monumentos estão fixados do ponto de vista simbólico, pois a intenção e a promoção dessas peças estarão sujeitas as novas leituras pela sociedade na qual se inserem.



## 4 OS DISCURSOS DOS (E SOBRE) MONUMENTOS DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória construída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.

Eni P. Orlandi

Neste capítulo, fazemos uma apreciação documental, tendo como referência teórica e conceitual a Análise do Discurso, fundamentada pela tradição francesa (AD) postulada por Michel Pêcheux. Nessa abordagem qualitativa, procuraremos relacionar os documentos e fontes sobre o tema, com o propósito de compreender os discursos que integram a relação entre a sociedade conquistense e seus monumentos (mais especificamente os dois que ora são objetos desta discussão: o monumento aos índios e o monumento aos bandeirantes) e o processo de construção da memória social no que corresponde ao campo da patrimonialização dos monumentos na cidade de Vitória da Conquista. Alguns documentos e fontes aqui trabalhados são dos séculos XVIII e XIX e foram produzidos por administradores ligados à Coroa Portuguesa, com exceção da narrativa do príncipe Maximiliano. Outras fontes que apresentamos para análise são dos séculos XX e XXI, e se constituem em jornais, revistas históricas e uma carta e um hino em louvor a Nossa Senhora das Vitórias. Nossa primeira análise vai se debruçar sobre os documentos e fontes que trazem referências aos bandeirantes João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, fundadores de cidade. Posteriormente, faremos uma análise dos documentos e fontes buscando estabelecer uma leitura crítica acerca da memória social dos índios. É importante destacar que no decorrer da análise desses documentos e fontes surge uma figura fundamental na construção da memória social da cidade de Vitória da Conquista: uma santa, Nossa Senhora das Vitórias.

#### 4.1 Discursos sobre os fundadores da cidade

De acordo com a tradição historiográfica que trata do tema das Entradas e das Bandeiras, o início do movimento bandeirista no Brasil remonta à segunda metade do século XVI, ocasião em que diversos governadores promoveram expedições para os sertões com o objetivo de descobrir metais preciosos e ultrapassar a muralha entre o litoral e o interior. O sucesso maior desse movimento, do ponto de vista político e econômico para o Estado Português, aconteceu a partir do planalto de Piratininga no estado de São Paulo. Dentre os objetivos do movimento, havia o interesse na apreensão dos índios para servir de mão de obra na lavoura açucareira, na expulsão dos índios de seus territórios e, por fim, na destruição dos quilombos. É importante reafirmar que esse fenômeno histórico, além de atender parte das necessidades da colônia, estava inserido numa lógica mais ampla que correspondia à política colonial da Coroa Portuguesa num contexto internacional (FONSÊCA, 1998).

A expedição que chegou aos sertões da Bahia partiu de Minas Gerais e era chefiada pelos dois bandeirantes, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, como já apontamos anteriormente. Apresentamos a seguir a imagem socialmente construída dos dois bandeirantes. Veremos que esta construção social se elabora principalmente tendo em vista a heroicização desses personagens da história. A partir das construções discursivas trabalhadas, destacaremos os atributos heróicos que idealizaram a memória dos fundadores da cidade de Vitória da Conquista, cidade encravada no *Sertão da Ressaca*, interior baiano.

No limiar do século XVIII, o interior da Bahia, mais precisamente a faixa que compreende o *Sertão da Ressaca*, não estava sob o domínio lusitano. De acordo com a historiografia que trata do tema, essa região era extensivamente povoada pelos índios. Segundo a documentação, os bandeirantes Guimarães e Gonçalves não receberam suporte material e físico suficiente para o empreendimento que lhes fôra conferido (entrada no sertão e domínio da região), mas ousadia e coragem, atributos necessários para tal desafio, eles tinham e puderam atestar quando dizimaram os índios e tomaram posse da região em nome da Coroa Portuguesa.

A história do bandeirante Guimarães, *Mestre de Campo*,<sup>52</sup> é pouco conhecida, em função da pouca informação acerca dele. De acordo com Pedro Calmon, Guimarães teria vindo evadido de Vila Rica para os sertões de Minas Gerais por ter participado como cabeça de um motim contra o conde de Assumar, em 1720 (CALMON *apud* TANAJURA, 1982, p. 33). Os motivos do conflito não são relatados.

Em 1730, Pedro Leolino Mariz<sup>53</sup> escreve uma carta em resposta ao pedido de ajuda feito por Guimarães para sua expedição que se encontrava na região do rio São Matheus. Mariz relata a situação difícil de Minas Novas com o propósito de justificar o fato de não ter mandado ajuda substancial à expedição de Guimarães:

Basta dizer a Vossa Mercê que morreram de fome trinta tantos negros, e alguns brancos, chegando estes a tal extremo que comeram quantas imundices pode a terra, e não achando já estas, não perdoaram couros secos, e muito custou depois achar milho que plantar (Códice nº I-8, 2, 38 *apud* MEDEIROS, 1996, p. 91).

Esse trecho da carta acima nos revela as condições de existência da localidade de Minas Novas, que passava por intensa precariedade de subsistência no século XVIII, em função da exaustão das atividades mineradoras. A fome assolava a região e era preciso adentrar o interior baiano, pois a sobrevivência das Bandeiras dependeria da conquista e do domínio de outros territórios, não só para abastecimento da população local, mas para a continuidade do projeto da Coroa Portuguesa: dominar o território, povoar e extrair tudo que pudesse dar lucro.

Em outro trecho da mesma carta, Pedro Leolino Mariz felicita o Mestre de Campo Guimarães por ter alcançado êxito em sua expedição pelo sertão da Bahia:

Tendo Vossa Mercê conseguido a maior felicidade, que poderá apetecer a sua ambição, e meu sentir, tem Vossa Mercê feito o maior serviço que outro algum outro vassalo lhe podia fazer no tempo presente neste Estado do Brasil, pois franqueou o famoso Rio, e livres do obstáculo, que nos foi o numeroso gentio, podemos estabelecer uma nova colônia, e aproveitarmos

---

<sup>52</sup>Mestre de Campo era um título reservado a chefes de acampamento. Posteriormente, Mestre de Campo passou a ser o comandante do terço (unidade militar, nos séculos XVI e XVII até a primeira metade do século XVIII). O nome Mestre de Campo foi substituído pelo de Coronel, quando o terço foi substituído pelo regimento, no governo de Fernando José, de Portugal, por Carta Régia de 7 de agosto de 1797 (MEDEIROS, 1999, p. 113). Verbetes "mestre de Campo", Enciclopédia Larousse.

<sup>53</sup>Pedro Mariz era intendente de Minas Novas (Minas Gerais), região de onde partiram as expedições que conquistaram o sertão da Bahia (Região de Vitória da Conquista), ver em *História do Cotidiano no Planalto de Conquista*. Humberto Fonsêca, 1998, p. 111.

dos ricos tesouros que encobrem estes sertões, e só desta maneira expungir as lágrimas de tanto povo, que pela declinação das Minas Gerais está reduzido ao extremo de lastimosa miséria (Código n° 1-8, 2, 38 *apud* MEDEIROS, 1996, p. 92) (grifos nossos).

Alguns aspectos do fragmento acima nos parecem relevantes na medida em que contextualizam o enunciado: primeiro, o bandeirante é felicitado por ter conseguido entrar no sertão, dominado o rio e dizimado os índios. A felicitação tem um suporte fundamentado na conquista e no domínio da região pelo bandeirante, pois essa região seria um recurso para amenizar as dificuldades de Minas Novas, situada em Minas Gerais, que passava por estagnação em suas reservas de ouro, como apontamos anteriormente.

Ainda a partir desse fragmento discursivo, podemos traçar um perfil aproximado do bandeirante como um herói. Inicialmente ele é exaltado: “tem Vossa Mercê feito o maior serviço que outro algum outro vassalo lhe podia fazer no tempo presente neste Estado do Brasil”. A expressão “o maior serviço” é um indicativo de que o bandeirante realizou um feito grandioso, contribuindo de maneira decisiva para satisfazer as necessidades da colônia. Não era qualquer serviço, mas “o maior” deles. Aqui também podemos perceber que o sentido de glória é um atributo, a rigor, ligado ao poder decorrente de feitos memoráveis inerentes aos heróis.

Outro indicativo importante é o termo “vassalo”, que se liga ao atributo de prestígio e de honra e, nesse sentido, alcança um significado mais amplo, tendo em vista demonstrar um tipo de compromisso assumido pelo bandeirante perante a Coroa Portuguesa. Sabe-se que a prática de vassalagem se constituía num fenômeno comum ao mundo medieval e que não chegou ao Brasil. No entanto, é importante perceber uma aproximação no plano da representação que liga a figura de Guimarães à figura dos nobres que mantinham esse tipo de relação com os reis e senhores feudais da aristocracia europeia medieval.<sup>54</sup>

Em 1755, Guimarães teria voltado para Minas Novas e não se sabe quando faleceu, pois sua morte, na aldeia de índios onde morava, só ficou conhecida em 1765. As razões que levaram o bandeirante a morar com os índios, que ele outrora havia combatido, ainda não são conhecidas (TORRES *apud* MEDEIROS, 1999). Essa contradição nos faz refletir acerca das condições que fizeram Guimarães

---

<sup>54</sup>Para uma maior apreciação, ver em FRANCO JR. Hilário. *O Feudalismo*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Coleção Tudo é História).

morar com os índios. Por quê? E como ele foi morar numa aldeia indígena? Podemos inferir sobre um possível envolvimento de Guimarães com alguma índia. Naquela época, eram comuns relacionamentos entre portugueses e índias em função, entre outras coisas, da população feminina de origem europeia ser ainda pequena no Brasil.

Outro bandeirante que partiu na expedição que fundou a cidade de Vitória da Conquista foi Gonçalves da Costa. Ele era português, natural da cidade de Chaves, no norte de Portugal. Ele possuía um documento que atestava seu prestígio, indicando que ele era um preto forro (escravo liberto), integrante da Bandeira de Guimarães (TORRES *apud* MEDEIROS, 1999).

Um ofício dos governadores interinos da Bahia para Martinho de Mello e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, sobre a Comarca de Ilhéus, relata um empreendimento dirigido por Gonçalves, ressaltando os atributos que o caracterizam e aproximam dos desbravadores paulistas, mas um atributo em especial diferenciava Gonçalves dos bandeirantes paulistas: a falta de ambição.

Para este grandioso trabalho e projeto se lhe apresento João Gonçalves da Costa, povoador do referido Sertão da Ressaca, homem natural de Chaves, com valor e espírito dos antigos paulistas e sem ambição; a ele distribuiu o governador as ordens e ele foi que teve a paciência e a constância de se manter pelas ásperas matas, serras alagadiças que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem. [...] condescendeu ao mesmo tempo com o outro projeto do mencionado João Gonçalves da Costa, na redução e conquista do gentio Nongoyó [sic], que infesta o mesmo sertão da Ressaca. Encarregou-o desta empresa e o mandou municiar 70 armas de fogo. Alguns barris de pólvora para 50 índios dos civilizados à sua ordem [...] (ALMEIDA, 1703). (grifos nossos).

A primeira caracterização heróica de Gonçalves tem o suporte de sustentação na aproximação da figura dele com a figura dos bandeirantes paulistas pelo valor e pelo espírito. Esses dois atributos são qualidades que incorporam preceitos importantes ligados às demandas políticas de domínio da Coroa Portuguesa. Mas um atributo em especial destaca Gonçalves dos bandeirantes paulistas: a falta de ambição. Além dessas virtudes e qualidades, Gonçalves ainda possui dois atributos: a paciência e a constância. De acordo com a leitura, o bandeirante persistiu na conquista e no domínio da região do interior baiano, em guerra com os índios durante 30 anos. Os atributos da paciência e da constância podem estar ligados à lógica da estratégia que fundamenta o plano de dominação traçado pelos conquistadores, pois era uma necessidade vital entrar naquele sertão. Podemos

também ligar esses atributos ao campo do imaginário religioso e sobrenatural, pois essas definições podem se constituir na perseverança que corresponde à fé no campo de domínio do sagrado e do divino.

Aqui temos outro fragmento de texto que traz uma referência ao bandeirante trata-se da carta do governador Conde da Ponte, datada de 1807, para o visconde de Anadia.

[...] não produz um século um homem como o gênio desse capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arriscado frequentemente a própria vida [...] O referido João Gonçalves da Costa, já honrado com a patente de capitão-mór, participa presentemente os progressos ou rezultas da conquista de que foi encarregado, na carta que dirigi ao [sic] desembargador e que ele nos fez patente, acompanhado a conceito de valor e espírito deste honrado, transmuntano, que pode concluir em que se descobre qualidades, que o distinguem de todos os Índios deste continente, tão indolentes como bárbaros; o gentio destes se conhece pelo seu modo de viver em sociedade, pelo gosto da cultura e até pelas manufaturas que mantiamos a V. Ex. com relação (ALMEIDA)<sup>55</sup> (grifos nossos).

Além de enaltecer as virtudes intelectivas do bandeirante, a carta aponta para outros atributos, como a paixão, um sentimento extremado, a ousadia e a coragem. Alguns atributos merecem ser destacados: a) a paixão, um atributo que caracteriza o herói pelo desejo de aventuras; b) a ousadia traz o sentido de luta, pois, mesmo sem o suporte suficiente para lutar, o herói enfrenta os desafios que lhe são impostos; c) a coragem, que se constitui no atributo mais significativo do herói, pois arrisca a própria vida em busca de aventuras. Essas atribuições têm um suporte de sustentação em função dos empreendimentos de povoamento traçados pelo bandeirante na região. De acordo com os documentos e outras fontes aqui analisados, Gonçalves gastou, em alguns empreendimentos, dinheiro do próprio bolso, sem ser ressarcido pela Coroa Portuguesa, numa demonstração de desprendimento material, traço que o distingue dos bandeirantes paulistas e o coloca em evidência perante seus pares.

Retomando o fragmento da carta do governador Conde da Ponte, podemos apontar, a partir das designações<sup>56</sup> que correspondem à figura dos índios [indolentes

<sup>55</sup>Anais da Biblioteca Nacional. Vol.XXXII, inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por ALMEIDA, E., de C. p. 539. Ofício dos governadores inteirinhos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro. 23.08.1783.

<sup>56</sup>Trabalhamos o termo designação na perspectiva de RAJAGOPALAN, Kananili. Em a arma secreta, porém, incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: \_\_\_\_\_ *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editora, 2003.

e bárbaros], elementos legitimadores que justificavam o domínio e a submissão dos povos indígenas a partir do discurso civilizador cristão, potencializado, naquele momento, pelos portugueses. Percebemos, ainda, que, quando os bandeirantes são comparados aos índios, há uma demarcação cultural explícita, na qual a figura do bandeirante se sobrepõe à figura dos “nativos”, posto que estes últimos são vistos como bárbaros em função de suas práticas culturais presentes na vida cotidiana.

Outra abordagem que visa enaltecer as qualidades do bandeirante está registrada pelo príncipe Maximiliano em sua narrativa, na qual ele descreve seu desejo de conhecer João Gonçalves da Costa. Afirmamos que esse desejo do príncipe em conhecer o bandeirante tem um suporte fundamentado na memória social, pois os feitos e as vitórias de Gonçalves se constituíam em narrativas que ultrapassavam as fronteiras dos sertões:

Desejava vivamente travar conhecimento com esse homem que, movendo guerra no sertão, pois todas as bandas foi o primeiro a abrir estradas praticáveis no sertão, pois eu esperava colher dele informações autênticas sobre a região. [...] Era um velho [Gonçalves] de oitenta e seis anos, ainda ativo e robusto, vencendo em vivacidade muita gente mais moça. Percebia-se logo, que em idade menos avançada devia ter sido dotado de grande vigor, coragem e ousadia. Recebeu-me da forma mais amigável possível, testemunhando a alegria de poder ver um europeu; a sua palestra era instrutiva e cheia de interesse para qualquer viajante. Na idade de dezesseis anos, seguia a sua vocação, que era a de conhecer terras distantes. Abandonou sua pátria, Portugal, e veio estabelecer-se no meio de montanhas selvagens do sertão da capitania da Bahia, onde se abria, às suas energias, um vasto campo de atividades para muitos anos. Combateu os Camacãs e os Botocudos (WIED-NEUWIED, 1989, p. 447/8) (grifos nossos).

De acordo com o fragmento acima, o Gonçalves foi um pioneiro na aberturas das estradas pela região o que lhe conferia além de um conhecimento específico daquela localidade, um estatuto de desbravador. O bandeirante já era homem velho, mas suas características pessoais ainda eram marcantes. O príncipe reafirma a coragem, a ousadia e ressalta as qualidades intelectivas do bandeirante. Além dessas designações que são recorrentes em outros discursos, à fala de Gonçalves é atribuído um estatuto de verdade já que ele fornece informações autênticas, como se pode depreender do fragmento.

Segue outra construção discursiva que colabora para definir a imagem de um herói no sertão baiano:

Todas as redondezas eram outrora cobertas pela mata. Um 'conquistador', isto é, 'capitão' português dado a empresas, aportou-se aqui como aventureiro, acompanhado de um bando de homens armados, declararam guerra aos primitivos habitantes do território. Estes eram os índios Camacãs, cujo domínio, segundo parece, se estendia até as proximidades da posição atualmente ocupada pela vila Cariris ou kiriris. Apossou-se do território e fundou o arraial, que ficou denominado Conquista. (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428) (grifos nossos)

O que podemos depreender do fragmento acima é uma recorrência discursiva que contribui para evidenciar o bandeirante como um conquistador, que veio desbravar um território hostil. Mas, o bandeirante, não era um homem comum tendo em vista ser um europeu com título e patente.

É importante salientar que em nenhum momento de sua narrativa o príncipe comenta sobre a tradição que liga a interferência da santa no domínio do território pelos bandeirantes.<sup>57</sup> Como já apontamos anteriormente, não encontramos registro dessa narrativa antes do século XX. Podemos aqui fazer uma inferência que recai sobre a ausência dessa narrativa de tradição no século XIX. Assim, o episódio da santa que remonta à fundação da cidade seria uma construção do século XX. Tal inferência pode ser feita considerando que o discurso de Gonçalves, no qual lhe era atribuído o estatuto de verdade, não contempla a figura da santa na narrativa do príncipe.

#### 4.2 Discurso religioso

Do ponto de vista histórico, sabe-se que a edificação de igrejas católicas em territórios conquistados pelos lusitanos no período das *Guerras de Conquistas* era uma prática comum do Estado Português, visando, sobretudo, legitimar o discurso norteador da ideia de civilização. Para além dessa prática, havia ainda a crença na história da interferência de Nossa Senhora da Vitória, como um fenômeno recorrente em algumas batalhas de conquista de territórios pelos lusitanos.

---

<sup>57</sup>Cabe ressaltar que a história de interferência da santa na guerra na cidade de Vitória da Conquista entre os índios e os bandeirantes foi escrita no século XX, mas, segundo a fonte narradora (Laurinda), foi uma história de que ela tomou conhecimento pelo Tio Nagô, no século XIX, século da visita do príncipe à região. Não se sabe, contudo, quando esta narrativa foi disseminada. O que apontamos neste trabalho é a evidência da construção dessa memória.



Dando sequência a nossa análise, iremos reproduzir alguns fragmentos de jornais do século XX, que trazem a construção da memória religiosa de fundação da cidade feita pelo discurso jornalístico a partir da Igreja Católica. Tal referência aponta a Igreja Católica como instituição que possui uma forte presença no domínio do imaginário social, no que diz respeito à memória da fundação da cidade. Para além desse poder simbólico, um outro poder se manifesta: o poder econômico, tendo em vista a Igreja, ainda na contemporaneidade, ser uma grande possuidora de terras, conforme ilustrado no fragmento abaixo:

Conquista: uma cidade assentada nas terras da Igreja  
(Enunciado do jornal *Diário do Sudoeste*, 9 de novembro de 1998, p. 6-33).

Depois de apelos, invocando o nome de Nossa Senhora das Vitórias, o que motivou os soldados de sua Bandeira a investir, até a vitória final, contra os índios Mongoiós, o mestre de campo João da Silva Guimarães prometera que seria erguida uma capela dedicada à Santa. Promessa que só fora cumprida mais tarde [...] ergue-se a capela de Nossa Senhora das Vitórias e, em volta, nascia também a cidade [...] A Igreja Católica participa no papel de senhorio direto das transações de compra e venda dos imóveis de Conquista, enquanto uma grande parte dos terrenos da cidade prevalece o domínio útil, em que os proprietários são alienantes. A posição de senhorio direto, que é na verdade o dono da terra, foi concedida à igreja nos tempos remotos da fundação da cidade, pelo bandeirante João Gonçalves da Costa. Esse era um costume relativamente comum à época, uma vez que entre os objetivos da conquista de novas terras estava também a ideia de difundir o cristianismo, ‘salvando as almas dos índios, transformando-os em cristãos. Vencida a Batalha, a promessa foi cumprida. A capela à Santa foi levantada e usando como referencial o ponto um pouco abaixo de onde, hoje, está localizada a Catedral de Nossa Senhora das Vitórias (Padroeira da cidade), o desbravador deu à igreja uma légua (6 quilômetros) de terra. Os imóveis contidos nesse circuito imaginário são obrigados a pagar o laudêmio por ocasião das transações comerciais, ou simplesmente da transferência do domínio legal como reza a Legislação Civil. Para cada transação comercial que envolva a transferência da escritura em Vitória da Conquista, o comprador do imóvel é obrigado a pagar o laudêmio, cuja taxa de 2,5% é prevista no Código Civil Brasileiro em seu artigo 686 (*Diário do Sudoeste*, 1998)<sup>58</sup> (grifos nossos).

Esse discurso faz menção a uma memória discursiva construída a partir de outros discursos pré-estabelecidos, como, por exemplo, a narrativa de Laurinda, neta de “Tio Nagô”, ex-escravo de João Gonçalves da Costa. Assim,

<sup>58</sup>Jornal *Diário do Sudoeste*, 9 de novembro de 1998, p. 6-33. É importante ressaltar que encontramos um problema no texto no que diz respeito à tradição da santa em relação à guerra. Segundo as fontes que consultamos, a promessa de erguer uma igreja em nome da santa na hora da batalha final entre os índios e os portugueses foi feita por Gonçalves da Costa e não por Guimarães.

compreendemos, pois, que o discurso segue uma linha que visa naturalizar-se no já dito:

A memória, por sua vez, tem características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005, p. 31).

A marca desse pensamento civilizatório ocidental cristão, como um discurso legitimador do empreendimento português, é uma questão ainda presente na memória social da sociedade conquistense. Num outro recorte de jornal do século XX, podemos evidenciar essa afirmativa:

[...] Depois que D. João VI veio ao Brasil foi que João Gonçalves da Costa deliberou vir aos sertões da Bahia [...] com sua bandeira gloriosa invade as terras ignoradas. O selvagem acordou. Há mais de trezentos anos dormia indiferente, feliz. Acordou e lutou. A luta feroz e terrível do nativo contra o homem civilizado. E a civilização venceu. [...] João Gonçalves empunha o estandarte da fé. Bom católico, o intrépido bandeirante ansiava a vitória para semear a crença de que trazia abundante sementeira por estas terras pagãs [...]. No ponto terminal da luta [entre os índios e os bandeirantes], ergueu-se o templo consagrado à Virgem Nossa Senhora da Vitória. E, desde então, João Gonçalves começou a amar muito Conquista – a terra onde se conquista é onde está a verdadeira Pátria. E conquistador generoso, nobre e altivo assenhorou-se das terras que de pleno direito lhe pertenciam (DANTAS, 1935)<sup>59</sup> (grifos nossos).

O fragmento acima começa por pontuar aspectos importantes da história nacional, como, por exemplo, a vinda de D. João VI para o Brasil, numa formação discursiva que pretende valorizar o discurso que se segue, mais precisamente à chegada de D. João VI, que vai ser seguida à vinda do bandeirante ao território brasileiro. A palavra “deliberou” afirma a liberdade de escolha e mobilidade do bandeirante em vir conquistar e tomar posse das terras como um seguidor de D. João VI.

Ainda no mesmo fragmento de jornal, podemos refletir sobre a relação de sentidos discursivos que apresenta uma correlação explícita de leitura do índio como

<sup>59</sup> Jornal *O Combate*, ano VII, 1935. Redator Euclides Dantas.

um selvagem em contraponto ao bandeirante como um homem civilizado. Embora o índio seja apresentado como um lutador, ele é ignorante e selvagem. Na sequência do texto, podemos perceber o poder da instituição religiosa numa recorrência afirmativa que tem um eixo de ligação entre a construção da memória religiosa e, posteriormente, a construção da memória laica no que tange à história de fundação da cidade. Segundo Mariani:

Por contribuir na construção das evidências, a imprensa atua no mecanismo de neutralização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A imprensa, então, ajuda a construir/desconstruir a memória histórica oficial num processo que para o leitor comum passa despercebido (MARIANI, 1999, p. 112).

De acordo com a AD, a partir da materialidade da linguagem, contida na acomodação e também nos deslocamentos de sentido, podemos observar a construção de representações que versarão sobre os acontecimentos, que poderão contribuir para potencializar e cristalizar um discurso no imaginário social. Esse discurso ganha um estatuto de verdade quando é legitimado como acontecimento histórico e memorável. Assim,

O discurso jornalístico possui uma prática discursiva específica: ele produz uma leitura do presente, podendo vir a reconfigurar resíduos produzidos no passado e, ao mesmo tempo, organiza os germes de sentidos ainda por vir. [...] O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história. (MARIANI, 1999, p. 111)

Segundo Mariani, é preciso reconhecer o discurso jornalístico do ponto de vista de uma leitura crítica, posto que esse discurso representa em si mesmo um gesto, que por sua vez se constitui num resultado de uma regulação de interpretação. No sentido em que estamos trabalhando, essa regulação segue um caminho que corrobora com a afirmação de uma memória que aparece como dada. De acordo com Orlandi (2005, p. 31), a memória discursiva torna possível o dizer que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. Ainda segundo a autora, o contexto amplo de

efeitos de sentidos é determinado pela forma com que a sociedade se organiza mediante suas instituições.

Outro jornal da cidade, o *Semanário Independente*, de 1965, também legitima o dia de Nossa Senhora das Vitórias na mesma linha de recorrência e afirmativa discursiva:

A data de 15 de agosto é, para nós que aqui nascemos ou vivemos, uma data solene, porque dedicada a Nossa Senhora das Vitórias, sublime Padroeira da Cidade. Sob a proteção da Santíssima Virgem, nossa terra surgiu dos escombros de uma luta para o grande futuro que a aguarda (Semanário, 1965, p. 1) (grifos nossos).

Ainda de acordo com Mariani (1999), a formação da opinião pública e a construção da memória social são processos históricos que se fundamentam, sobretudo através de funcionamentos discursivos de contradição, repetição e indeterminação, entre outros. Assim, o discurso jornalístico, ao construir modelos de compreensão da realidade, constrói seu caráter ideológico.

No fragmento do jornal *Semanário*, o discurso faz uma afirmativa sobre a tradição de interferência da santa na guerra, que perpassa um campo de sentidos e significados que torna fecunda a tradição do discurso religioso. Em outros termos, o discurso se apresenta como uma continuidade de outros discursos e narrativas, que, segundo a tradição, teriam sido construídos historicamente desde a fundação da vila, no século XVIII. Esse discurso ainda se mantém no contexto social dos séculos XX e XXI.

O falante não opera com literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso. [...] A condição da linguagem é a incompletude [...]. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. Entretanto, não é porque o processo de significação é aberto que não seria: regido, administrado. Ao contrário, é pela sua abertura que ele também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização (ORLANDI, 2005, p. 52).

Na mesma linha de discussão que estamos analisando, temos outro recorte de jornal escrito no ano de 2000, em que podemos observar novamente a tentativa de cristalização da memória social hegemônica a partir da construção discursiva produzida pela memória religiosa.

[...] A primeira penetração para catequese e descoberta da grande terra deveria ter-se verificado nos últimos quartéis do século dezoito [...]. Posteriormente, a caravana de João Gonçalves da Costa penetrou e fixou a descoberta e o domínio da atual Vitória da Conquista, vencendo bravamente os índios em batalha sanguinolenta e firmando o seu poder e posse na terra que foi conquistada e consagrada à Virgem da Vitória. Cumprindo o seu voto de fé feito na hora indecisa da luta, implorando da Virgem da Vitória o triunfo para sua tropa, João Gonçalves da Costa, coronel do exército português, fez erigir a capela da sua promessa no local da fundação do arraial (BACELAR, 1970) (grifos nossos).

Esse texto confere uma recorrência discursiva que contribui para sedimentar todo o aparato da visão religiosa de fundação da cidade. Segundo o discurso de Bruno Bacelar, João Gonçalves da Costa dominou o sertão e venceu os índios com a permissão e a ajuda da santa, mas essa vitória só foi concedida mediante um acordo firmado entre o bandeirante e a entidade religiosa. Esse acordo, segundo a tradição histórica, aconteceu no exato momento da última guerra entre os bandeirantes e os índios. Ainda pela leitura da tradição, a confirmação da ocorrência desse episódio se dá a partir da doação do terreno para construção da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias (feita por João Gonçalves da Costa, como já apontamos anteriormente) e das comemorações em homenagem à santa:

Diz, com muito acerto, um pensador contemporâneo: Assim, como a sanidade do indivíduo reside na continuidade de suas recordações, de modo análogo é na sequência das tradições que se encontra a prova da sanidade dos grupos sociais. [...] Uma vez mais, desde 1783, estamos a comemorar o dia 15 de agosto. Mudaram-se sensivelmente os tempos, usos e costumes bem diversos andam do que o foram outrora; às antigas gerações de bravos outras se somaram e se multiplicaram, de tal modo que o arraial se fez cidade e a cidade, metrópole, cheia de brilho e de esperanças. Não se apagou, porém, na consciência da gente o reconhecimento de que Conquista, uma vez por todas à Mãe de Deus consagrada, é trono Seu, para sempre. Razão por que A evocamos hoje, como antes, e lhe prestamos tributo de veneração (DOM CLIMÉRIO, 1970) (grifos nossos).

Nesse contexto, tem-se a reafirmação da memória religiosa, em que atribui à santa o mérito pelo qual os portugueses foram vencedores e obtiveram o domínio do *Sertão da Ressaca*. Essa tradição (interferência da santa na guerra) trazida pelos portugueses foi incorporada pela sociedade católica conquistense e se confunde com a própria história de fundação da cidade. No discurso escrito por Dom Climério,

um dos representantes da Igreja Católica na década de 70, há um investimento de valor e verdade discursiva já institucionalizado anteriormente e legitimado pelo lugar social de onde emerge a fala da autoridade. Nesse ambiente histórico e memorável, apresenta-se um fenômeno que Hobsbawm e Ranger chamaram de *tradição inventada*:

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas a outras; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM & RANGER, 1984, p. 9)

É importante destacar que a tradição inventada do dia de Nossa Senhora das Vitórias, que busca reviver um passado a partir da ritualização, a cada ano se fortalece no processo das comemorações do dia da Padroeira. De acordo com Paul Ricoeur (1996), comemorar traz a função social de reviver coletivamente a memória de um acontecimento considerado como ato fundador. Nessa prática evidencia-se o objetivo principal de sacralizar os valores e ideais de uma sociedade. Assim, a comemoração da santa se constitui num momento de coesão social e afirmação de uma identidade coletiva, que corresponde à exteriorização da memória social, na qual se apresenta uma narrativa de fundação da cidade.

Os festejos atuais de comemoração ao dia de Nossa Senhora das Vitórias começam com uma alvorada de fogos às cinco horas da manhã, seguida de grande procissão pelas principais ruas da cidade, culminando numa grande missa ao ar livre na Praça Principal, no local onde havia a antiga tribo dos Mongoiós. Podemos inferir que nessa prática se reafirma o poder simbólico da Igreja sobre a tribo vencida dos Mongoiós.

Consideramos que a invenção da tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição (HOBSBAWM & RANGER, 1984, p. 12).

A prática do ritual de celebração e homenagem à santa atribui à cidade uma identidade religiosa, cristã e católica. Pois a retomada da memória alicerçada pelos

discursos e narrativas do passado se reveste num elo que permite reafirmar o discurso da tradição como um discurso verdadeiro. Esse discurso se mantém nos dias atuais e se renova a partir de novos mecanismos de disseminação da informação.

Vera Dodebei (2009), discutindo um texto do historiador Jaques Le Goff (1996), aponta para uma questão importante do ponto de vista dos mecanismos de transmissão da memória (a oralidade e a escrita) que, segundo ela, coexistem nos dias atuais e entram em disputa com a nova mídia virtual do mundo digitalizado:

À memória individual que ao invés de acumular processa para produzir novas informações, e à memória auxiliar criada pela sociedade da escrita representada principalmente por arquivos, bibliotecas e museus, juntam-se a memória informática que transforma o visual e o oral em números. Em que medida essas três formas de memória interagem e podem nos ajudar a compreender os mecanismos de proteção e de disseminação dos saberes na sociedade contemporânea? (DODEBEI, 2009) (grifos nossos).

Esta indagação nos faz pensar acerca das diversas estratégias e mecanismo criados para integrar, na sociedade contemporânea, a memória em movimento. As novas tecnologias da informática associadas à oralidade e à escrita podem ajudar a disseminar e a preservar a informação. Como exemplo, podemos apontar a integração entre a tradição oral (da interferência da Santa na guerra) que na comemoração dissemina essa memória, a escrita que faz referência à tradição institucionalizada pela imprensa e o site da Igreja na internet que veicula o discurso da tradição. Ainda de acordo com Dodebei, não sabemos em que medida essas três formas de memória interagem e podem nos ajudar a compreender os mecanismos de proteção e de disseminação dos saberes na sociedade contemporânea. No contexto da cidade de Vitória da Conquista, o que fica evidenciado é uma ampliação e facilitação do acesso às informações através dessa nova tecnologia digital, embora não tenhamos elementos suficientes para analisar o papel de produção ativa das reinterpretações em jogo na transmissão da tradição desempenhado especificamente por essas novas tecnologias.

#### 4.3 Discursos dos monumentos

Os monumentos podem ser compreendidos como objetos vinculadores de leituras e informações que podem ser interpretadas a partir do contexto histórico em que eles produzem sentidos. Esses objetos públicos são instrumentos de poder e expressão da história e da memória de uma sociedade. Neste sentido, podem também transmitir elementos ligados com dimensões maiores, pois uma sociedade é produzida tanto pelas relações imediatas e diretas entre as pessoas e grupos que a compõem, bem como pelas relações vinculadas a uma ordem distante. De acordo com Lefebvre (1991, p.46), *a ordem da sociedade é regida por grandes e poderosas instituições (Igreja e Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos de significantes*. É nesse contexto que se inserem os discursos sobre os monumentos, os quais dão legitimidade a determinados atores sociais. Ao olhar para os monumentos num campo social a partir de leituras contextualizadas do ponto de vista histórico é possível perceber como se deu o processo social de construção da(s) memória(s) que estão em movimentos em uma determinada sociedade.

#### 4.3.1 Monumento aos bandeirantes

O obelisco em homenagem aos bandeirantes foi edificado no dia 13 de novembro de 1940, quando se comemorava o centenário da emancipação da cidade. A peça encontra-se na Praça Nove de Novembro, centro comercial do município. Nesse local, encontra-se um grande conglomerado de lojas, um espaço privilegiado por onde transita um fluxo acentuado de pessoas.

No período da edificação do obelisco, a cidade era governada pelo prefeito Luiz Régis Pacheco Pereira, que fôra nomeado pelo interventor da Bahia, Landolfo Alves de Almeida. Régis Pacheco ficou no cargo de 1937-1945, era um amigo pessoal e aliado político do interventor.

Como se sabe, na década de quarenta o Brasil vivia sob o regime do Estado Novo. Então, a obra não tem subscrição pública, o responsável direto pelo empreendimento foi o Governo do Estado da Bahia, nesse caso, Landolfo Alves de Almeida, nomeado para governar o Estado pelo então presidente da república Getúlio Vargas.



Aníbal Lopes Viana registrou na *Revista Histórica de Conquista*, datada de 1983, algumas considerações sobre o discurso que o prefeito Régis Pacheco teria pronunciado por ocasião da inauguração do monumento.

O monumento inaugurado com aplaudido discurso do prefeito Régis Pacheco, que historiou com detalhes as inolvidáveis figuras dos bandeirantes João da Silva Guimarães, mestre de campo, e do Cel. de Milícias João Gonçalves, os fundadores da cidade, foi merecida homenagem aos bravos conquistadores de índios, perpetuando-se as suas memórias (VIANA, 1985, 511) (grifos nossos).

Alguns aspectos importantes podem ser destacados no texto do jornalista: primeiro, ele legitima o evento em função de ter uma autoridade municipal presente; segundo, o pronunciamento do discurso de tal autoridade teria a plena conviência da sociedade local em função dos aplausos que foram dedicados ao discurso proferido pelo orador; terceiro, a designação que tangencia os bandeirantes [bravos / conquistadores] é uma referência recorrente na documentação que encontramos sobre esses bandeirantes. Por fim, a consagração do monumento é um elemento que integra a intenção de perpetuação e organização das memórias dos dois agentes sociais, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. É nessa promoção da imagem social e política dos fundadores da cidade que se estabelece o vínculo de gratidão da sociedade para com o Estado, cuja promoção maior se fundamenta em fortalecer uma identidade nacional unívoca.

Esse monumento de caráter intencional nos permite analisar o processo de construção da memória social que foi forjado ao longo do tempo histórico, como apontamos no decorrer desse texto, pela imagem dos bandeirantes como heróis desbravadores do território nacional. Aqui se cruzam a história regional e nacional. Nesse sentido, o que fica evidenciado a partir da edificação dos monumentos aos bandeirantes na cidade de Vitória da Conquista é uma tentativa de consolidação e afirmação da memória regional pelo viés da construção de identidades nacionais, que estariam reafirmadas a partir do patrimônio cultural que se sedimentou a partir do modelo conceitual de 1937 (embora a noção de patrimônio cultural tenha sido ampliada e modificada, ainda encontramos concepções ortodoxas), na construção de uma identidade comum homogênea.

Pela ótica de Halbwachs (2006), essa identidade é construída e reforçada pela memória a partir dos laços de coesão social e de pertencimento grupal e se afirmam com base nas lembranças fortalecidas graças às narrativas, que, por sua vez, fundamentam-se por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.

Dando prosseguimento à nossa análise, iremos introduzir alguns fragmentos de jornais que apresentam discursos ligados à institucionalização da memória laica<sup>60</sup>. Encontramos, dentre os jornais da cidade, um informativo da prefeitura de Vitória da Conquista do dia 09 de novembro de 1997, que traz um discurso do então prefeito da cidade, Guilherme Menezes (do Partido dos Trabalhadores - PT). Esse informativo constitui-se num registro de aniversário dos 157 anos de emancipação política da cidade, uma outra data comemorativa, mas de representação laica:

Vitória da Conquista está comemorando 157 anos de emancipação política, tempo suficiente para podermos dizer que a cidade possui uma densidade histórica. Afinal, uma cidade não é feita apenas de espaços e paredes, casas, ruas e janelas. Uma cidade é feita, também, de povo: gente que trabalha, sofre, ri, se alegra e faz cultura. E, sobretudo, uma cidade é feita de memória. Tempo que forja a perseverança e o quilate de um povo; memória que preserva a têmpera que no decorrer da história se constitui, desde os tempos da ocupação [...]. Homenagear a emancipação de Vitória da Conquista é homenagear, em especial, o seu povo. Povo formado pelo cruzamento de etnias distintas: índios, portugueses e negros vivendo seus conflitos e suas dissensões (MENEZES, 1997, p. 2) (grifos nossos).

O discurso de Guilherme, sobre o ponto de vista da AD, mostra-se atrelado ao lugar social ocupado pelo sujeito falante, neste caso, o poder municipal. Esse discurso se materializa a partir desse lugar, onde se evidencia uma memória laica construída pelo Estado. No discurso de Guilherme, há um silenciamento no que se refere à questão de fundação da cidade. Embora o sujeito do discurso fale sobre a história e a memória da cidade, ele ameniza a relação de luta que envolveu os dois agentes da história de fundação da cidade: os índios e os bandeirantes. Portanto, esse discurso se coloca em continuidade com a memória social forjada pelo Estado. No caminho da reflexão proposta pela AD: “Se ninguém diz qualquer coisa de qualquer lugar é porque o lugar de onde se enuncia constitui e limita o dizer” (MARIANI, 1998, p. 108).

---

<sup>60</sup>Esses jornais falam sobre o dia de emancipação política da cidade, 09 de novembro de 1840. A comemoração é instituída pelo poder público, é feriado, mas a sociedade não faz comemorações públicas.

O discurso de Guilherme, em que se depreende: “memória que preserva a têmpera que no decorrer da história se constitui, desde os tempos da ocupação. Povo formado pelo cruzamento de etnias; índios, portugueses, negros vivendo seus conflitos e suas dissensões”, traz um sentido de harmonia, amenizando os conflitos, e tenta mostrar uma cidade em comunhão. De acordo com Lucília Romão (2003), é interessante observar, a partir da AD, que o silêncio e o não dito também pressupõem interpretações. “Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretações no qual o sujeito se move” (ORLANDI *apud* ROMÃO, 2003, p.163). Guilherme dá ênfase à construção da memória na cidade, mas não faz referência às narrativas que fundamentam tais memórias.

Na sequência de nossa investigação, apresentamos um outro recorte de jornal do dia 09 de novembro de 1998. O jornal *Diário do Sudoeste* publica uma edição especial sobre a história de Vitória da Conquista. Nesse caderno, o enunciado faz referência ao nome da cidade com um trocadilho: “Vitórias e Conquistas uma cidade que tem, na procura por riquezas e na luta contra os índios, o início de sua história”.

Da maneira idêntica à maioria das cidades que nasceram na época do Império, Vitória da Conquista surgiu da necessidade do homem em buscar riquezas. Aos movimentos que ficaram conhecidos como Entradas e Bandeiras, cabia o papel de explorar as riquezas naturais de regiões nunca antes penetradas pela civilização [...]. No ano de 1772, o desbravador João da Silva Guimarães, depois de vitórias na região do Rio Pardo, contra os índios Pataxós e Botocudos, chega ao território do atual município de Conquista [...] trava intensa batalha contra os índios Imborés e Mongoiós [...]. Em um outro combate, em 1772, diz a história que os soldados já se deixavam abater por serem em menor número que os guerreiros indígenas, quando, lá pela madrugada, João da Silva Guimarães provoca os brios de seus homens, invocando a proteção de Nossa Senhora das Vitórias. Com novo ânimo, os soldados investem contra os índios numa luta corpo-a-corpo, usando armas brancas e facões. A vitória final é alçada na própria aldeia indígena, local onde veio a ser construída a Praça da República. (Jornal Diário do Sudoeste, 1998, pp. 1-2) (grifos nossos).

É interessante observar que o discurso se inicia fazendo uma referência mais ampla acerca do processo de ocupação dos territórios, do ponto de vista do empreendimento português. No decorrer do fragmento discursivo, o sujeito começa a narrar o momento da luta entre os bandeirantes e os índios sob o ângulo que se incorpora à tradição da interferência da santa na guerra. Na sequência, para melhor pontuar a guerra em favor dos portugueses, o sujeito do discurso enfatiza o modo

como se deu a guerra: os portugueses estavam com armas brancas em situação de igualdade com os índios, embora se diga que o número de índios era três vezes maior do que o número de soldados pelo lado português, como já apontamos no decorrer deste trabalho.

Nesse discurso, se constroem sentidos que vão sedimentar uma relação de complementaridade entre a memória religiosa e a memória laica. Embora o discurso transite entre as duas memórias, a política e a religiosa, evidencia-se aqui um caráter mais político do que religioso, seguindo em direção à memória laica, quando narra a luta entre os índios e os portugueses, deixando à santa um papel apenas de coadjuvante, como um pretexto utilizado pelo herói bandeirante para provocar o brio de seus valorosos combatentes.

No editorial desse mesmo jornal, temos um texto que merece nossa análise:

Vitória da Conquista está completando 158 anos de emancipação política. O município traz em sua bagagem acontecimentos que, se puxados pela memória, só dignificam seu povo [...] Mas, esta cidade traz também, em sua história, fatos que nada dignificam seu povo, como, por exemplo, a chacina dos Mongoiós [...] E tudo em nome de sua padroeira, um costume usual da época. Lembrando deste fato e olhando a cidade, desenvolvida como se tornou hoje, surge a pergunta; 'se não fosse usado aquele expediente, seríamos a cidade de hoje?' (Jornal Diário do Sudoeste, 1998, p. 2).

Esse fragmento do jornal registra o aniversário da emancipação política da cidade. Como nos foi possível observar, essa data não é tão significativa quanto a data de fundação da cidade. A nota do jornal traz uma crítica à chacina dos índios e toca na questão da padroeira. Pois a chacina teria sido em nome dela, e nesse sentido, com a devida permissão de Deus. Assim, essa crítica acaba por isentar, de certa forma, os bandeirantes do episódio ocorrido por ocasião do massacre, pois interpreta os fatos como uma ocorrência movida por uma situação pré-estabelecida. Em outros termos, o massacre dos índios teria sido justificado porque era um costume da época e foi em nome da padroeira. A tentativa de justificar as práticas de violência feitas pelos bandeirantes aos índios aparece também nas indagações do autor em torno da questão: "se não fosse usado aquele expediente [chacina dos índios], seríamos a cidade de hoje?" (a cidade de hoje é a terceira cidade mais importante da Bahia do ponto de vista econômico e cultural). Nessa indagação, o sujeito do discurso transita pela memória discursiva filiada a outros discursos já

estabelecidos sobre a fundação da cidade e coloca em questionamento a própria existência da cidade se não fosse usado o expediente do massacre.

Na sequência da nossa análise, apresentamos um fragmento de jornal do ano de 2000, no qual há um registro de outro discurso do aniversário da emancipação política da cidade:

Conquista completou 160 anos de emancipação política, sem muita celebração por parte do poder público. Mas isso não é peculiaridade só do atual governo, pois os anteriores também davam pouca importância para a data, limitando-se às vezes a manter apenas o feriado [...]. Como todo pedaço de terra existente neste planeta, nosso município também nasceu da traição, dos assassinatos e do extermínio dos mais fracos. Desde o início do mundo que os grandes conquistadores são aqueles que se apoderam de terras, povos e mentes enfraquecidas pela fome, pela cultura e pela milícia. Não seria diferente em Conquista, antes habitada por cerca de 3 mil índios, mas o convívio com estes não era possível. A ocupação da terra indígena teria que ser através do extermínio dos donos da casa, só assim interessava à Coroa portuguesa. Dessa forma, com luta, traição e epidemias, os Mongoiós, Imborés e Kamacãs foram exterminados, não restando hoje nenhum descendente, pois, para os portugueses, os índios eram apenas animais, um ou outro que se envolveu com uma índia pode ter havido aí um filho ou filha, mas não há sinais disso nos dias atuais (NUNES, 2000, p. 1).

Como foi possível observar, a data da comemoração da emancipação política da cidade não se constitui num evento social e político que mobilize a sociedade. No entanto, a institucionalização da data comemorativa reforça a lembrança do processo da construção política e jurídica da cidade. A partir da leitura do fragmento de jornal acima, percebemos que a memória da fundação da cidade pelos portugueses é retratada pela questão do massacre indígena. Podemos então afirmar que a memória oficial que corresponde à narrativa de fundação da vila com ajuda da santa ainda se sustenta na cidade.

#### 4.3.2 Monumento aos índios

Como foi apresentado no decorrer deste texto, o processo de conquista e domínio do *Sertão da Ressaca* foi o resultado de permanentes conflitos entre os bandeirantes e os índios que habitavam aquela região.<sup>61</sup>

Uma leitura contextualizada acerca dos embates e lutas travadas entre os índios e os portugueses nos permite refletir sobre uma das memórias que constitui o

---

<sup>61</sup>Ver também em WIED-NEUWIND, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1989. (Coleção reconquista do Brasil.2).

imaginário social da cidade, no que confere à relação entre esses dois agentes sociais. É, pois, a partir da designação<sup>62</sup> conferida aos índios que encontramos alguns adjetivos recorrentes em textos jornalísticos e documentos oficiais da Coroa Portuguesa, tais como: feroz, bárbaro e valente. Esses adjetivos se transformam em atributos que caracterizam os índios e enaltecem seus adversários, pois os termos se constituem numa base de sustentação para construir uma memória heróica dos bandeirantes, posto que era preciso que estes lutassem contra homens valentes, bravos e destemidos para que a exaltação da valentia dos índios se revestisse de heroísmo sobre seus adversários.

Uma batalha descrita por Gonçalves da Costa em *Couro D' anta* nos retrata esta afirmação que ora apontamos. Essa batalha, segundo a fonte consultada, teria acontecido no século XVIII:

[...] e no repentino encontro destro flechavam os Botocudos a um soldado português muito destro e valoroso, o qual se havia adiantado alguma coisa do corpo da tropa [...] os oficiais e mais soldados, sentindo aquela comum desgraça determinaram marchar sobre aqueles bárbaros, que se tinham já retirado [...] os bárbaros botocudos e ferozes, sem temor do estrondo das armas e belicoso tambor, e valorosos, fizeram a mais considerável resistência, e postos por detrás dos paus se defendiam de alguns tiros que quase ao montão se davam: eles com as mulheres e seus lados, e carregadas de flechas, iam distribuindo-as aos homens, para que com maior presteza fizessem seus tiros, de sorte, que, com a grande multidão de flechas fizeram 3 soldados feridos; o que visto pelo intrépido capitão Raimundo, puxando a espada, investiu temerariamente aos inimigos para os passar ao fio da mesma espada, mas os bárbaros não esperaram, antes abandonando seus ranchos e pousadas, se puseram em fuga (Biblioteca Nacional, p. 456)<sup>63</sup> (grifos nossos).

No trecho acima, há uma referência ao destemor dos índios para com as armas de fogo, um fenômeno que não era comum. Nesse discurso, os índios resistiam às armas de fogo. No entanto, Raimundo, filho de Gonçalves, sem dispor de uma arma de fogo, mas em situação de igualdade de condições materiais com os índios, isto é, com uma espada, triunfou sobre os inimigos que saíram em fuga por temerem a coragem e a valentia do guerreiro.

<sup>62</sup>Trabalhamos o termo designação na perspectiva de RAJAGOPALAN, Kananili. Em a arma secreta, porém, incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: \_\_\_\_\_ *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editora, 2003.

<sup>63</sup>Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 456.

No contexto de produção desse texto, por volta do final do século XVIII, um discurso de superioridade dos portugueses e de seus descendentes em relação aos índios é legitimado do ponto de vista cultural. Há uma construção textual que afirma essa evidência por um conjunto de atributos que perpassam um campo de valores sociais, morais e religiosos. A partir dessas leituras, é afirmado um conjunto de prerrogativas inerentes a um modelo de homem europeu do século XVIII.

No ano de 2000, verificou-se uma grande mobilização em torno das raízes do Brasil. Naquele momento, os principais meios de comunicação anunciavam *slogans* comemorativos do aniversário de *500 anos de Brasil*, numa dada tentativa de valorização do passado. Num contexto de discussão política e cultural ligado às questões da cidadania, do direito à memória e da identidade nacional, foi edificado em Vitória da Conquista o monumento em homenagem aos índios. A peça foi financiada e edificada por um grupo social em parceria com o setor privado e entidades não governamentais. André Cairo (idealizador do monumento) escreveu-me uma carta [ver em anexo II]. Segue um fragmento da carta escrita por André Cairo:

Com espírito inundado de essência indígena, relato, abaixo, a história do Monumento.

Desde 1992, o Movimento Contra a Morte Prematura vinha reivindicando, das autoridades, a construção de um monumento que viesse homenagear o índio. Realizamos diversas atividades, oficiamos a prefeitos, câmara de Vereadores, deputados e o desinteresse foi evidente. Mas continuamos insistindo e buscamos subsídios com empresas privadas e conseguimos construir a obra, oferecendo ao poder executivo para que instalasse na Pça. Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas, onde, ali, existe um cemitério indígena, em que índios foram exterminados, massacrados brutalmente por Bandeirantes. [...] Para nossa decepção, não houve interesse por nenhum órgão, nem a prefeitura autorizou a instalação do monumento naquele local, alegando poluir o visual, diante do que ali já existia. Porém, discordamos sumariamente. Então, o prefeito solicitou de André Cairo que escolhesse outro local. Como sinal de protesto, ele escolheu o terraço de um prédio de 8 andares, mas resolveu mudar de ideia, instalando o monumento na Pça. Caixeiros Viajantes, a qual passou a ser identificada, por muitos, como Praça do Índio (CAIRO, 2007).

A partir das ideias postuladas por Mikhail Bakhtin, no texto intitulado *Conceitos Chaves*, organizado por Beth Brait (2005), podemos fazer algumas considerações acerca da carta “Com espírito inundado de essência indígena, relato abaixo, a história do Monumento“. Entendemos que o enunciado é concebido como

uma unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado (BRAIT, 2005, p. 63). De acordo com Bakhtin:

Todo enunciado – desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados – respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como uma autorresposta baseada em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estreitamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por transferência da palavra ao outro, por algo como um mundo ‘dixi’ percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou (BAKHTIN *apud* BRAIT, 2005, p. 60).

Quando nos deparamos com esse discurso acima, nos é possível perceber que, na construção discursiva, a linguagem aparece como uma unidade inserida no lugar social do qual parte o sujeito falante, no caso de André, uma militância indígena.

Continuando nossa análise, percebemos o confronto entre o desejo de André em construir e edificar o monumento para homenagear os índios na cidade e o descaso das autoridades públicas, relatado por ele, não apenas em relação ao financiamento do projeto de construção do monumento, mas também ao local onde seria erigida a peça escultórica. A questão que está em jogo nesse embate de forças é a memória social que transita num campo polifônico de discursos.

Foi durante a gestão do prefeito Guilherme Menezes, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que o monumento aos índios foi edificado.

Por todos os ângulos, o monumento representa sempre o início, o meio e o fim. Se em uma extremidade nasce a flecha, no meio, ela toma impulso e, na outra extremidade, toma seu rumo certo. Se a flecha fincada no chão representa a derrota, sua ponta afiada para o céu representa a vitória e a imortalidade (CAIRO, 2007) (grifos nossos).

Essa descrição do monumento tem um suporte individual e traduz o ponto de vista simbólico do seu idealizador. No entanto, o monumento foi pensado e erigido por um grupo de pessoas inseridas num determinado contexto sócio-histórico. Essa descrição é um ponto de partida da análise da construção de outra memória social que se encontrava em zonas de silêncio. De acordo com Michael Pollack (1992), as memórias “subterrâneas” que se encontram nas sombras e no silêncio afloram em momentos de crise. Nesse sentido, compreendemos que o



momento de crise se manifestou no contexto dos *500 anos do Brasil*, momento em que houve grandes mobilizações coletivas, discussões e debates polêmicos em torno das questões relacionadas aos índios. Segue outro trecho da carta de André Cairo: “Este monumento é também um lamento... uma redenção! A grandiosidade das intenções é o suspiro aliviado do guerreiro. Fica em cada olhar o que se veja”.

A partir desse fragmento da carta fica evidenciada a intenção de perpetuar uma lembrança que se fundamenta na iniciativa de edificação e de promoção da peça. Pela leitura do monumento, ele representa a derrota dos índios perante os portugueses. No entanto, essa derrota se esvazia de sentido. Ou seja, se os índios foram vencidos num determinado espaço físico, eles não perderam a batalha final sob dimensão da temporalidade.<sup>64</sup> Nesses termos, a intenção do grupo social que edificou o monumento é resgatar a memória do índio e mantê-la viva. Mas essa memória não corresponde à memória do índio como um derrotado ou uma vítima. Pelo contrário, essa memória se traduz pela força da resistência e da luta indígena na defesa do seu território.

Assim, o sentido de exclusão, que em princípio se evidenciou na narrativa que envolve a edificação do monumento ao índio, marca a promoção de grupos sociais na cidade, como nos aponta com muita propriedade Knauss. É a partir da edificação desse tipo de monumento que os grupos sociais se lançam nos espaços urbanos deixando sua marca (KNAUSS, 1999). Essa marca se reflete na construção da memória social.

No contexto do ano de 2000, no qual foi edificado o monumento aos índios, encontramos um fragmento de jornal que tenciona traduzir um pensamento coletivo, no que se refere à fundação da cidade.

Religiosidade faz parte do surgimento de Vitória da Conquista (enunciado do jornal *Diário do Sudoeste*, p. 4. Novembro de 2000).

O município de Vitória da Conquista possui um forte aspecto religioso. Talvez isso se deva ao próprio surgimento da cidade e da fé de um bandeirante que dedicou a uma santa a sua vitória contra os índios mongoiós. Na verdade, foi a invocação ao

---

<sup>64</sup>Nessa passagem, podemos fazer uma reflexão importante que repousa numa analogia com o mundo antigo. A imortalidade era um fenômeno, por excelência, importante tanto na Grécia Arcaica como na Grécia Clássica. Um exemplo que podemos fazer referência se traduz na *Ilíada*, quando Aquiles vai para a Guerra de Tróia sabendo que ia para a morte, mas uma morte física que traria para ele a glória da imortalidade. Essa imortalidade é referendada nesta peça escultórica que ora analisamos na narrativa de seu idealizador. Assim como *A Ilíada* trouxe para Aquiles a imortalidade, o monumento trouxe a imortalidade para o guerreiro indígena. Na narrativa que envolve o monumento, o índio se torna um guerreiro, um herói, não apenas uma pobre vítima, mas um bravo que venceu a batalha final: a morte, que é sinônimo de esquecimento.

nome de Nossa Senhora das Vitórias que motivou os soldados a investir, até a vitória final, contra os índios. Segundo os historiadores, o mestre de campo João Guimarães prometeu que seria erguida uma capela dedicada à santa, o que se concretizou em 1803 (Jornal Diário do Sudoeste, 2000) (grifos nossos).

O referido texto de jornal apresenta-se em contraposição ao monumento erigido em homenagem aos índios, pois além de reafirmar a memória religiosa de fundação da cidade, ainda legitima seu discurso do ponto de vista da historiografia que trata do tema. A partir da leitura do texto, percebemos dois momentos distintos: o primeiro, quando o bandeirante dedica à santa a vitória sobre os índios; o segundo, quando ele reafirma essa vitória e se coloca em posição de gratidão. Nessa posição, o bandeirante cumpre a promessa de erguer a igreja para a santa. E um terceiro momento, que não está explícito no texto: a santa estava contra os índios, estando em favor dos portugueses. O jornal – como uma instituição portadora de legitimidade em seus discursos se constitui num mecanismo social transmissor de informações – estabelece sentidos e significados, que constroem uma dada realidade social. Segundo Orlandi:

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto com um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2005, p. 39) (grifos nossos).

Ainda segundo Orlandi (2005), o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas que se apresentam nos contextos dos processos sócio-históricos em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

Retomando o contexto do ano de 2000, a Igreja Católica apresenta um hino em louvor à santa padroeira de Vitória de Conquista. Nesse hino, a memória dos índios é associada à memória religiosa numa construção contextualizada pelas comemorações dos *500 anos do Brasil*. Segue um fragmento do hino:

Serva Senhora humilde mulher / Mãe índia formosa do índio imboré / Histórias de sangue assim nos contou / Vitória Senhora do Libertador [...]. O sangue em rios e terra molhou / Sedentos tombaram bravos mongoiós / A gente guerreira lutou sem temor / Na vila Vitória contra o invasor

[...] De todos os cantos consagra teus filhos. Dos campos, cidades, caatinga e sertão Batalhas travadas aqui neste chão / Nos fazem agora pedir-te perdão (PADRE VALMIR NEVES, 2000) (grifos nossos).

Do ponto de vista da AD, para analisarmos este fragmento acima, primeiro é necessário pensar sobre as condições de produção desse discurso. No ano de 2000, um novo contexto social já havia surgido do “subterrâneo” das zonas do silêncio e do esquecimento: a memória dos índios. É nesse momento que um padre da Igreja Católica compõe a letra do hino e se apropria de “fragmentos” de uma memória que estava em evidência naquele momento. Partindo desse contexto, o hino nos revela memórias coexistindo num campo social de contradições, conflitos, tensões, disputas, mas também de apropriações. A partir desse hino, o grupo social hegemônico abre espaço para outras leituras da memória e incorpora a memória dos índios, mesmo que não tenha perdido o elo com a memória oficial, que ainda se mantém muito forte, pois o hino traz permanências, ambiguidades e contradições em sua estrutura discursiva: a) A Santa é “Mãe” *Índia formosa do índio imboré* (mongoiós), tribo que, segundo a tradição, a Santa ajudou a dizimar; b) *A gente guerreira lutou sem temor / Na vila Vitória contra o invasor*. Nesses versos, os índios são guerreiros, bravos e lutadores contra o bandeirante que se torna um invasor. Nesse sentido, o que está em questão é a sobrevivência de uma memória hegemônica. Isso cria brechas para a memória se movimentar num campo de múltiplas possibilidades, pois o momento requer novas leituras que estão latentes.

[...] a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisão, de disjunções, de deslocamentos e de retomada, de conflitos, de regularizações [...]. Um espaço de deslocamentos. Réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX *apud* ROMÃO, 2003, p. 174).

Podemos inferir que essa releitura da memória feita a partir do hino permite a própria sobrevivência da memória religiosa e traça momentaneamente ou não a estrutura de continuidades, rupturas e adaptações da história-narrativa de interferência da santa na fundação da cidade.

Retomando a análise do monumento em homenagem aos índios, podemos perceber que na conjuntura em que emerge essa memória social dos *500 anos do Brasil*, a memória social dos índios ganha um espaço no campo simbólico onde atua

a memória religiosa da cidade, mas ainda é um campo conflituoso de disputas e contrações, a exemplo da imprensa que ainda recorre ao discurso religioso do século XVIII, para legitimar o domínio e a conquista da Igreja Católica na região.

Apesar de ser atribuída à cidade uma identidade religiosa cristã e católica, como nos foi possível perceber a partir, principalmente, da imprensa, é importante salientar que a cidade possui inúmeras igrejas evangélicas, centros espíritas e outros segmentos e instituições religiosas. Propomo-nos aqui a procurar compreender como se deu a construção de uma memória social hegemônica sedimentada a partir da Igreja. Mesmo que essa memória seja negada por parte da sociedade, o fato de ela ser negada já é um indício de sua existência. Essa memória discursiva se movimenta num campo conflituoso de disputas, tensões e múltiplas memórias que estão constantemente fazendo novas leituras do passado.

## 5- CONCLUSÃO

Neste trabalho estudamos o processo de construção da memória social na cidade de Vitória da Conquista com o objetivo principal de compreender o vínculo discursivo patrimonial entre a sociedade conquistense e os seus monumentos.

A cidade de Vitória da Conquista possui uma coleção de dezesseis peças, de cujo universo privilegiamos, para fins de análise, dois monumentos que refletem na atualidade as disputas do passado: o monumento edificado em homenagem aos bandeirantes e o monumento edificado em homenagem aos índios. A análise acerca dessas obras patrimoniais ganhou um sentido histórico e social quando retomamos o passado que se reporta à fundação da cidade.

No final do século XVIII, o território do *Sertão da Ressaca*, interior baiano, foi conquistado e dominado pelos bandeirantes João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. Esse território era ocupado pelos índios, em maior expressão os Mongoiós. A expulsão desses índios de suas terras se deu através de um longo período de batalhas e de guerras, estrategicamente conduzidas por agentes ligados à Coroa Portuguesa. Essa prática de conquista não foi um fenômeno isolado, tendo em vista ter ocorrido em inúmeros outros territórios, na chamada Conquista da América.

A partir do domínio do espaço físico do Sertão da Bahia pelos bandeirantes, fez-se necessária a conquista de um espaço simbólico. Nesse sentido, a memória dos feitos de Guimarães e de Gonçalves foi construída pela tradição oral, reconstruída pela escrita e também pela edificação do monumento em homenagem a eles. É possível compreender a partir das proposições apresentadas pelo pesquisador Knauss, que na edificação do monumento aos bandeirantes pela iniciativa e promoção do Estado estabeleceu-se uma relação na qual se produz um vínculo de gratidão da sociedade para com o Estado. Por outro lado, se verificou o esquecimento dos povos indígenas que ficaram nas zonas de sombra e de silêncio por quase 60 anos.

Tendo como referência teórica e conceitual a análise do discurso, fundamentada pela tradição francesa (AD), nos dedicamos a analisar os documentos ligados à administração da Coroa Portuguesa escritos a partir do século XVIII e outras fontes do século XIX, XX e XXI. Assim, foi possível perceber como se

deu o processo de construção da memória social que gira em torno da edificação do monumento aos bandeirantes. Essa memória sacramentou a figura dos bandeirantes como heróis, alimentando a construção de uma identidade nacional. Desse modo, foi sendo construída e externalizada uma lógica discursiva cujo fio condutor era a figura do bandeirante como um homem civilizado, tendo como referência o modelo europeu, em contraponto ao índio, designado como selvagem. O Estado português legitimava, assim, seu domínio sobre o território, pois o discurso civilizador estava fundamentado em duas instituições eminentemente fortes e imbricado: o Estado e a Igreja. A partir desse contexto de relações entre o Estado e a Igreja, surge a narrativa de interferência de Nossa Senhora das Vitórias em favor dos portugueses na guerra de conquista e domínio do território baiano.

Os documentos institucionalizaram esse discurso religioso, reafirmando o estatuto dos portugueses de conquistadores, heróis e cristãos, dando sustentação à construção de uma memória oficial. Outro mecanismo de sustentação dessa memória corresponde às práticas sacras de celebração do dia de Nossa Senhora das Vitórias, que alimentam a história da tradição de fundação da cidade através do discurso civilizador cristão. Quando o Estado se separa da Igreja, percebe-se uma tendência à polarização entre a memória laica e a memória religiosa. No entanto, em meio a novas tensões, essas memórias permaneceram complementares.

Ao retomarmos a discussão em torno daqueles mesmos documentos e fontes na perspectiva de investigação da figura indígena, encontramos a reafirmação da figura heroica dos bandeirantes. Somente no século XX, depois na década de 80, com o processo de redemocratização do país, um novo personagem social reaparece no Brasil: o índio. Foi no ano de 2000, época em que se comemoravam os *500 anos do Brasil*, que o monumento em homenagem ao índio foi edificado por alguns segmentos da sociedade civil em Vitória da Conquista. No contexto dessa conjuntura, afirmamos que outra memória social emerge justapondo-se à memória oficial da cidade: a memória dos índios.

A edificação do monumento em homenagem aos índios se insere em um movimento de construção da memória indígena que estava à margem da história oficial, pois os índios foram expulsos de seu território como selvagens e ignorantes. Para Alöis Riegl (2006) um monumento pode apresentar um valor de rememoração intencional a partir do propósito de projetar para as gerações futuras uma

lembrança. Nesse sentido, após a edificação do monumento em homenagem aos índios, a memória indígena sai do esquecimento.

De acordo com Knauss, um monumento pode apresentar um sentido de exclusão. Esse tipo de monumento quando edificado, abre um espaço no campo simbólico que projeta os grupos sociais desprestigiados na vida urbana, inscrevendo-os no tecido social da cidade (1999). Por isso, a edificação do monumento em homenagem aos índios põe em evidência uma memória social subterrânea: quando lança na vida social da cidade esse grupo excluído, lança também suas memórias. Sincronicamente à edificação do monumento em homenagem aos índios, um padre da Igreja Católica elabora um hino em Louvor a Nossa Senhora das Vitórias. Nesse hino há fragmentos da memória indígena numa tentativa de integração entre a memória oficial e essa memória que emerge do subterrâneo. Esse contexto apresenta-se como um campo social de tensão e disputa, pois surgem discursos vinculados pela Imprensa tecendo louvores à padroeira e a João Gonçalves pela fundação da cidade. Esses discursos lamentam o massacre aos índios, mas legitimam tal feito em nome da civilização. Por essa ótica, o massacre aos índios foi um episódio lamentável, mas necessário para a fundação da cidade.

Embora afirmemos que o campo patrimonial da cidade encontra-se definido e demarcado como um espaço social diferenciado e conflituoso. Existem discursos a partir dos monumentos que refletem a história e a memória da sociedade e interagem num espaço construído histórica e socialmente. Nesse espaço que corresponde ao campo do patrimônio cultural, atuam múltiplas memórias que coexistem que fazem novas leituras do passado, numa dinâmica social de apropriações, conflitos, contradições, rupturas e continuidades.

Assim, compreendemos que tanto o monumento aos bandeirantes, quanto o monumento em homenagem aos índios se inscrevem numa perspectiva de valores históricos e intencionais. Ambos são objetos de poder e de desejos de memórias. Ainda que se apresentem numa perspectiva de memórias antagônicas, são representativos de um universo complementar: a memória de fundação da cidade. Porém, é importante destacar que, esse quadro de disputas de memórias só é possível onde o campo do patrimônio cultural é apreendido num contexto em que o poder é uma atribuição democrática.

## 6- REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de construção no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rococó, 1996.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGUIAR, Edinalva Padre et al. *Política: o poder em disputa. Vitória da Conquista e Região*. Museu Regional de Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999 (Série Memória Conquistense).

ALMEIDA, E. de C. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XXXII. p. 473. Ofício do ex-governador da Bahia, Manuel Menezes da Cunha, para Martinho de Mello e Castro, sobre a capitania dos Ilhéus. Lisboa. 12 de agosto de 1780.

BRAIT, Beth (org.). Enunciado, enunciado concreto e enunciação. In: *Bakhtin – conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

Cata de Veneza - Monumentos e Sítios-maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cata Internacional Sobre Conservação e Restauração de Monumentos.

CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo. Edições Liberdade. UNESP, 2006.

DANTAS, Euclides. Em Memória de João Gonçalves. In: *O Combate*, Ano VII, 1935.

DECRETO-Lei nº 25 de 30 de Janeiro de 1937 (Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Capítulo I Artigo I. Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DIÁRIO DO SUDOESTE. Religiosidade faz parte do surgimento de Vitória da Conquista . p. 4 de Novembro de 2000.

\_\_\_\_\_ Vitória da Conquista, pp. 1/ 2 do dia 09 de Novembro de 1998



DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de Documento. In: LEMOS, Tereza; MORAES, Nilson (orgs.). *Memória e construção de identidades* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Patrimônio digital: objeto virtual de qual memória? Texto ainda no *prelo*. 2009.

DOM CLIMÉRIO, Bispo Diocesano de Vitória da Conquista. Festa de Nossa Senhora das Vitórias. In: *O Sertanejo*. 15 de agosto de 1970.

DUARTE, José Carlos Silveira. De Mídia e Festa, a Micareta – Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. s/d. <http://www.miconquista.com.br/agoniza.htm> (consultada no dia 08 de fevereiro de 2008).

FINLEY, M. I. *Uso e Abuso da História*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSÊCA, José Humberto (org). *História do Cotidiano no Planalto de Conquista*. Museu Regional de Vitória da Conquista / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Série: Memória Conquistense, 1998.

FRANCO JR. Hilário. *O Feudalismo*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Tudo é História).

GONÇALVES, J. R. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. *Autenticidade, memória e ideologia nacional: o problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 2, 1988.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Carmem Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IVO, I. P. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Edições Uesb. Vitória da Conquista, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

KAREL, Kosik. *Dialética do Concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KNAUSS, Paulo (coord.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Sorriso da Cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

\_\_\_\_\_. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Niterói, UFF-PPGH. Doutorado em História, 1998.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LIMA, J. M. *Memorial sobre o Estado da Bahia*. Topografia e encadernação do Diário da Bahia, Salvador, 1893.

LONDRES. Maria Cecília. *O Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Editora UFRJ / Minc IPHAN. Rio de Janeiro, 2005.

LORAUX, Nicole. De la amnistía y su contrario. In: YERUSHALMI, Y. *Reflexões sobre el olvido*. In: Usos del olvido. Buenos Aires: Edições Nueva Vision, 1989. tradução do original francês – *Usages de l'oubli*. Édition du Seuil, Paris, 1988. In: FELIX, L. O. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo; Ediupf, 1988.

MARIANI, Bethânia. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MEDEIROS, R. H. A Edição crítica e anotada de TORRES, T.L. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional da Vitória da Conquista / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

\_\_\_\_\_. Aspectos Urbanos de Conquista através da história. In: *Jornal Fifó*, Ano I, Vitória da Conquista, 11 de Outubro de 1977a.

\_\_\_\_\_. Os Mongoiós e seu destino. In: *Jornal Fifó*, Ano I, Vitória da Conquista, 01 de Novembro de 1977b.

\_\_\_\_\_. Os Fundamentos da invasão territorial. In: *Jornal Fifó*, Ano I, Vitória da Conquista, 18 de Outubro de 1977c.

\_\_\_\_\_. O Gado e os Primórdios de Conquista In: *Jornal Fifó*. Ano I, Vitória da Conquista, 22 de Novembro de 1977d.

\_\_\_\_\_. A ideia de Conquista e o sertão da Ressaca (Texto de Conferência apresentado no IV Congresso de História da Bahia, Salvador, 27 de outubro de 1999).

\_\_\_\_\_. Nossa Senhora da Vitória e o povo In: *Jornal A Tarde* de 15 de maio de 1980.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios no Brasil*. São Paulo: Editora Huncitec, 1983.

MENEZES, Guilherme. Uma cidade que tem 157 anos para contar e uma nova história a construir. Conquista independente. In: *Informativo da prefeitura municipal de Vitória da Conquista*, ano I, n. 5, 09 de novembro de 1997.

MOURA, José Francisco. Monstros, Heróis e Seres Alados na Iconografia Lacônica do século VI a. C. In: *Politéia: História e Sociedade*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. v. 2 n. 1 (2002) - Vitória da Conquista – Bahia: edições UESB, 2002.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, vol. I, 1965.

\_\_\_\_\_. *A Cultura nas Cidades*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, s/d.

Nossa Senhora das Vitórias: Padroeira da Cidade In: *Semanário Independente*, Ano VIII, domingo 15 de agosto de 1965.

NUMES, Fragmento de texto In: *Diário do Sudoeste*, 2000.

Orlandi, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6ª edição, Campinas/ SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3 1989/3.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1992/10.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa v. 1. Memória – História, Edição portuguesa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. Designação - a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: \_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. In *Projet*. Paris: número 248, 1996.

RIEGEL, Alöis. *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*. Editora da UGG: Goiânia, 2006.

ROMÃO, Lucília. *Tramas do discurso, luzes da memória*. Organon / UFRGS, Instituto de Letras. v. 17, n. 35 – Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, 2003.

SANT'ANNA, M. A fase imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TANAJURA, M. *História de Conquista: cônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

UNESCO. Patrimônio Cultural. In:  
<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonio> Pesquisa realizada em 01/10/2008.

VERNANT, Pierre Jean. *Mito e Pensamento entre os gregos*. São Paulo. Difel, 1973.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Edição Jornal de Conquista, 1982.

Vitórias e Conquistas uma cidade que tem, na procura por riquezas e na luta contra os índios, o início de sua história. In: *Diário do Sudoeste*, 09 de novembro de 1998.

WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Editora da USP, 1989.

## 7- ANEXOS

### Anexo I

#### Símbolos Oficiais da cidade de Vitória da Conquista<sup>65</sup>



Figura 3 - Brasão da Cidade

De acordo com a prefeitura municipal de Vitória da Conquista, o Brasão da cidade foi instituído pelo projeto de lei municipal nº 688, de 24 de maio de 1968. É de autoria do heraldista Alberto Lima e tem as seguintes características heráldicas e históricas: escudo português tecido em faixas, sendo a primeira faixa em campo de azul em campanha de verde com quatro estrelas de ouro e uma faixa de entrada de prata. A segunda faixa está dividida em dois campos: à direita, um arco e uma flecha de ouro em posição de ataque em campo de goles vermelho; à esquerda, uma cruz sobre o monte, tudo em ouro; em campo de azul, um monte de ouro carregado de uma esmeralda em sua cor natural verde. No lastro, acompanhando a forma de escudo, um listel de prata ostentando os seguintes dizeres: "1752 - Vitória da Conquista - 1891". Integra o conjunto, na parte superior, uma coroa mural de cinco torres, carregada de uma elipse de azul, ostentando uma flor de lis, em ouro, que representa a cidade. O escudo português lembra a origem lusitana da cidade. As três faixas, que dividem o escudo em três campos, representam: a zona da mata, a zona da caatinga e a zona da mata de cipó, encontradas no território do município. As quatro estrelas atestam os primeiros desbravadores da região: João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. A faixa ondulada de prata representa o Rio Pardo. A campinha, de verde, atesta a fertilidade do solo. O arco e a flecha

<sup>65</sup>Fonte da prefeitura municipal de Vitória da Conquista, Bahia.

lembram, em épocas remotas, a presença dos índios Mongoiós e Imborés, habitantes da região. O monte e o cruzeiro lembram a presença da Religião Católica Apostólica Romana. A montanha de ouro evidencia a Serra do Marçal. A esmeralda, a região diamantífera. O orago de Nossa Senhora da Vitória está presente na flor de lis. As datas: 1752 e 1891 representam, respectivamente, a ocupação do espaço territorial pelo Bandeirante João da Silva Guimarães e a elevação de Vitória da Conquista à cidade. Metais e esmaltes têm os seguintes significados:

Ouro: Força

Prata: Candura

Vermelho: Intrepidez

Azul: Serenidade

Verde: Abundância



*Figura 4- bandeira da cidade*

A bandeira de Vitória da Conquista foi constituída pelo projeto de lei municipal nº 182, de 27 de outubro de 1978. O modelo é de autoria do heraldista Fernão Dias Sá. As suas cores sintetizam os pavilhões nacional - verde e amarelo - e estadual - vermelho e branco -, com o acréscimo da cor municipal, o amarelo.

O verde também simboliza o café, principal riqueza do município. As faixas vermelha, azul e branca formam um "C", inicial de Conquista. Estas três, mais a verde, formam um "E", de educação. As faixas azul e verde formam um "T", inicial de trabalho, fator móvel do progresso, e lembra que só trabalhando o homem constrói o mundo e consegue bem estar.

Hino da cidade

Conquista, joia do sertão baiano;  
Esperança ridente do Brasil  
A ti, meu orgulho soberano.  
O afeto do meu peito juvenil  
A ti minha esperança no futuro  
Os sonhos do meu casto coração,  
És e sempre serás meu palinuro  
Ó pérola fulgente do sertão  
REFRÃO: Conquista tesouro imenso...

O mais belo da Bahia,  
Que primor, que louçania  
Tem mais brilho aqui o sol;  
Conquista terra das rosas,  
De florestas seculares,  
Tem mais amor em seus lares,  
Que luzes no arrebol.

(refrão)

Deixar o doce encanto destas ruas,  
Deixar teu céu que tanto bem almeja,  
Eu morreria de saudades tuas  
Minha querida terra sertaneja,  
Entretanto, se a Pátria me exigir,  
Deixar-te para a Pátria defender  
Este afeto bairrista é vã mentira,  
Pelo Brasil inteiro irei morrer!

(refrão)

Surge o sol, fogem pássaros dos ninhos!  
Todos vão venturosos trabalhar;

Eu também imitando os passarinhos  
Deixo o morno regaço do meu lar,  
Para a escola caminho satisfeito,  
Da Pátria vou saber as glórias mil  
Conquista, que emoção vibra em meu peito...  
Ao fitar-te no mapa do Brasil.

(refrão)

Autores: **Euclides Dantas e Maestro Francisco Vasconcelos**

Arranjo: **João Omar de Carvalho Melo**



**Anexo II****Carta de André Cairo enviada por e-mail.****MONUMENTO EM HOMENAGEM AO ÍNDIO**

Alô Gerlane,

Com espírito inundado de essência indígena, relato, abaixo, a história do monumento.

Desde 1992, o Movimento Contra a Morte Prematura vinha reivindicando das autoridades a construção de um monumento que viesse homenagear o índio. Realizamos diversas atividades, oficiamos a prefeitos, câmara de vereadores, deputados e o desinteresse foi evidente. Mas continuamos insistindo e buscamos subsídios com empresas privadas e conseguimos construir a obra, oferecendo ao poder executivo para que instalasse na Pça. Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas, onde, ali, existe um cemitério indígena, em que índios foram exterminados, massacrados brutalmente por Bandeirantes. Paralelo a isto, solicitamos uma escavação arqueológica, para descobrir o que realmente aconteceu com os índios Mongoiós que habitavam na margem direita do Riacho Verruga, exatamente onde foi construída a referida praça. Para nossa decepção, não houve interesse por nenhum órgão, nem a prefeitura autorizou a instalação do monumento naquele local, alegando poluir o visual diante do que ali já existia. Porém, discordamos sumariamente. Então, o prefeito solicitou de André Cairo que escolhesse outro local. Como sinal de protesto, ele escolheu o terraço de um prédio de 8 andares, mas resolveu mudar de ideia, instalando o monumento na Pça. Caixeiros Viajantes, a qual passou a ser identificada por muitas pessoas como Praça do Índio.

Índios que foram massacrados pelos Bandeirantes entre 1752 e 1852. Imagine!

Em 1940, em Vitória da Conquista, ergueram um monumento em homenagem aos bandeirantes na Pça. Nove de Novembro! Entretanto, passados 60 anos, finalmente o índio foi homenageado através deste monumento que orgulhosamente conseguimos erguer.

Monumento em concreto armado (escala 1/125).

Placa talhada em ferro fundido e antimônio com os dizeres:

POR UMA QUESTÃO HISTÓRICA, ECOLÓGICA, CULTURAL E HUMANA,  
ERGUAMOS O MONUMENTO EM HOMENAGEM AO ÍNDIO

- O verde representa um grande espaço suspenso, do território que lhe pertenciam. É nesse vasto território demarcado que vamos erguer o seu tributo.
- Na base triangular está o conceito da tribo, representada pelos seus três degraus, a criança, o adulto, o ancião, a pureza, o vigor, a sinceridade, a sabedoria, o aprendiz, o guerreiro e o líder.
- Por todos os ângulos, o monumento representa sempre o início, o meio e o fim. Se em uma extremidade nasce a flecha, no meio ela toma impulso e, na outra extremidade, toma seu rumo certo. Se a flecha fincada no chão representa a derrota, sua ponta afiada para o céu representa a vitória e a imortalidade.
- O vermelho, entre o azul e o verde, representa o sangue derramado entre o céu e a mata. Não circula anêmico, anímico!
- O colorido no monumento reflete a pintura no corpo do índio, além de resgatar sua alegria, seus costumes, seu ritual sagrado. Por outro lado, ainda que não existissem cores, restaria, através de suas formas, o equilíbrio, a imponência, a robustez e a coragem.
- Metais e esmaltes – Ouro/Amarelo – significam forma e estão representados pela contração do arco. A forma que provoca o açoite da flecha.
- Prata/Cinza significam candura, inocência, pureza, predominando em todo o monumento e estão representados pelo próprio cinza do cimento.
- Vermelho significa bravura. Está na ponta da flecha acesa durante a noite. O alerta constante, a inevitável lembrança.
- Azul – serenidade.
- Verde – abundância.
- O verde e o azul ganham uma dimensão maior, pois resgatam o tempo dos primórdios em que aqui viveram, época sem turbulência, sem escassez, antes do branco, negro, do amarelo, após os deuses.

- Nas extremidades dos espaços suspensos do verde, logotipo do Movimento Contra a Morte Prematura (MCMP) em bronze com os dizeres: “Consciência, Lógica e Razão” e a logomarca das empresas que apoiaram.

Este monumento é também um lamento... uma redenção! A grandiosidade das intenções é o suspiro aliviado do guerreiro. Fica em cada olhar o que se veja. Somos a continuação do índio! Quando a Bíblia cita que o primeiro homem foi feito de barro, a simbologia contida no relato detecta que este é de cor vermelha... e o homem vermelho não tem cor, ele é Vermelho.

Em 05 de junho de 1854, o presidente dos EEUU, Franklin Pierce, propôs ao Cacique Seattle, Chefe da Tribo Duwamish, comprar suas terras, concedendo-lhes uma outra reserva. O Chefe Vermelho o envia uma mensagem com grande sabedoria, a qual deu origem ao DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. Temos uma cópia da carta, na íntegra. Enviar-lhe-ei.

Inauguramos em 05 de junho de 2000 o Monumento em Homenagem ao Índio, e consideramos sagrado este dia.

INICIATIVA – MOVIMENTO CONTRA A MORTE PREMATURA

IDEIA – ANDRÉ PAULO BARROS CAIRO

EXECUÇÃO – DEGRAUS CONSTRUTORA

APOIO – LA

PROJETO – EDMILSON SANTANA

PROJETO DE ILUMINAÇÃO – DALTON ALCÂNTARA

Posteriormente lhe enviarei fotos da inauguração.

Um grande abraço, *André Paulo Barros Cairo*

Vitória da Conquista, 02 de setembro de 2007.

### **Anexo III**

#### **Ilustrações**

Monumento em homenagem aos bandeirantes  
Imagem I



Imagem II



Imagem III



Monumento em homenagem aos índios

Imagem I



Imagem II



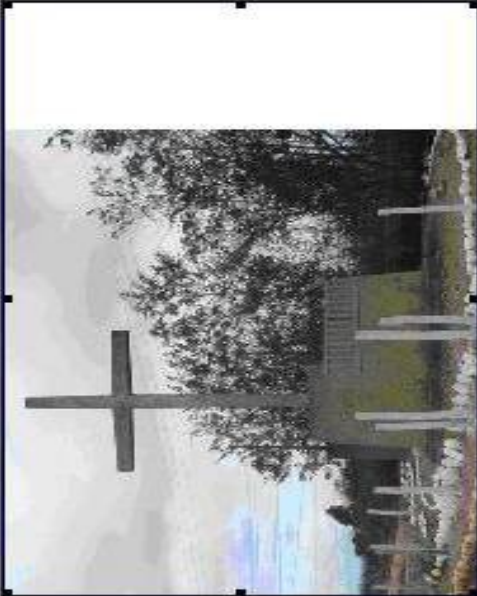
Imagem III



## Anexo IV

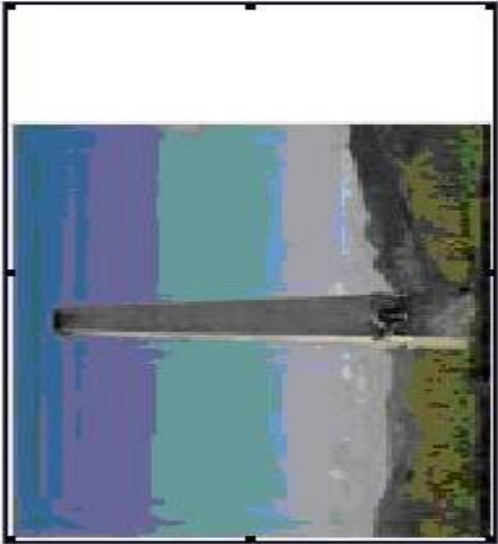
**Imagens urbanas de Vitória da Conquista – Tabela**

A metodologia empregada nesse banco de dados foi a metodologia trabalhada pelos pesquisadores Paulo Knauss e Marcelo Abreu, membros do Laboratório de História Oral e Iconografia /LABHOI da Universidade Federal Fluminense/UFF.

<b>Título:</b>	Monumento do Cruzeiro	
<b>Autor:</b>	desconhecido	
<b>Data:</b>	1926	
<b>Tipologia:</b>	Ícone	Material: Granito
<b>Logradouro:</b>	Serra do Periperi	Tema: Religioso
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Santos
<b>Iniciativa:</b>	Instituição	Tempo: Passado Distante
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Alegórica
		História: Universal
		Observações:





<b>Título:</b>	Monumento em homenagem a Getúlio Vargas	
<b>Autor:</b>	desconhecido	
<b>Data:</b>	1950	
<b>Tipologia:</b>	Obelisco	Material: Concreto
<b>Logradouro:</b>	BR 101-Rodovia Federal K18	Tema: Personalidade
<b>Aquisição:</b>	Obra Pública	Tipo de Personalidade: Políticos
<b>Iniciativa:</b>	Governo	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Abstrata
		História: Nacional
		Observações:
		<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>

**Título:** Monumento em homenagem aos imigrantes

**Autor:** desconhecido

**Data:** 1980

**Tipologia:** Estátua Alegórica

**Logradouro:** Praça Mármore Neto

**Aquisição:** Obra Pública

**Iniciativa:** Governo

**Imagem:**



**Material:** Concreto

**Tema:** Personalidade/Evento

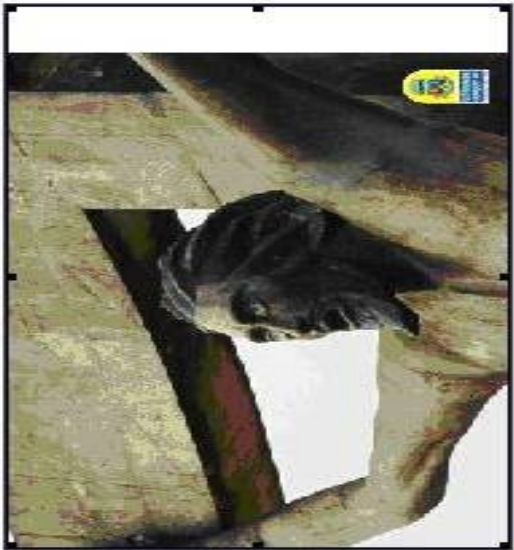
**Tipo de Personalidade:** Povo

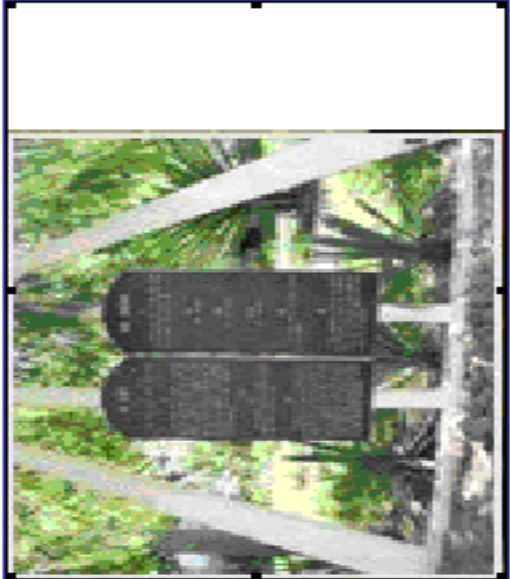
**Tempo:** Passado Recente


**Representação Formal:** Alegórica


**História:** Regional


**Observações:**

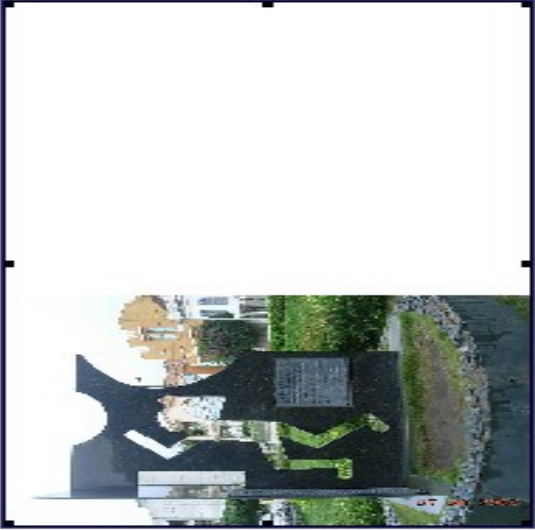
<b>Título:</b>	Monumento do Cristo Crucificado	
<b>Autor:</b>	Mário Cravo	
<b>Data:</b>	1980	
<b>Tipologia:</b>	Estátua	Material: Concreto
<b>Logradouro:</b>	Serra do Periperi	Tema: Religioso
<b>Aquisição:</b>	Obra Pública	Tipo de Personalidade: Santos
<b>Iniciativa:</b>	Governo	Tempo: Passado Distante
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Universal
		Observações:

<b>Título:</b>	Monumento aos Dez Mandamentos de Lei de Deus	
<b>Autor:</b>	Igreja Evangélica	
<b>Data:</b>	1982	
<b>Tipologia:</b>	Escultura	Mármore
<b>Logradouro:</b>	Praça	Religioso
<b>Aquisição:</b>	Doação	Sem Informação
<b>Iniciativa:</b>	Instituição	Passado Distante
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Universal
		Observações:
		<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>


<b>Título:</b>	Monumentos á Bíblia	
<b>Autor:</b>	Igreja Evangélica	
<b>Data:</b>	1984	
<b>Tipologia:</b>	Escultura	Material: Mármore
<b>Logradouro:</b>	Praça Vitor Brito	Tema: Religioso
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Sem Informação
<b>Iniciativa:</b>	Instituição	Tempo: Passado Distante
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Universal
		Observações:
		<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>


<b>Título:</b>	<input type="text" value="monumento da Embasa"/>	<b>Material:</b>	<input type="text" value="Combinação de Materiais"/>
<b>Autor:</b>	<input type="text" value="Monhóis"/>	<b>Tema:</b>	<input type="text" value="Evento"/>
<b>Data:</b>	<input type="text" value="1990"/>	<b>Tipo de Personalidade:</b>	<input type="text" value="Sem Informação"/>
<b>Tipologia:</b>	<input type="text" value="Escultura"/>	<b>Tempo:</b>	<input type="text" value="Passado Recente"/>
<b>Logradouro:</b>	<input type="text" value="Praça Olívia Flores"/>	<b>Representação Formal:</b>	<input type="text" value="Abstrata"/>
<b>Aquisição:</b>	<input type="text" value="Obra Pública"/>	<b>História:</b>	<input type="text" value="Local"/>
<b>Iniciativa:</b>	<input type="text" value="Governo"/>	<b>Observações:</b>	<input type="text"/>
<b>Imagem:</b>			


<b>Título:</b>	Monumentos aos Pracinhas da II Guerra Mundial	
<b>Autor:</b>	Cajaliba	
<b>Data:</b>	1992	
<b>Tipologia:</b>	Estátua	Material: Concreto
<b>Logradouro:</b>	Praça	Tema: Personalidade/Evento
<b>Aquisição:</b>	Obra Pública	Tipo de Personalidade: Militares
<b>Iniciativa:</b>	Governo	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Nacional
		Observações:
		<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>


<b>Título:</b>	Monumento aos mortos e desaparecidos da Ditadura	
<b>Autor:</b>	Ruy Medeiros	
<b>Data:</b>	1992	
<b>Tipologia:</b>	Escultura	Material: Granito
<b>Logradouro:</b>	Praça Tancredo Neves	Tema: Personalidade/Evento
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Políticos
<b>Iniciativa:</b>	Mobilização Coletiva	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Alegórica
		História: Nacional
		Observações:

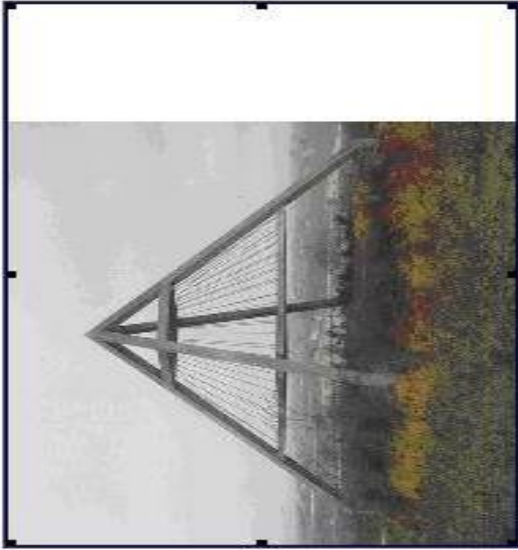


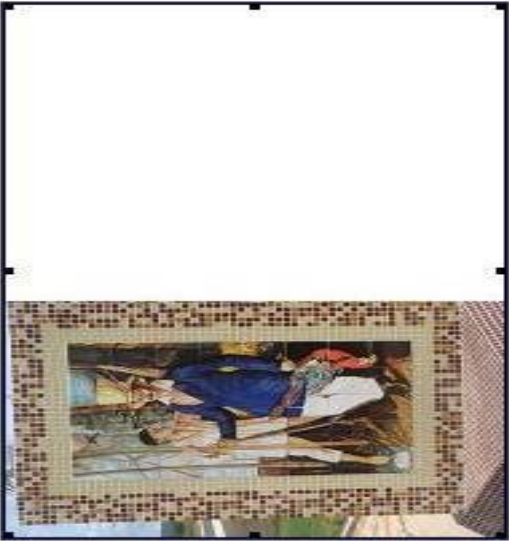
<b>Título:</b>	Monumento aos índios		
<b>Autor:</b>	André Cairo	<b>Material:</b>	Combinação de Materiais
<b>Data:</b>	2000	<b>Tema:</b>	Personalidade/Evento
<b>Tipologia:</b>	Escultura	<b>Tipo de Personalidade:</b>	Índio
<b>Logradouro:</b>	Praça Caxeiros Viajantes	<b>Tempo:</b>	Passado Distante
<b>Aquisição:</b>	Doação	<b>Representação Formal:</b>	Figurativa
<b>Iniciativa:</b>	Mobilização Coletiva	<b>História:</b>	Regional
<b>Imagem:</b>			
	<b>Observações:</b>	<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>	

<b>Título:</b>	Monumento em homenagem a Dona Jaci Flores	
<b>Autor:</b>	Filho da homenageada	
<b>Data:</b>	2004	
<b>Tipologia:</b>	Placa	Material: Combinação de Materiais
<b>Logradouro:</b>	Praça	Tema: Personalidade
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Comerciante
<b>Iniciativa:</b>	Particular	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Local
		Observações:

<b>Título:</b>	Mossa Senhora das Vitórias	
<b>Autor:</b>	sem informação	
<b>Data:</b>	2005	
<b>Tipologia:</b>	Estátua	Material: Bronze
<b>Logradouro:</b>	Praça Tancredo Neves	Tema: Religioso
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Santos
<b>Iniciativa:</b>	Instituição	Tempo: Passado Distante
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Universal
		Observações:

<b>Título:</b>	Luiz Eduardo Magalhães	
<b>Autor:</b>	sem informação	
<b>Data:</b>	2005	
<b>Tipologia:</b>	Busto	Material: Bronze
<b>Logradouro:</b>	Praça	Tema: Personalidade
<b>Aquisição:</b>	Obra Pública	Tipo de Personalidade: Políticos
<b>Iniciativa:</b>	Grupo Político	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Nacional
		Observações:

<b>Título:</b>	Glauber Rocha	
<b>Autor:</b>	Desconhecido	
<b>Data:</b>	s/d	
<b>Tipologia:</b>	Escultura	Combinação de Material
<b>Logradouro:</b>	Terreno particular	Personalidade
<b>Aquisição:</b>	Obra Pública	Intelectuais/Artistas
<b>Iniciativa:</b>	Governo	Passado Recente
<b>Imagem:</b>		
	Representação Formal:	Abstrata
	História:	Nacional
	<b>Observações:</b>	<p>Este monumento foi edificado em homenagem ao cineasta Glauber Rocha, filho da cidade de Conquista, numa propriedade privada às margens da Avenida Brumado. A peça encontra-se inacabada, apresenta em sua estrutura o formato de uma pirâmide. O monumento não possui</p>

<b>Título:</b>	Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano	
<b>Autor:</b>	Marcelo dos Santos	
<b>Data:</b>	2008	
<b>Tipologia:</b>	Placa	Material: Combinação de Materiais
<b>Logradouro:</b>	Rua	Tema: Personalidade
<b>Aquisição:</b>	Doação	Tipo de Personalidade: Intelectuais/Artistas
<b>Iniciativa:</b>	Particular	Tempo: Passado Recente
<b>Imagem:</b>		Representação Formal: Figurativa
		História: Nacional
		Observações:

## Aquisição Iniciativa

Aquisição Iniciativa		
Descrição da Aquisição	Iniciativa	Quantidade
Doação	Instituição	4
Doação	Mobilização Coletiva	2
Doação	Particular	2
Obra Pública	Governo	7
Obra Pública	Grupo Político	1

Aquisição Tema

Aquisição Tema		
Descrição da Aquisição	Tema	Quantidade
Doação	Personalidade	2
Doação	Personalidade/Evento	2
Doação	Religioso	4
Obra Pública	Evento	1
Obra Pública	Personalidade	3
Obra Pública	Personalidade/Evento	3
Obra Pública	Religioso	1

Data Aquisição



Data autor

Data História

Data Iniciativa

Data Logradouro

Data Material

Data Tema

Data Tipologia

Iniciativa Tema



Tema Representação Formal

Tema Tempo

Tema Tipo de Personalidade

Tipo de Personalidade

Tipologia Tema

## Tipologia Aquisição

Tipologia Logradouro

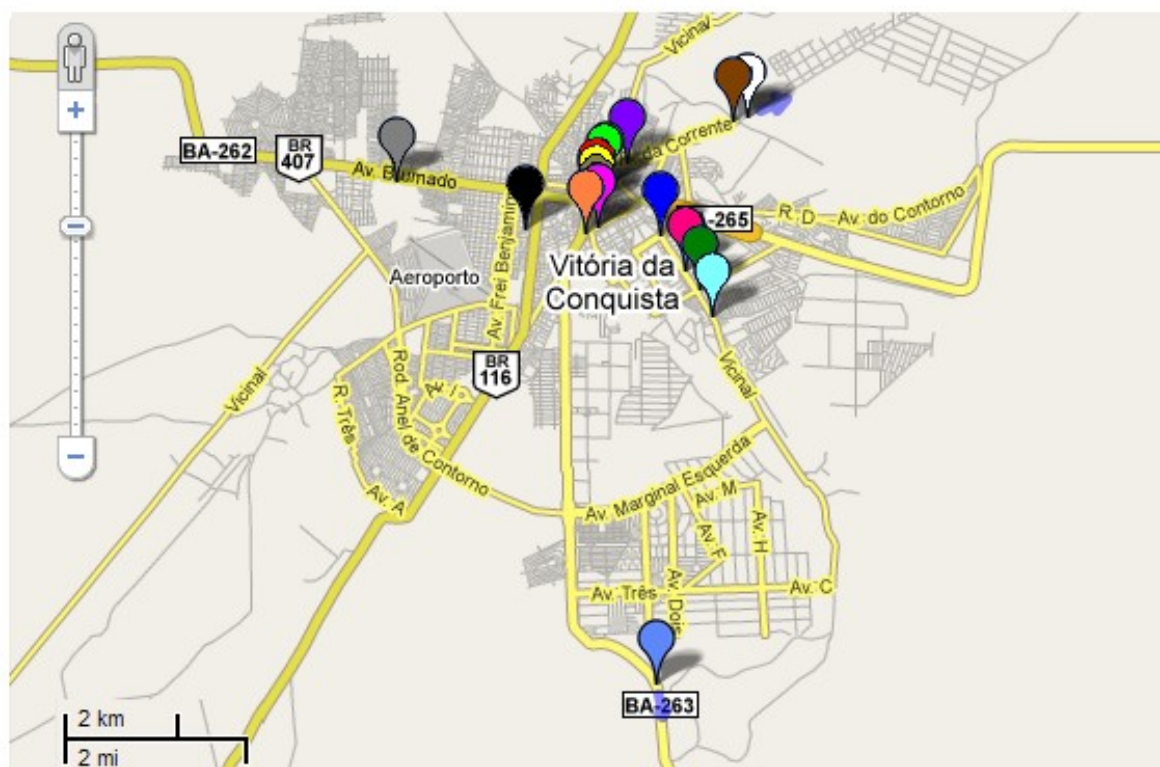
Tipologia Material



Tipologia Iniciativa



## Mapa com a localização dos monumentos da cidade de Conquista, BA



- |  |  |
|--|--|
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ff00ff; border: 1px solid black;"></span> 1 - Luís Eduardo Magalhães                     | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #008000; border: 1px solid black;"></span> 9 - Príncipe Maximiliano                 |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #800000; border: 1px solid black;"></span> 2 - Cruzeiro                                   | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #00ffff; border: 1px solid black;"></span> 10 - Dona Jaci Flores                    |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ffffff; border: 1px solid black;"></span> 3 - Cristo Crucificado                         | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ffa500; border: 1px solid black;"></span> 11 - Índios                              |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #808080; border: 1px solid black;"></span> 4 - Glauber Rocha                              | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ff00ff; border: 1px solid black;"></span> 12 - Bíblia                              |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ff0000; border: 1px solid black;"></span> 5 - Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #8000ff; border: 1px solid black;"></span> 13 - Pracinhas da Segunda Guerra Mundial |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #00ff00; border: 1px solid black;"></span> 6 - Nossa Senhora das Vitórias                 | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #000000; border: 1px solid black;"></span> 14 - Imigrantes Nordestinos              |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #ffff00; border: 1px solid black;"></span> 7 - Bandeirantes                               | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #808080; border: 1px solid black;"></span> 15 - Dez Mandamentos                     |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #0000ff; border: 1px solid black;"></span> 8 - EMBASA                                     | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #66b3ff; border: 1px solid black;"></span> 16 - Presidente Getúlio Vargas           |

<sup>66</sup>Este mapa encontra-se no Google. Em mapa d a localização dos monumentos da cidade de vitória da Conquista – BA.

